



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

# **MENSAGEM**

À

# **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**1980**



Senhor Presidente,

Possui especial significado para mim este encaminhamento que, como Governador do Estado, pela primeira vez faço à Egrégia Assembleia Legislativa - em obediência ao disposto no artigo 66, item XIV, da Constituição do Rio Grande do Sul - levando aos dignos Representantes de nosso povo uma visão do andamento dos negócios estaduais durante o exercício de 1979. Sinto, por sobre a formalidade constitucional do gesto, o calor dessa coesão do administrador e do legislador, toda voltada à grandeza da terra e ao resguardo de seus interesses maiores, que são o patrimônio cultural e material da população riograndense.

Creio que a legitimidade do ditame de nossa Carta se assenta na elevada visão de que o Legislativo e o Executivo - conquanto Poderes distintos - interrelacionam-se e se interdependem no dia-a-dia de suas funções, por realizarem em comum, a tarefa transcendental de cuidar da ordenação social e da sua dinâmica, por delegação da sociedade civil a que servem. As peculiaridades de cada Poder do Estado - onde se inclui o Judiciário - não os dis

. . . .

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado CARLOS GIACOMAZZI  
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Palácio Farroupilha.  
Nesta Capital

. . . .  
tinguem em seus fins superiores de assegurar, sem solução de continuidade, caminhos firmes para o desenvolvimento de todos e de cada um dos membros da comunidade em que se inserem.

Por isso, Senhor Presidente, quando faço chegar esta mensagem ao elevado conhecimento dos nobres Deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, desejo expressar meu reconhecimento, pela cooperação permanente emprestada com salutar espírito público, não apenas a decisões que tomei com o respaldo legal desse Parlamento, como pelas iniciativas e alertamento trazidos a respeito de temas relevantes levados ao debate aberto e democrático dessa Casa.

Honra-me, destarte, expor neste documento, embora sucintamente, a situação dos negócios públicos do Estado durante o exercício em que, a 15 de março, assumi o cargo de Governador e, com ele, o dever de servir, no uso dos poderes constitucionais, à comunidade riograndense.

A formulação de cada programa de meu Governo se alicerçou na análise meditada sobre realidades peculiares ao nosso Estado e ao seu relacionamento político, social, econômico e administrativo com a União e com as demais Unidades da Federação brasileira. Não só o encontro de interesses comuns, como a materialização de instrumentos capazes de precisar e prover medidas que beneficiassem o maior número de brasileiros - vivessem no Rio Grande do Sul ou em outros lugares da Pátria comum - conduziram-me a uma política global para o nosso desenvolvimento, expressa e divulgada desde antes de minha posse. Política que cristalizava experiências como parlamentar e como Vice-Governador, fé na energia construtiva da gente gaúcha, convicções arraigadas de amor à liberdade, só materializável no exercício pleno da democracia. Ouvi nosso povo tra

. . . .

balhador e ativo em cada rincão, colhi suas esperanças, senti sua força, sua criatividade, sua harmonia com a terra. Aprendi novas lições de civismo, de amor ao Brasil, de respeito a suas instituições. E quis fazer das coisas deles, de suas aspirações, de seus justos interesses, uma política de governo para eles, para todos nós, que somos parte desse universo que amamos e queremos ver crescendo em paz e em desenvolvimento.

Coerente com essa política e colocando lado a lado as potencialidades e limitações - estas ditadas quase que exclusivamente pela capacidade de alocar recursos voltados ao pleno aproveitamento daquelas, dada a vigente distribuição da renda pública - dei início a meu mandato com o apoio de uma equipe de governo animada à implementação e ao desdobramento dos diversos programas setoriais que compunham o plano de ação.

O reajustamento da máquina administrativa para enfrentar o trabalho visualizado durante o quadriênio, levou a toda uma gama de medidas estruturais que, iniciadas com a criação do Conselho de Governo e a revisão orgânica do Gabinete do Governador, estender-se-ia durante o exercício, com a reestruturação das Secretarias Estaduais. Mas a correta dinâmica da Administração vai sendo alcançada por via de ações sistêmicas, que, integrando diversas funções setoriais sob coordenação central, obtêm rendimento excepcional ao trato de temas ligados de algum modo ao interesse de vários órgãos governamentais. Assim, em sequência aos clássicos sistemas de planejamento, pessoal, material, serviços gerais, preconizados pelo Decreto 19.801, foram instituídos, em 1979, os Sistemas Estaduais do Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano e de Comunicação Social, revistos o de Defesa Civil e o de Processamento Eletrônico de Dados, estando em fase final os estudos relativos a Assistência Jurídica e a Preservação e Aproveitamento dos Recursos Hídricos.

Dentro do mesmo enfoque integrativo e transcendendo ao âmbito administrativo específico do Estado, meu Governo elaborou variados convênios e protocolos com o Governo Federal, carreadores de ações, de recursos e de políticas, que já trazem e continuarão trazendo benefícios diretos a nosso povo, em especial nas áreas de habitação, abastecimento, irrigação, transporte, energia, pesca, assistência ao silvícola e desenvolvimento a regiões como a Fronteira Sudoeste e Litoral Norte.

E, para o trato de temas especiais que buscassem diretivas novas e a curto prazo, a criação de grupos intersetoriais ou de comissões se mostrou altamente eficaz (energia, combustível, admissão de pessoal, etc.), trazendo a colaboração que o Governo de seja e necessita da comunidade para a solução de nossos problemas.

Nos últimos três anos, o Rio Grande do Sul sofreu condições climáticas desfavoráveis, que atingiram a agricultura e atividades a ela relacionadas. Esta situação deveria configurar em nosso Estado um quadro de dificuldades e apreensões. No entanto isto não ocorreu, em virtude do acionamento de mecanismos financeiros que repuseram a capacidade de compra comprometida, evitando a queda da renda pessoal; da favorável evolução dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno, beneficiando a região, e da já relativa autonomia do setor secundário em relação à agricultura. Se novos acidentes climáticos não ocorrerem, o Rio Grande do Sul deverá recuperar logo seu processo de desenvolvimento acelerado. Para tanto, a disposição do empresariado agrícola é francamente favorável, pois está cênscio da possibilidade de pronta recuperação.

Por outro lado, os cronogramas de implantação de alguns dos grandes projetos de diversificação industrial estão sendo cumpridos rigorosamente, e suas unidades de produção deverão entrar em funcionamento nos prazos previstos. Outros projetos de grande repercussão sócio-econômica vêm merecendo a atenção de meu

. . . .  
Governo, que gestionou junto ao Governo Federal ações concretas a serem implementadas.

Assim, o Rio Grande do Sul deve ter sua economia projetada não em função de três anos adversos à produção, mas sim em razão da abundância de seus recursos naturais, da acumulação de capital já realizada, da melhoria dos índices de produtividade obtidos e da coragem e capacidade empreendedora do homem riograndense.

Através de programas específicos, o Executivo desenvolve pesquisas e promove assistência técnica ao homem do campo, propondo e obtendo aumentos de produção e de produtividade, especialmente entre produtores de baixa renda, que são acompanhados em seus problemas, a fim de que tenham seu nível de receita e seus padrões de vida aumentados por meio de uma crescente produção, comercializada a preços justos por sua qualidade e demanda de mercado. Da chamada lavoura empresarial ao homem do minifúndio, os programas propostos vem sendo implementados adequadamente, propiciando o devido apoio a esse setor da economia tradicional e vital ao Estado.

Insistindo na preservação dos recursos naturais renováveis, ações permanentes de pesquisas e de proteção ao solo, água, flora e fauna caracterizaram a presença do Governo em 1979, em atividades que se estendem, concomitantemente, à busca de uma adequada infra-estrutura agrícola ao processo produtivo, por via de acréscimo e dinamização de seus sistemas de armazenagem e escoamento tempestivo dos grãos, carnes e frutos. Ademais, vem acelerando o Governo a legalização de terras públicas e o assentamento de agricultores, assistidos em suas necessidades não só técnicas, como familiares, sanitárias e educacionais.

Na área da indústria preocupou-se o Governo com a redistribuição espacial de suas atividades, para desafogo de regiões já congestionadas e a promoção de parques fabris em municípios interioranos, dotando-os de infra-estrutura racional e assecuratória de viabilidade econômica à produção, de continuidade e de absorção de mão-de-obra local.

A implantação de grandes projetos indutores, como os dos Pólos Petroquímicos e Carboquímico e do Complexo Metalúrgico do Cobre, virá assegurar ao Estado aquela dinâmica industrial de que carece e com a qual já de há muito deveria conviver, mercê da qualidade da mão-de-obra de que dispõe, das matérias-primas de seu solo e sub-solo e da privilegiada posição geográfica que ocupa no Cone Sul. A metalurgia do cobre, em Rio Grande, deverá produzir 100.000 toneladas de cobre metálico por ano, quantidade que se acrescerá em 50% a partir de 1986. E o Pólo Petroquímico tem sua implantação assegurada, através de recursos alocados e de cronograma de obras em dia. Mobiliza-se o Estado na construção da infra-estrutura básica ao funcionamento de todo o complexo, assim como com medidas de proteção ambiental, de controle de resíduos, para que não se comprometa a situação das águas, do ar e do solo da Região Metropolitana.

Também em 1979, dedicou o Estado especial apoio aos setores metal-mecânico e eletro-eletrônico e ao de agro-indústria, identificando oportunidades industriais e formulando estratégias para novos pólos, como o eletrônico. Através de seus próprios organismos, promoveu e industrializou "in natura", desidratados ou em derivados, leite, cebola, cana, uva e outros produtos, em ações pioneiras e de apoio à iniciativa privada, com marcantes resultados na produção rio-grandense. Bem assim estimulou, através de

. . . .

assessoria técnica e promocional, o escoamento ao exterior de nossos produtos de padrão internacional, assegurando-lhes mercados tradicionais e abrindo outros em áreas não exploradas.

Como respaldo financeiro à atividade produtiva de nossa gente, os organismos de crédito e investimento do Governo do Estado atuaram agilmente, estimulando a inovação produtiva em setores tradicionais da nossa economia, levando crédito em melhores condições às médias e pequenas empresas, assegurando capital ao comércio, à indústria e à agro-pecuária em geral, através de novos programas e de instalação de novas agências que sobem em número por todo o Estado.

A atuação do Governo na área social concentrou-se nas metas programadas, procurando vencer as dificuldades financeiras do erário, oriundas de sucessivas frustrações de safras agrícolas, da concentração de recursos na área federal e da inflação. Todo o esforço foi realizado no sentido de conservar e de melhorar os já satisfatórios índices de escolaridade e de sanidade da população gaúcha, assegurando-se-lhe os acessos a condições de bem-estar crescente.

Para isso, na área educacional todos os componentes do sistema - aluno, rede de escolas, magistério e currículo escolar - concentram a atenção governamental. Não apenas foi aumentada a oferta de vagas, como foi propiciada maior assistência ao educando, em aula ou fora dela. A taxa de escolarização entre os 7 e os 14 anos, atingiu, no período, a 90% da população escolar, com cerca de 1.400.000 matrículas no 1º Grau. E no 2º Grau e escolas técnicas a juventude aprimora-se crescentemente, qualificando ainda mais a gente riograndense para as tarefas de construção do desenvol

assessoria técnica e promocional, o escoamento ao exterior de nossos produtos de padrão internacional, assegurando-lhes mercados tradicionais e abrindo outros em áreas não exploradas.

Como respaldo financeiro à atividade produtiva de nossa gente, os organismos de crédito e investimento do Governo do Estado atuaram agilmente, estimulando a inovação produtiva em setores tradicionais da nossa economia, levando crédito em melhores condições às médias e pequenas empresas, assegurando capital ao comércio, à indústria e à agro-pecuária em geral, através de novos programas e de instalação de novas agências que sobem em número por todo o Estado.

A atuação do Governo na área social concentrou-se nas metas programadas, procurando vencer as dificuldades financeiras do erário, oriundas de sucessivas frustrações de safras agrícolas, da concentração de recursos na área federal e da inflação. Todo o esforço foi realizado no sentido de conservar e de melhorar os já satisfatórios índices de escolaridade e de sanidade da população gaúcha, assegurando-se-lhe os acessos a condições de bem-estar crescente.

Para isso, na área educacional todos os componentes do sistema - aluno, rede de escolas, magistério e currículo escolar - concentram a atenção governamental. Não apenas foi aumentada a oferta de vagas, como foi propiciada maior assistência ao educando, em aula ou fora dela. A taxa de escolarização entre os 7 e os 14 anos, atingiu, no período, a 90% da população escolar, com cerca de 1.400.000 matrículas no 1º Grau. E no 2º Grau e escolas técnicas a juventude aprimora-se crescentemente, qualificando ainda mais a gente riograndense para as tarefas de construção do desenvolvimento.

urbanas e rurais com reclamos do progresso material, prevenindo ou coibindo ações poluidoras e comprometedoras do ambiente natural, inaugurou o Governo do Estado uma era de irreversível cuidado com o meio ambiente.

Dentre medidas dessa natureza, a promoção do saneamento básico para crescente bem-estar da população destacou-se com a elevação do abastecimento d'água potável a 98% dos nossos municípios, beneficiando a 68.000 novas economias, ultrapassada a meta proposta para o exercício.

As ações de intermediação da mão-de-obra e de fomento do emprego, parte dos programas governamentais de valorização do trabalhador, juntaram-se em 1979 as de diminuição das altas taxas de acidentes do trabalho verificadas no Estado. Com o apoio do Sistema Nacional de Emprego, 47% dos candidatos inscritos foram aproveitados nos mais diversificados setores da economia, valorizados por mais de 1.000 cursos de preparação de mão-de-obra e de 1.700 encontros e palestras de esclarecimento, visando baixar as taxas de acidentes no trabalho. Essa atenção do Estado para com o trabalhador se estendeu à zona rural, num programa de desenvolvimento comunitário de saúde, habitação e higiene, que promoveu mais de 1.100 visitas a domicílio em pequenas propriedades. E atingiu, também, ao nosso excelente artesão, valorizando o seu trabalho e criatividade através de sua promoção em feiras e exposições e em centros irradiadores dessa produção artístico-cultural.

Na esfera assistencial, nosso Estado possui expressiva rede particular de entidades que dão atenção a extratos carentes da população, a camadas sub-integradas, a migrantes, a idosos, a enfermos e ao menor.

A ação estatal, destarte, é intensamente coparticipante desse posicionamento de nossa sociedade, que busca prover carências permanentes e ocasionais que contrariam direitos fundamentais da pessoa humana. Supre, ela, com seus programas promocionais e de apoio, a ação de grupos benemerentes, concedendo auxílios, subvenções e orientação técnica a mais de 400 deles e que a barcam todo gênero de assistência. Aos migrantes, em especial, que se instalaram nas periferias das grandes cidades, gerando inevitáveis tensões sociais por seu processo de marginalização, à falta de qualificação para o acesso ao emprego, o Estado devotou permanente atenções, acionando articuladamente seus serviços básicos de saúde, de trabalho, de alimentação, de habitação e de educação, provendo sobre um atendimento social direto que incidiu sobre milhares de famílias, numa ação essencialmente preventiva e objetiva. Institucionalizados, os Centros Sociais Urbanos oferecem equipamentos e assistência direta às populações de baixa renda, levando a estas caminhos seguros de maior integração e participação no processo de desenvolvimento social do Estado.

A problemática do menor, dentro do acelerado crescimento urbano, tem se constituído em permanente preocupação do Governo, que, buscou consolidar programas existentes e de eficiência comprovada em expressivos resultados, e, bem assim, ativar projetos novos, de sentido mais comunitário e de efeitos notadamente preventivos - 42 destes programas, desdobrados em 101 municípios, atingiram a 34.000 menores e acionaram 220 centros assistenciais - beneficiando também ao pré-escolar e particularmente às famílias pobres. A essas ações juntaram-se programas sócio-educativos de promoção da criança, desdobrados pela Comissão Estadual do Ano Internacional da Criança, que atingiram a todos os municípios riograndenses, assim como o acionamento dos Clubes de Mães e outras instituições voltadas ao desenvolvimento da criança, viabilizando promoções como a Feira Nacional da Criança, Domingo no Parque e o lança

...  
 mento do Selo Comemorativo ao Ano da Criança - todas com expressivos resultados assistenciais e de conscientização para o problema.

A transformação da Secretaria de Turismo em Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, demonstrou o interesse do Estado em dinamizar o setor e de dar-lhe o devido lugar de destaque e realce de que é merecedor.

A preocupação em valorizar o homem e a cultura riograndense se faz presente em variadas ações de difusão dos valores culturais e de popularização da arte. Desde promoções de cunho tradicionalista e de manifestação folclórica, até os sucessivos concertos sinfônicos realizados em lugares acessíveis a toda a população, marcaram a atuação do Governo, expandida ainda pela preocupação de interiorizar o apoio a nossos legítimos valores culturais - povo que somos fruto de riquíssimo caldeamento de raças e costumes - implantando o programa de regiões típicas e pólos culturais em todo o nosso território. Bem assim, expandem-se as atividades de valorização do patrimônio natural do Estado, desde a área científica à conservacionista e a do lazer em contato com a natureza, sua flora, sua fauna, suas águas, suas paisagens da várzea à montanha.

A multiplicidade de aspectos turísticos do Rio Grande do Sul, ligados à natureza, à cultura e à economia, exigiu do Governo abordagem planejada e integral, acorde com as potencialidades existentes. Ações de apoio a áreas e eventos de já conhecida vocação turística, somaram-se à divulgação de nossos recursos atrativos junto aos centros emissores mais importantes. Associou-se ao simples lazer o aspecto cultural, vinculando as belezas da terra à disposição do viajante, o conhecimento dos distin

... .

tos aspectos atuais e passados da vida da comunidade, através de publicações, espetáculos artísticos, exposições, festas típicas e outras promoções que realçam a riqueza da alma riograndense. Evidenciou-se, assim, o acerto da glutinação da Cultura, do Desporto amador e do Turismo, em uma Secretaria do Estado.

Atendendo ao conteúdo de valores que envolve a habitação na estratégia de promoção social, tem o Governo enfatizado programas voltados essencialmente às populações de baixa renda. Por via de convênios com a União, incumbe-se o Estado de implantar núcleos habitacionais com custos e prazos ao alcance dos beneficiários. Essa tarefa de assegurar a habitação popular por todo o Estado, também vem urbanizando lotes a fim de dotar de infra-estrutura e equipamento comunitário áreas que, por preços baixos, serão repassadas a extratos populacionais delas carentes. E, com a preocupação de enfrentar o problema de sub-moradia, incorporou-se, por via de protocolo celebrado, em agosto de 1979, com o Ministério do Interior, ao PROMORAR, programa orientado em sua primeira etapa para a construção de 50.000 moradias destinadas a famílias com renda não superior a 3 salários mínimos. Os levantamentos iniciais de necessidades e a disponibilidade de terrenos adequados a esse fim, já atingem a 41 municípios que, proximamente, hão de ter as casas de que necessitam. A humanização das vilas populares, dotando-as de infra-estrutura básica e equipamento comunitário indispensável a uma vida digna, está sendo prevista não apenas para a Capital do Estado, onde o problema se avoluma, mas, simultaneamente, para as cidades do interior, mesmo as de pequeno porte, por ser este procedimento considerado como o mais eficaz para diminuir o ímpeto atual de migração rural-urbana.

Assistindo diretamente aos Municípios em suas necessidades técnicas, realizando estudos de que necessitem para um crescimento urbano dirigido dentro de padrões corretos, provendo sobre cursos de capacitação administrativa, articulando programas entre a União, o Estado e os Municípios com vistas a uma racional organização espacial de nosso território, o Governo sistematizou a atividade de Desenvolvimento Regional e Urbano, a fim de que, sob a coordenação central, toda a Administração Estadual se integre nessa relevante tarefa ordenatória do crescimento, o que já vem sendo realizado cuidada e exitosamente na Região Metropolitana.

Não descurou o Governo das obras de infra-estrutura básica essenciais ao processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Todos os trabalhos realizados visaram a melhor integração entre as políticas setoriais da área, outorgando prioridade à racionalização de obras e serviços e ao mais pronto atendimento às necessidades comunitárias.

O sistema energético a cargo do Estado - que abarca obras e serviços de geração, transmissão e distribuição, inclusive rural, de força elétrica - atingiu a todas as sedes municipais e a 3.310 localidades interioranas, obrigando-se com 1.227.000 consumidores e tendo crescido, para tanto, à taxa de 12%. Posta em funcionamento pleno a usina de Itaúba, com sua potência instalada de 500 MW, já se iniciam ações para a construção da usina Dona Francisca, no mesmo rio Jacuí - que trará ao sistema mais 125 MW - e para a implantação da fase B de Candiota, que juntará mais 320 MW à potência instalada do Estado, com aproveitamento de nosso carvão mineral - a maior riqueza do subsolo riograndense - e que, inclusive viabilizará a substituição do diesel na irrigação do arroz da região. A distribuição acompanhou a demanda do consumo, com

1.200 km de linhas acrescentadas ao sistema central e se estendeu definitivamente à área rural, com mais 143 obras que atenderam a 9.000 consumidores rurícolas, através de 2.880 km de redes. A estes se somam os da iniciativa da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado, que em 1979, ergueu 4.380 km de redes, atingindo a 12.812 propriedades rurais.

O sistema rodo-hidro e aeroviário atendido diretamente pela organização governamental, deu novo incremento ao transporte de nossa produção, assegurando aos produtos da terra e da indústria o escoamento desejado.

Na área das rodovias, fixou-se o Governo, na conclusão de várias obras que, com andamento dificultado por fatores climáticos ou financeiros, demandavam continuidade imediata para uma otimização dos investimentos a serem realizados no setor. Voltou-se, também, para as ligações dos núcleos urbanos às rodovias troncais, buscando assegurar crescente e franco caminho à produção agrícola, ampliando significativamente a malha de estradas alimentadoras.

Exitosa foi a gestão empreendida junto ao Governo da União no sentido da construção de terminal rodo-hidro-ferroviário em Cachoeira do Sul, o qual, junto ao de Estrela, conferirá ao sistema de escoamento grande eficiência e confiabilidade, integrando economicamente os sistemas de transporte exigidos por nossas safras. Novos projetos tiveram início, assegurando não só continuidade como a aceleração dessa atividade essencial ao progresso do Rio Grande. Aprimorou, ainda, o Estado a sistemática de conservação de sua malha rodoviária de 10.450 km, apesar das dificuldades advindas da necessidade de economia de óleo diesel, induzindo a ações de racionalização e de busca de novas técnicas de trabalho.

Para a consecução dos objetivos tradicionais, procurou consolidar o Sistema Estadual de Planejamento incorporando aos sistemas existentes, os de Treinamento do Setor Público e de acompanhamento da Política de Governo, além da dinamização das Agências Setoriais de Planejamento. Elaborou as propostas de orçamento anual, plurianual e analítico, e atendeu através do Fundo para o Desenvolvimento Urbano-FUNDURBANC, 161 municípios através de 93 contratos de obras de infra-estrutura urbana, além de procurar, através de uma maior racionalização e funcionalidade das estruturas organizacionais, elevar o desempenho da administração pública estadual.

A variável inovação, pela importância que assume no futuro da economia do Rio Grande do Sul, tornou prioritária toda a alocação de recursos que proporcione a modernização tecnológica do Estado.

Neste sentido, foram aplicados, na área de processamento de dados, cerca de Cr\$ 15.000.000,00, na pesquisa e desenvolvimento de novos programas, na busca de descentralização funcional e geográfica de suas atividades pela implantação de unidades operacionais junto a clientes e, ainda, na formação de mão-de-obra altamente especializada. Cabe destacar a busca de novos processos de produção, o esforço empreendido no desenvolvimento de uma tecnologia industrial para utilização adequada e eficiente do carvão brasileiro, seja como fonte de energia, como redutor siderúrgico ou como matéria prima para a indústria. Este programa conta com 5 projetos em andamento, que em 1979 aplicaram Cr\$ 21.000.000,00.

Finalmente, refletindo o esforço do Governo para implantar o pólo eletrônico no Estado, apoiou a transferência de empresas ligadas ao setor para o Rio Grande do Sul.

Com intuito de proporcionar melhor tratamento pecuniário e melhores possibilidades de acesso ao pessoal do Quadro Geral, o Poder Executivo logrou ultimar os estudos em torno de sua reorganização ao lado de um novo Plano de Pagamento, antigo e sentido anseio do nosso funcionalismo. Trata-se de um plano assentado dentro da realidade, em que se teve em mira estabelecer um denominador entre as justas reivindicações do Pessoal e as reais possibilidades do erário público.

que se expandem os serviços. E, com vistas ao oferecimento de melhores condições de comunicação e infra-estrutura à atividade rural, novo plano procura incentivar o fabrico de equipamentos adequados às novas condições e escalas de operação de um serviço que prevê a implantação inicial de 291 postos-de-serviço rurais. Do total de 232 municípios gaúchos, 69 ainda possuem serviços municipais e outros dois serviços de cooperativa, que serão incorporados pelo Estado até o fim do exercício de 1980 com consequentes melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados.

Na execução da política de recursos minerais, ressaltam no exercício as atividades de mineração, prospecção e pesquisa tecnológica, dirigidas à exploração econômica das riquezas do subsolo riograndense, especialmente o carvão e o cobre. A produção da Mina do Leão I cresceu 25% em relação ao ano de 1978, acelerando-se os trabalhos de implantação da Mina do Leão II, a qual, com a extração de 2,4 milhões de toneladas/ano, abastecerá de carvão, em início de 1983, a Unidade de Gaseificação da PETROBRAS voltada à produção de amônia pela Companhia Riograndense de Nitrogenados. Em Candiota, além da extração normal, prossegue o programa de implantação da Mina II, que assegurará em 2 milhões de toneladas/ano de carvão bruto o funcionamento, em 1983, da Usina Presidente Médici, que ampliará sua potência de 126 para 446 MW. Intensificase a sondagem nas jazidas de cobre de Volta Grande, com reservas de 2,9 milhões de toneladas de minério de cobre com teor de 1,1 % e 500.000 toneladas de minério de ouro com teor de 12 g/t.

No atendimento às necessidades de construção de próprios públicos e de sua manutenção em favoráveis condições de uso, o Governo gere diretamente obras, especialmente as de escolas, de presídios e de prédios que acolhem os mais diversos serviços administrativos. A par de dar continuidade à construção do Centro Ad

. . . . .

ministrativo - que ora já acolhe 8 Secretarias, sendo 7 delas instaladas em 1979, articulando funções comuns a elas e, assim, promovendo maior economicidade à atividade da Administração Direta, concluiu o Estado 78 novas escolas e mantém o andamento da construção de outras 63, havendo realizado trabalhos de conservação em mais 248 próprios estaduais, hoje sendo devidamente cadastrados e com atendimento em todas as suas necessidades de funcionamento mais racional e econômico.

No atinente às atividades de segurança pública, deve o Governo ressaltar o clima de ordem, de paz social, que caracterizou o exercício passado. Nenhum incidente capaz de turvar a serenidade dos agentes da ordem, tanto da Polícia Civil como da Militar, e causar soluções de continuidade na ordenação pacífica das atividades do riograndense, pode ser assinalado. Vem obtendo êxito administrativo a comodidade oferecida ao público com a descentralização das atividades de identificação e de trânsito, e a consolidação do sistema de comunicações interligando diretamente as diversas delegacias e outras unidades policiais da capital e interior, que se fazem instrumento de acréscimo dos serviços prestados à comunidade.

No setor penitenciário, o desdobramento da política estadual de atendimento ao apenado possibilitou que a abordagem do delinquente se realizasse essencialmente por um prisma assistencial, em tratamento adequado que propicie ao detento um retorno à sociedade como cidadão ajustado e útil. Tendo sua regeneração como objetivo primordial, a execução penal vem sendo realizada através de quatro instrumentos básicos: educação, trabalho, assistência e disciplina. Os dispositivos da Administração acionados nesse sen

. . . . .

... .  
 tido abrãgem, também, assistência social às famílias dos detentos, estes representando, em 1979, uma população carcerária média de 4.000 presos. Este programa envolveu variados cursos de qualificação de mão-de-obra, de 1º Grau, de alfabetização e de educação integrada, além de permanente assistência judiciária ao detento.

Com o propósito de propiciar melhores condições de cumprimento das penas impostas a delinqüentes, quer promovendo melhorias na situação dos nossos estabelecimentos prisionais, quer ampliando os meios tendentes a obter a recuperação dos infratores da lei penal, o Poder Executivo houve por bem propor e ver aprovada a norma que estabelece que, anualmente, a lei de meios deve conter dotação destinada ao Fundo Penitenciário, nunca inferior a um sexto do total da arrecadação prevista da Taxa Judiciária.

Concomitantemente, ao pessoal que integra os serviços penitenciários foi atribuída melhoria de remuneração, de modo a exigir-lhe melhor desempenho no trato dos assuntos carcerários.

No que tange ao reordenamento administrativo do Governo do Estado, com vistas a uma maior dinâmica e funcionalidade, foi conferida nova estrutura aos Gabinetes do Governador e do Vice-Governador, possibilitando a eficiência desejada e necessária a esses órgãos, que hoje, numa saudável interdependência, poderão alcançar às áreas de decisão estadual, em tempo hábil e com precisão devida, os aspectos analíticos necessários, assim como a que la assessoria expedita que, contactando com os demais órgãos da Administração e da comunidade, carrega elementos essenciais ao correto procedimento jurídico-administrativo. A assunção, pelo Vice-Governador, de tarefas executivas tão relevantes como a presidência

.....

dos Conselhos de Implantação dos Pólos Petroquímico e Carboquímico - que outorga invulgar eficiência a esses organismos de destaque para a nossa economia - foi possível graças a essa revisão administrativa, que já se mostrou oportuna e certa.

No desdobramento das suas atividades, as Procuradorias Gerais do Estado e da Justiça, cumprindo seus deveres constitucionais, outorgaram ao Estado e à sociedade aquela indispensável, serena e eficaz assistência jurídica que assegurou decisões precisas e essencialmente justas a feitos e problemas surtos da própria dinâmica social e administrativa. No resguardo da lei, dos direitos do cidadão, assistindo ao Estado e aos necessitados, aos menores, aos municípios, cada um em seu campo legal de ação, esses órgãos do Gabinete do Governador cumpriram, no exercício de 1979, suas nobres missões sociais e jurídicas.

Acontecimento que merece referência nesta mensagem foi a aprovação, no ano de 1979, do novo Código de Organização Judiciária e, paralelamente, da lei que cria e extingue cargos e funções no Poder Judiciário e eleva comarcas de entrância. Tal menção se justifica, porque estas peças traduzem o primeiro passo em busca da adequação da Justiça do Estado às normas advindas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

No mesmo tempo e com o mesmo sentido, foram introduzidas as correspondentes alterações no Quadro do Ministério Público.

Ainda no que se refere ao Poder Judiciário, cabe ressaltar a aprovação de propostas relativas aos Serviços Auxiliares da Justiça de 1º Grau, da Vara de Menores da Capital e da Justiça Militar.

O planejamento governamental, atividade de fundamental importância para o bom funcionamento da máquina administrativa, viu acrescida às suas atribuições inerentes - elaboração da política de desenvolvimento do Estado, coordenação do plano de Governo - a incumbência de promoção e produção da pesquisa e inovação tecnológica.

.....

Para a consecução dos objetivos tradicionais, procurou consolidar o Sistema Estadual de Planejamento incorporando aos sistemas existentes, os de Treinamento do Setor Público e de acompanhamento da Política de Governo, além da dinamização das Agências Setoriais de Planejamento. Elaborou as propostas de orçamento anual, plurianual e analítico, e atendeu através do Fundo para o Desenvolvimento Urbano-FUNDURBANO, 161 municípios através de 93 contratos de obras de infra-estrutura urbana, além de procurar, através de uma maior racionalização e funcionalidade das estruturas organizacionais, elevar o desempenho da administração pública estadual.

A variável inovação, pela importância que assume no futuro da economia do Rio Grande do Sul, tornou prioritária toda a alocação de recursos que proporcione a modernização tecnológica do Estado.

Neste sentido, foram aplicados, na área de processamento de dados, cerca de Cr\$ 15.000.000,00, na pesquisa e desenvolvimento de novos programas, na busca de descentralização funcional e geográfica de suas atividades pela implantação de unidades operacionais junto a clientes e, ainda, na formação de mão-de-obra altamente especializada. Cabe destacar a busca de novos processos de produção, o esforço empreendido no desenvolvimento de uma tecnologia industrial para utilização adequada e eficiente do carvão brasileiro, seja como fonte de energia, como redutor siderúrgico ou como matéria prima para a indústria. Este programa conta com 5 projetos em andamento, que em 1979 aplicaram Cr\$ 21.000.000,00.

Finalmente, refletindo o esforço do Governo para implantar o pólo eletrônico no Estado, apoiou a transferência de empresas ligadas ao setor para o Rio Grande do Sul.

Com intuito de proporcionar melhor tratamento pecuniário e melhores possibilidades de acesso ao pessoal do Quadro Geral, o Poder Executivo logrou ultimar os estudos em torno de sua reorganização ao lado de um novo Plano de Pagamento, antigo e sentido anseio do nosso funcionalismo. Trata-se de um plano assentado dentro da realidade, em que se teve em mira estabelecer um denominador entre as justas reivindicações do Pessoal e as reais possibilidades do erário público.

.....

Se a proposta não atendeu à totalidade das reivindicações — embora na maioria o tenham sido — pelo menos tem o mérito incontestável de ter sido traçado dentro de parâmetros que asseguram o pagamento regular e tempestivo das folhas mensais.

A aplicação do novo plano de classificação e pagamento dos que integram o Quadro Geral, há de mostrar que lhes trará benefícios reais, sem tirar-lhes qualquer vantagem antes conhecida.

Anteriormente já havia sido promovida a criação dos cargos necessários à efetivação dos servidores estáveis, outra medida ansiosamente aguardada por cerca de 4.000 mil pessoas, com cuja aplicação ser-lhes-ão concedidas vantagens que são o enquadramento em cargos efetivos assegura.

Outra providência tomada no decorrer do exercício foi a elaboração final do novo estatuto da Polícia Civil e seu encaminhamento à aprovação dessa Egrêgia Casa. Não há que negar que também este trabalho era aguardado com ansiedade por importante segmento do funcionalismo, que agora está na expectativa de ver atendida a antiga e justa reivindicação.

No que tange às Finanças Públicas Estaduais, o primeiro ano de governo caracterizou-se pelo exercício de severa austeridade nos gastos, com a tomada de diversas medidas tendentes a dar maior dinâmica e racionalidade aos investimentos públicos. Dentro desse espírito, investiu-se nas prioridades traçadas pelo Programa de Governo. Prioridades que resultaram de intenso trabalho de consulta junto aos Municípios, e que representam, em sua essência, o desejo de realização do povo rio-grandense. Da mesma forma, os gastos correntes, foram restritos ao atendimento do funcionamento da máquina pública, procuradas todas as formas de eliminação do

desperdício, o aproveitamento de material reutilizável, a padronização dos impressos, dentre tantas outras medidas que visaram, objetivamente, aumentar a eficiência e, simultaneamente, reduzir o volume global da despesa.

Do lado da receita, procurou o Governo, acionando todos os mecanismos de fiscalização e de promoção disponíveis, melhorar o nível de arrecadação. Esta perspectiva somente foi atingida em parte, pois se houve uma melhoria significativa do índice de arrecadação, os níveis desta não apresentaram os volumes desejados, em consequência das frustrações das safras agrícolas dos anos anteriores. O Governo Estadual desenvolveu gestões junto ao Setor Público Federal, no sentido das isenções de ICM sobre produtos gaúchos serem compensadas ou retiradas, o mesmo ocorrendo com as reduções de alíquotas e de base de cálculo. O conjunto da perda da capacidade de arrecadação por esses mecanismos representou, em 1979, cerca de 50% do total arrecadado. Ou seja, o simples retorno à autonomia tributária estadual significa para o Estado a possibilidade de ter um orçamento equilibrado, pois a quantia que deixa de arrecadar atualmente supera o déficit orçamentário, permitindo ao Estado independizar-se de empréstimos.

Apesar das dificuldades financeiras procurou, de forma permanente o Governo, apoiar os municípios gaúchos em suas realizações administrativas e sociais, através da ação de suas Secretarias e de seus Órgãos da Administração Indireta, realizando obras indispensáveis ao desenvolvimento e apoiando-os em situações emergenciais.

Embora tenha o Rio Grande do Sul recebido do Governo Federal o apoio necessário a realizações estaduais, o pleito do restabelecimento de uma autonomia tributária continua intenso para que alcance com brevidade o fortalecimento das finanças públicas. Da mesma forma, é indispensável a participação do erário

estadual no produto da arrecadação do imposto de exportação, pois além de representar um ato de justiça fiscal, proporcionará ao Governo a abertura de novas frentes de atendimento às crescentes necessidades sociais.

Cabe salientar, ainda, Senhor Presidente, que o Programa de austeridade desenvolvido por minha administração não se prendeu apenas à racionalização das atividades e ao aumento de sua eficiência. Colaborou de forma cabal com a política implantada pelo Governo da União na economia de combustíveis, tendo economizado cerca de 1,5 milhões de litros de gasolina, 6 milhões de litros de óleo diesel e 37 milhões de quilos de fuel-oil. Com esse objetivo foi determinado a todos os setores públicos do Estado que incrementassem a economia e procurassem substituir o diesel e o fuel-oil onde fosse possível economicamente. A respeito, está sendo desenvolvido pelo BADESUL um projeto de substituição de óleo diesel por outras fontes alternativas de energia.

Estendeu-se a austeridade da Administração Estadual através de várias Ordens de Serviço, em especial a de nº 2, voltada ao setor de pessoal, tendo-se conseguido, neste período governamental, algo que reputo como de grande importância: pela primeira vez o número de funcionários públicos da administração pública não aumentou, tendo inclusive decrescido. Tal resultado foi possível graças ao aumento de produtividade da administração pública, com consequente melhoria dos serviços prestados. Nesse particular, e em função da experiência adquirida, vem o Rio Grande do Sul transferindo tecnologia a outros Estados da Federação, contando com o incentivo e a colaboração da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com o intuito de levar todo o acervo gerado a outras Administrações Estaduais, para o aumento da eficiência e da produtividade de seus setores administrativos.



Senhor Presidente,

Declarei ao assumir, perante essa egrégia Assembleia Legislativa que, como político e homem público que formou e enrijeceu o seu espírito democrático nos confrontos dos debates parlamentares e na rica experiência adquirida no exercício de mandatos populares, desde a Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, até o Congresso Nacional, considerava minha missão na chefia do Poder Executivo como uma extensão e coroamento das atividades que, durante um decênio, desempenhei na convivência cotidiana do Poder Legislativo, onde aprendi as grandes lições da ciência política colocada ao serviço dos supremos interesses do bem comum.

Mais recentemente, tive a oportunidade de declarar que quando a classe política se debruça afanosamente sobre a tarefa de reformulação dos seus institutos partidários, parece-nos evidente que a discussão, o diálogo, a pesquisa e a definição de uma filosofia política, entendida como a "busca desinteressada dos princípios do bom Estado e da boa sociedade", devem ser os objetivos fundamentais a perseguir.

Reportando-me a estas duas colocações, posso me dirigir com intimidade e franqueza a todos os parlamentares rio-grandenses para sublinhar com cores vivas, a minha disposição de ampliar, estreitar e aperfeiçoar o diálogo que temos mantido, para atingirmos os objetivos de governo desejados pela comunidade gaúcha e, ao mesmo tempo, conseguirmos a crescente valorização e promoção da classe política.

Declaro, por isso, que a convivência que haveremos de ter em mais este ano legislativo, terá sempre a obstinada disposição de fazer do diálogo e do entendimento um instrumento de realização administrativa, sem perder de vista um objetivo que a todos

.....

nós une e identifica, o da permanente promoção e qualificação dos políticos, incontestáveis titulares da missão de promover o bem comum e a grandeza da Nação.

Colho o ensejo para expressar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

*J. A. Amaral de Souza*  
José Augusto Amaral de Souza,  
Governador do Estado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

ANO DE 1979



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA  
ANO 1979



## A ECONOMIA GAÚCHA - 1979

### O ANO DE 1979

O Rio Grande do Sul, pelo terceiro ano consecutivo, sofre as conseqüências de condições climáticas desfavoráveis, afetando não só sua agricultura, como também as demais atividades a ela relacionadas. Interrompe-se, assim, ao final da década, um período de intenso crescimento, em que o Estado também participou das elevadas taxas que caracterizaram a economia brasileira nos anos 70.

Esse não é um fator novo em nossa evolução, e por certo também não o é em qualquer outra economia, onde seu setor primário tenha peso tão significativo. Mesmo a agricultura dos países desenvolvidos está exposta a forças incontornáveis da natureza, embora deva se reconhecer de efeitos menos funestos, não só pelas reservas de produtos em seus estoques, como também porque seu domínio sobre as mesmas forças é bem maior.

Há 20 anos atrás, 1957-60, o Rio Grande do Sul conheceu fenômeno semelhante, também originado em sua agricultura, onde pontificava o trigo e do qual surgiram todos os decréscimos então verificados. A estrutura econômica era outra, com um peso relativo do setor primário bem maior, e por isso seus efeitos foram mais facilmente lastreados. O que de comum se coloca entre os dois momentos é que não foram questões de natureza econômica que preponderaram, ainda que em ambas elas tivessem presença. No anterior, se tivesse ocorrido maior interesse na produção do trigo nacional, provavelmente os estímulos econômicos, a pesquisa e a assistência técnica teriam minimizado as pragas que se abateram sobre a cultura. No momento atual, a presença do fator econômico é de outra índole e diz respeito aos mercados sob a influência marcada de crise, que tanto vem prejudicando os países desenvolvidos.

O fato mais concreto é que, mesmo sem nenhum fator econômico negativo, o Rio Grande do Sul estaria igualmente amargando o custo de grandes safras frustradas e isso, ao mesmo tempo



que situa a questão em seus termos fundamentais, também coloca o crescimento gaúcho em pauta, do ponto de vista de suas perspectivas.

Inserido no contexto maior que é o País, o Rio Grande do Sul bem poderia ter participado de um resultado final mais auspicioso, não fora a grande adversidade climática local. A CEPAL - Comissão Econômica para América Latina, ONU, estima (1) em caráter preliminar, para o Brasil, um crescimento de 7,5%, taxa que, mesmo não se confirmando tão elevada, não deixa dúvidas quanto ao dinamismo ocorrido no ano de 1979.

A agropecuária teria sofrido uma queda em seu produto da ordem dos 16%, queda que só não foi mais acentuada porque a produção animal teve o apreciável crescimento de 12%. Na lavoura, onde a incidência das más condições climáticas foi catastrófica, a redução chegou à casa dos 23,3%, ou seja, 30% a menos da produção alcançada no ano de 1976.

Graças à diversificação da economia estadual, foi possível, em que pese o comportamento da agropecuária, a indústria expandir-se à taxa de 6%. Isso mostra que a diferenciação do aparelho produtivo rio-grandense já permite uma relativa independência a respeito de seu setor primário, e que as forças e estímulos responsáveis pelo crescimento industrial têm vigência própria e determinada.

Finalmente, o setor produtor de serviços, que abrange um grande e heterogêneo número de atividades, ao que parece e ao contrário da indústria, ainda tem sua sorte vinculada a comporta

---

(1) CEPAL, Naciones Unidas, "Notas sobre la economía y el desarrollo de America Latina", n.ºs 309/310, janeiro, 1980.

(2) FEE, "Desempenho da Economia do RS", 1979, p. 67.



mento da agricultura (3). É isso que lhe constrangeu a um crescimento equivalente ao da Renda Interna.

Embora não se dispondo de um índice que seja capaz de medir a relação de preços entre as exportações e importações gaúchas, é possível que tenha havido ganhos nas transações comerciais, o que viria afetar a Renda estadual. Os preços das exportações internacionais baixaram mais do que o das importações, causando uma desvantagem para a área. Por outro lado, o preço dos produtos agrícolas teve uma evolução favorável no mercado interno, o que pode ter favorecido a região que tem neles parte apreciável de suas exportações.

Se, no cômputo geral, a evolução de preços foi favorável, afetando cerca de 40% do produto, em parte ela neutralizou as quedas de produção, pelo menos no que se refere à demanda. Após três anos de frustrações sucessivas, o Rio Grande do Sul deveria apresentar mais do que um quadro de dificuldades e apreensões. Se tal não ocorre, é porque a renda pessoal não caiu com a mesma intensidade, e, ao mesmo tempo, mecanismos financeiros foram acionados para repor a capacidade de compra comprometida.

Esse é o lado positivo do momento atual, porque, se razões econômicas estiverem comandando a queda agrícola e o estancamento do Produto, não só seria difícil resolver isoladamente o problema, como a reversão de expectativas empresariais ganharia dimensões incomensuráveis. No entanto, a disposição do empresário agrícola é francamente favorável, porque sabe que, não voltando a ocorrer acidentes climáticos, há plenas possibilidades de uma pronta recuperação. A experiência negativa de 1978 não chegou a afetar a disposição para 1979, o que pode ser constatado pelas decisões de plantio. O mesmo deve ocorrer para 1980.

Quanto ao empresariado urbano, as decisões do campo lhe afetarão inevitavelmente, e aqueles que independem delas terão sua sorte ligada ao clima geral de decisões do país. Não se trata mais de um problema local, que possa ser equacionado nos

---

(3) É possível que investigações posteriores revelem maior autonomia do setor, porque a Indústria já apresenta um Produto 60% maior do que o da Agricultura.



estreitos limites regionais.

#### NATUREZA DA INDUÇÃO

A origem fundamental das dificuldades atuais predispõe a ações que seriam bem diferentes se outras fossem as causas. É necessário pôr atenção nisso, porque, a partir desse entendimento, as perspectivas assumem cores e proporções próprias.

Quando o produto esperado não se realiza e os custos ficam a descoberto por razões do mercado, a reação imediata é a liberação de fatores e a redução da oferta, de modo a que num outro nível se logre realizar as expectativas de ganho. Essa busca de um novo equilíbrio pode ser acelerador de um processo depressivo e de desempenho acumulativo.

No Rio Grande do Sul, como já se viu, a causa essencial da queda e do estancamento é não-econômica, e, nesse caso, a reação e as conseqüências são de outra ordem. No segmento agrícola empresarial, onde custos e receitas são todos monetizados e boa parte do capital empregado é de origem creditícia, a busca do nível de produção tende a ser maior do que na etapa anterior, parte porque há os encargos não satisfeitos, e parte porque há a margem de remuneração a ser resguardada.

Na economia de subsistência, a atitude é igual, porque, mesmo na ausência de encargos financeiros, há, de um lado, as necessidades básicas a serem satisfeitas e, de outro, as expectativas de um ganho monetário, decorrentes de um padrão cultural e de uma experiência anteriormente vivida.

Se não há, portanto, razões econômicas preponderando na queda da produção, o nível anterior tende a ser imediatamente restabelecido, com todas as conseqüências daí decorrentes. Essa é uma perspectiva bastante importante, porque mostra que o atual quadro econômico do Rio Grande do Sul não é projetável, ou seja, dele não se pode tirar qualquer ilação com validade temporal. Trata-se de um episódio dentro de uma tendência e, como tal, deve ser visto. É claro que, a curto prazo ele causa dificuldades de efeitos inúmeros e posterga decisões que só são tomadas dentro de certo dinamismo. Um triênio de estancamento tolda inapelavelmente



te os horizontes indispensáveis para o estabelecimento de perspectivas corretas, sobretudo quando a persistência do aleatório produz resultados sempre aquém do esperado.

Nem por ser passageiro o episódio deixa de registrar seqüências retardatárias do desenvolvimento. Na agricultura, a busca de um novo nível do produto pode se dar com acumulação de capital, na medida, como se frisou anteriormente, em que a intenção é recuperar e conquistar novos ganhos. Fora do setor primário, porém, onde a capacidade instalada atentava para um nível de produção, a sua não-utilização por razões da queda implica em aguardar uma demanda adicional que justifique a ampliação da mesma. Enquanto aguarda, não demanda nova capacidade e, nesse sentido, desencadearia efeitos acumulativos depressivos.

Quando o episódio se prolonga, essa ação acumulativa se aprofunda, dando a impressão de crise no sentido vulgar. A maior ou menor profundidade desse encadeamento de fatos, em boa parte vai depender da relação das forças que atuam no sentido de maior demanda de bens, serviços e fatores e das que agem em sentido contrário. Vai depender também do grau de comprometimento da estrutura produtiva com o setor causador do desequilíbrio. O crescimento industrial mostrou que há boa margem para ações autônomas.

Pode-se, em razão disso, ter uma agricultura que não diminui sua demanda mesmo na presença de menor oferta e um segmento urbano que lhe segue os passos, quando supridor dessa demanda. O segmento urbano, porém, que se relaciona com a agricultura através da oferta, necessariamente fica na expectativa de maiores volumes, ajustando seus custos variáveis de acordo com as condições de seu próprio mercado. Nesse segmento pode haver desemprego e constituir-se em foco de propagação.

Alcançado o nível de produção primária em correspondência às decisões tomadas, volta o sistema ao seu ritmo anterior, normalizando-se seus fluxos e reequilibrando-se seus pontos rompidos. Tudo isso deve se dar evidentemente se não ocorreram fatos novos ou emergências inibidoras.

Para o atual tipo de problema que mais assoberba o Estado, não há qualquer arranjo em seu aparelho produtivo que pos



sa contorná-lo. O que se precisa é contar com o concurso dos instrumentos de política econômica que permitam manter os fatores de produção em pleno emprego e garantam as expectativas de ganho implícitas em suas decisões. Esses instrumentos já foram mobilizados e se encontram a serviço desses objetivos.

A médio e a longo prazo deve-se pensar em encaminhar ações voltadas a aumentar o domínio do homem sobre a natureza, onde a irrigação mais generalizada constituir-se-á em instrumento indispensável.

#### OS IMPREVISTOS NA RECUPERAÇÃO

Sem desconhecer os males do quadro de hoje e na maior convicção de sua plena e total superação, cabe meditar sobre imprevistos de natureza econômica que possam constituir-se em obstáculos ao crescimento gaúcho. Esses imprevistos se colocam do lado da demanda e por isso mesmo há pouco a fazer a seu respeito.

Uma primeira esfera de estímulos se situa no próprio sistema que constitui a economia brasileira, para o qual 2/3 do fluxo de exportações tem destino. O Rio Grande do Sul, como subsistema, tem uma "abertura" maior que o sistema a que pertence, e ela se constitui numa variável autônoma de grande vigor na economia regional. Enquanto o País tem um coeficiente de abertura (ex<sup>o</sup>portação/produto) de 12%, no Estado é superior a 40%.

O Estado conta com um setor externo superior em termos relativos ao setor externo mais investimentos da economia brasileira (12 mais 16%, respectivamente), ou seja, uma única variável indutora da sua economia representa muito mais do que as duas básicas da dinâmica nacional.

Numa economia regional, seus estímulos entram pela porta das exportações - atividades básicas - e, por isso, sua constância é condição indispensável à manutenção e ritmo do produto. Se, por qualquer razão, esses estímulos decrescem, é inevitável um decréscimo do emprego e da renda.

Do ponto de vista da economia nacional e a curto prazo, os 2/3 das exportações gaúchas ficam essencialmente na dependência da evolução do próprio PIB. A luta contra a inflação e o es-



trancamento da balança de pagamentos podem transformar-se em elementos restritivos a uma evolução mais rápida, o que, sem dúvida, viria a afetar a dinâmica regional.

A economia mundial, por seu turno, está passando por um período de muitas dificuldades, com taxas baixas ou negativas de crescimento, inflação, desemprego, etc, o que por si só é desestimulador dos fluxos do comércio. Além disso, recrudescer o protecionismo nos principais mercados, o que, sem dúvida, repercutirá nas perspectivas das áreas periféricas. A atual queda nos preços das matérias-primas e a deterioração nos termos de intercâmbio para os países não-exportadores de petróleo, constituem sintomas de uma tendência que pode se agravar.

O Rio Grande do Sul pode ter neutralizada essa tendência através de políticas postas em prática pelo país. A necessidade de manter um grande dinamismo no setor externo talvez sugira mecanismos de compensação, em cruzeiros, que defendam a economia local dos malefícios apontados.

Cumpra estar alerta para todos esses fatos, a fim de coadjuvar as autoridades federais quanto a medidas que se mostrarem oportunas. De qualquer modo, não há como evitar alternâncias nas condições de mercado, podendo-se, no máximo, e através de instrumentos e políticas, atenuar consequências desmedidas no jogo das transações comerciais.

#### PERSPECTIVAS

Se razões de mercado não surgirem de modo incontornável, o Rio Grande do Sul deve retornar a seu crescimento. É mister não descuidar da introdução de novos padrões produtivos em suas práticas agropecuárias e cuidar da diversificação de seus aparelhos produtivos urbanos, com destaque às novas atividades de ponta. Esse processo de inovação no campo e de diversificação urbana está em pleno curso, cumprindo intensificá-lo para que as transformações desejadas se façam mais rápidas.

É preciso atentar, contudo, para que problemas estruturais que não vêm encontrando soluções pelos mecanismos de mercado, as tenham através de ações especialmente a elas dirigidas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

O principal de todos é o do minifúndio e pequenos proprietários, pelo que significam em termos sociais e pelo que implicam em sua emprego e má utilização do solo.

O Governo vem se empenhando nas transformações e ajustes que a economia gaúcha reclama, porque tem consciência de que elas são indispensáveis na introdução de fatores dinâmicos na atual estrutura. O processo de integração lavoura-pecuária já vem se dando, mas é preciso acelerá-lo, inclusive como forma de defesa contra surpresas do mercado. A faixa dos pequenos produtores, que não podem dedicar-se a culturas intensivas, vem sendo motivo de inúmeros contatos internos e externos, visando recursos para uma abordagem funcional e conseqüente. Ao mesmo tempo, estão-se aperfeiçoando instrumentos tradicionais, como crédito, assistência técnica, infra-estrutura, etc., de modo a melhorar as condições de produção.

Os cronogramas de implantação das unidades básicas de diversificação industrial estão sendo seguidos à risca, de forma a poder-se contar nos momentos aprazados com o seu concurso.

A par dos problemas de curto prazo que absorvem o administrador, é preciso não perder de vista a tendência de médio e longo prazos, cujo balizamento se impõe para evitar que o esgotamento de uma forma de crescer encontre o Estado sem alternativa.

As perspectivas do Rio Grande do Sul não se alteram com as quebras de safras, mesmo quando sucessivas, porque não chegam a afetar a estrutura econômica e as condições locais de desenvolvimento. Se forças maiores, como é o caso do mercado, exigirem retificações em suas linhas, isso será feito com a mesma determinação de outras ocasiões.

Como subsistema, o Rio Grande do Sul tem que ser visto e avaliado em função de seus recursos naturais, da acumulação de capital já feita, da produtividade alcançada e da própria experiência social cristalizada, manifesta desde a iniciativa de sua liderança, até as formas de proceder e realizar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

1 - Á R E A E C O N Ô M I C A



## 1 - ÁREA ECONÔMICA

### 1.1 - INTRODUÇÃO

A Administração Pública desenvolve atividades nesta área, que são fundamentais para o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e abrange os setores agropecuário, de indústria, de comércio e finanças.

No sentido de avaliar a atuação governamental do exercício de 1979, partir-se-á da análise dos principais objetivos fixados pelo Governo Amaral de Souza para cada um desses setores.

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, das proposições expressas para o setor primário, destacam-se, entre os objetivos essenciais como forma de superar os problemas sócio-econômicos do Estado, a integração lavoura-pecuária, a questão dos agricultores de baixa-renda, o problema da conservação do solo e do reflorestamento. No entanto, considerando que o desenvolvimento do setor ocorre pelo aumento de produtividade, as atividades governamentais concentraram esforços na área de pesquisa científica e assistência técnica.

Durante o exercício de 1979, o Setor Público Agrícola reorientou suas atividades para atender os objetivos prioritários do Governo, vinculando-as a quatro grandes programas: Integração Lavoura-Pecuária, Promoção dos Agricultores de Baixa Renda, Preservação dos Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento da Infra-estrutura Agrária.

O Programa Integração Lavoura-Pecuária, lançado pelo governo anterior, fundamentado na necessidade de aumentar a disponibilidade de terra e estimular as fontes absorvedoras de mão-de-obra, continuou a merecer a atenção da administração estadual, neste ano, desenvolvendo projetos de relevância para o setor.

Este programa, baseado no uso intensivo de equipamentos e insumos modernos, permitirá que essas duas atividades assumam um papel de vanguarda tecnológica, para geração de maior renda e de uma taxa de crescimento para o Setor.



Ênfase especial foi dada, pelos órgãos públicos, ao Programa de Promoção dos Produtores de Baixa Renda, em virtude dos graves problemas sociais gerados nas estruturas minifundiárias. A partir da identificação desses problemas e do conhecimento de que os mecanismos de mercado são incapazes de proporcionar soluções razoáveis, o Governo desencadeou ações que objetivam a melhoria do nível de renda e do bem-estar dessas populações rurais.

A formulação do Programa de Preservação de Recursos Naturais Renováveis, com o objetivo de estabelecer diretrizes que orientem o produtor quanto ao uso racional dos recursos naturais renováveis do Estado, pautou o desenvolvimento das atividades da Secretaria da Agricultura e da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Todas as atividades desenvolvidas visaram à rápida difusão e à adoção de métodos adequados à correta utilização do solo, uso esse que, coerente com sua preservação, assegure aos agricultores a imprescindível estabilidade e a melhoria do poder competitivo nas suas atividades. Portanto, a orientação técnica oferecida aos produtores enfatizou a utilização racional dos recursos do solo, de forma a garantir e possibilitar sua aplicação permanente e em condições de maior produtividade.

Ainda dentro desse programa, foram iniciados importantes trabalhos para o restabelecimento das reservas florestais designadas, a fim de que se reconquiste o equilíbrio ecológico comprometido pela escassa cobertura florestal.

O somatório dos serviços prestados em 1979 pelos órgãos públicos na área agrícola - Secretaria da Agricultura, Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA e EMATER - se constituíram, em seu conjunto, no atendimento ao público rural, no sentido de que a atividade agropecuária se fizesse de forma racional e com uso de tecnologia adequada que permita reflexos positivos para a grande, média e pequena propriedade.

A política industrial adotada pelo Governo visou, basicamente, a dar continuidade aos grandes projetos industriais em implantação no Estado - Pólo Petroquímico, Complexo Carbonífero-



Carboquímico e Complexo Metalúrgico do Cobre; consolidar e aperfeiçoar os subsetores representativos da estrutura industrial gaúcha, com ênfase na incorporação de inovações tecnológicas; e estimular a implantação de novos investimentos em função do processo de diversificação e crescimento da indústria nacional.

As realizações do Governo, no decurso de 1979, demonstraram constante preocupação com o controle das atividades industriais, visando à proteção do meio ambiente e com a adoção de medidas que atentem para a progressiva distribuição das unidades industriais, de forma a remodelar o espaço econômico-demográfico do Estado.

A Secretaria de Indústria e Comércio - SIC é, a nível estadual, o órgão responsável pela formulação e articulação da política de promoção dos setores industrial e comercial. Cabe-lhe, portanto, a importante tarefa de adotar medidas necessárias à implementação e consecução dos objetivos expressos pelo Governo.

A SIC, nesse ano, desenvolveu atividades que se destacaram por atender aos crescentes apelos da economia nacional e local.

A necessidade de fontes alternativas de energia, advinda da crise de petróleo, tem impulsionado o estudo e a pesquisa de novos combustíveis. O álcool constitui, sem dúvida, uma alternativa para o Brasil, principalmente por suas características essencialmente nacionais de obtenção e por ser o país rico em solo fértil e mão-de-obra.

A SIC realizou uma série de estudos que objetivaram avaliar as potencialidades do Estado para que este se integrasse ao Programa Nacional do Alcool, além de prestar assessoria técnica a entidades e empresários sobre a PROÁLCOOL.

Visando à ordenação da malha econômica industrial, a SIC vem promovendo a implantação de Distritos Industriais que objetivem a organização física das atividades produtivas, o desafogo de áreas congestionadas e a promoção do desenvolvimento industrial em regiões interioranas. Foram aprovados neste período 10 projetos industriais a serem implantados nos Distritos de Gravataí, Ca



choefrinha e Rio Grande.

Todos os projetos relativos à implantação de Distritos e Áreas Industriais estão a cargo da Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial - CEDIC, e procuram oferecer alternativas de localização industrial, de forma a proporcionar condições à implantação de pólos alternativos à Grande Porto Alegre.

Cabe ainda destacar a atuação da Central Vitivinícola do Sul S/A - VINOSUL, Produtos Gaúchos S/A - PROGASA, Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC e Açúcar Gaúcho S/A - AGASA, que, através de suas atividades, buscam a promoção de setores não são pouco rentáveis, como setores com sérios problemas de comercialização ou problemas sociais.

A VINOSUL, que desenvolve atividades importantes para o setor vitícola e vinícola do Estado, exercendo funções de reguladora e orientadora da produção, prestou relevantes serviços às empresas vinícolas, armazenando 1.565.300 litros de suco e 382.350 litros de vinho comum.

A Produtos Gaúchos S/A - PROGASA, tem por objetivo acompanhar a política de produção e comercialização, regulando o mercado mediante a industrialização de parte do produto e comercializando o excedente no país. Atualmente, a empresa partiu para a desidratação de alho, cenoura, batata, salsa, repolho e couve, produtos esses oriundos de pequenas propriedades.

A atuação da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC, se fez com vistas a promover o crescimento da produção de leite "in natura". Através da inclusão de novas áreas, pretendeu reduzir o déficit existente de leite e seus derivados.

Constituiu-se objetivo da atual administração da empresa a garantia de suprimento de leite pasteurizado à população da Grande Porto Alegre, principalmente na entressafra.

A Açúcar Gaúcho S/A - AGASA, no presente exercício, prestou excelentes serviços ao Estado, não só no que concerne à industrialização da cana-de-açúcar produzida na região, como também pelos estudos realizados para demonstrar a viabilidade técnica da produção do álcool no Estado com vistas à solução do problema e-



nergético nacional.

A atuação do Setor Público na área de Comércio se faz através das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Indústria e Comércio e órgãos vinculados como também pela participação do Instituto Sul-Riograndense do Arroz - IRGA, no que se refere à comercialização do arroz.

Os objetivos governamentais de criar modernos mecanismos de comercialização e de estimular e fortalecer o sistema cooperativo estão fundamentados na constatação de que, com raríssimas exceções, os produtos originários das regiões de pequenos produtores apresentam estruturas comerciais inadequadas, o que proporciona grandes perdas para os produtores e grandes margens de lucros aos intermediários. Ao longo desse ano, houve uma preocupação constante por parte do Governo, no sentido de assegurar condições mais adequadas para comercialização dos produtos gaúchos. O IRGA desempenha papel importante na comercialização do arroz, por ser de sua incumbência assegurar ao produto preços mínimos de garantia, intervir no mercado para assegurar colocação para o produto, regular os centros internos de consumo e, muitas vezes, colocar os excedentes no mercado internacional.

Por sua vez, a SIC, como apoio ao setor comercial exportador, desenvolve atividades de assessoramento técnico a empresários quanto a incentivos fiscais, procedimentos administrativos, promoção comercial, participação em feiras e missões comerciais, além de promover painéis e mesas-redondas.

Na área de serviços bancários e financeiros, o Governo do Estado conta com a participação de instituições financeiras que, consoante com a política federal, desenvolvem suas atividades oferecendo suporte financeiro para o desenvolvimento da economia gaúcha.

Os serviços financeiros, na atual gestão, estiveram orientados no sentido de promover o desenvolvimento integrado, evitando os desequilíbrios regionais e de fortalecer e capitalizar.



a empresa nacional, de forma que esta tenha condições de competir no mercado interno e externo.

A atuação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, tem se norteado pelos altos propósitos da política governamental, procurando oferecer apoio financeiro ao desenvolvimento dos setores produtivos do Estado, em especial às pequenas e médias empresas e às áreas consideradas prioritárias.

Apesar das dificuldades encontradas no decorrer de 1979, o total dos financiamentos do Banco atingiu, até novembro, Cr\$ 28,2 milhões, representando um acréscimo de 55%, comparado ao ano anterior.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela Caixa Econômica Estadual - CEE, tem recebido constantemente a preferência da população gaúcha. Isto é o que se pode concluir pelo fato de que mais de dois milhões de riograndenses são depositantes da instituição.

Os recursos captados pela CEE são inteiramente aplicados no Estado, destinando-se à população em geral, representados por seus depositantes, Prefeituras, estudantes, pequenas e médias empresas, etc.

Para atingir os objetivos expressos pelo Governo, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL, participou de uma série de programas que se constituem em excelentes indicadores do desempenho do Setor Público nesta área, dos quais destacam-se: Programa de Substituição de Combustíveis Derivados do Petróleo, do PROÁLCOOL, Programa de Eletrificação Rural, Programa de Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional, além dos programas tradicionais PROMICRO e PROLAPE.

Salienta-se ainda a participação do BADESUL como agente financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, para o desenvolvimento de programas específicos ligados à infraestrutura agropecuária, industrial e urbana.

Todas as atividades desenvolvidas pelo Setor Público fundamentalmente tiveram como objetivo prioritário a promoção do



homem de forma que ele possa atingir maiores níveis de bem-estar social.

## 1.2 - AGRICULTURA

### 1.2.1 - PROGRAMA INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA

A deficiência alimentar tem sido apontada como o principal fator de baixa produtividade do rebanho gaúcho. A capacidade de suporte dos campos nativos, no inverno, cai em média 50% e, em média, 23% do ganho de peso obtido na primavera/verão é perdido durante o outono/inverno. Calcula-se, no Estado, que dois terços dos bovinos passam fome e perdem peso durante o período de frio.

As experiências na integração das atividades do campo têm mostrado bons resultados. A entrada da pecuária numa empresa dedicada à agricultura ou vice-versa, tem como resultado o aumento do produto, sem qualquer prejuízo para a atividade inicial.

As culturas de verão, em geral, estão sujeitas a menores riscos, conseqüentemente ganham a preferência do produtor rural.

As atividades integradas permitem que a pecuária utilize a área, a mão-de-obra e equipamentos ociosos durante o inverno. Como o principal problema alimentar dos bovinos ocorre nesse período e as restevas das lavouras e pastos naturais são escassos, a alternativa é cultivar pastagens de inverno para manter estável o suporte durante todo o ano.

Portanto, o Programa Integração Lavoura-Pecuária busca aumentar a produção e a produtividade, tanto da lavoura como da pecuária, através da adoção do mais alto nível de tecnologia.

A dinâmica de lavoura e os resíduos por ela deixados oferecem à pecuária melhores condições alimentares, por sua vez, a lavoura se beneficia neste processo, pela maior conservação dos recursos naturais propiciados pela pecuária.



O perfeito conhecimento das vantagens decorrentes dessa integração, levaram os órgãos públicos a acionar uma série de mecanismos visando à implementação do programa, dos quais destacam-se: crédito rural integrado, assistência técnica a nível de propriedade, feiras de terneiros, instituição dos Clubes de Integração e Troca de Experiências - CITES.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura e seus órgãos vinculados ou relacionados, para atender aos objetivos propostos para o PROGRAMA INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA, destacam-se:

1.2.1.1 - Pesquisa:

No exercício de 1979 foram desenvolvidos projetos de pesquisa em:

- Sanidade Animal

Dos 17 subprojetos programados pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor", foram realizados 13, especificamente sobre parasitoses, doenças infecciosas e toxicologia dos animais de interesse econômico para o Estado.

- Ovinos

O Instituto de Pesquisas Zootécnicas "Francisco Osório" desenvolveu pesquisa sobre nutrição e manejo, atingindo 100% das metas previstas para o exercício.

- Bovinos de Corte e de Leite

Visando ao melhoramento genético, reprodução, manejo e nutrição, foram ativados os trabalhos de pesquisa em 22 Subprojetos, na área de bovinos de corte e de leite, tendo sido plenamente atingida a previsão. Ainda dentro deste Programa, o Setor Público, através do IPAGRO, programou e realizou 100% do previsto: em seus 64 subprojetos, nas seguintes linhas de pesquisa: Forrageiras; fitomelhoramentos e nutrição de plantas; soja; fitomelhoramento, nutrição de planta, entomologia, fitopatologia, sementes, química e fertilidade do solo, ecologia, prã-



ticas culturais, botânica; trigo: fitomelhoramento, imunologia, práticas culturais, fertilidade do solo, ecologia, tecnologia de sementes, fitopatologia, entomologia; Tecnologia de Sementes: análise de sementes, produção de sementes, análise e conservação de sementes.

O Instituto Riograndense de Arroz - IRGA, em 1979, desenvolveu 12 linhas de pesquisa em rizopiscicultura e botânica, 41 subprojetos e 59 experimentos, contribuindo, também, para aumentar a disponibilidade e qualidade das sementes melhoradas, fiscalizadas e certificadas de: Brirga, Blue Belle, Le Bonet e Semente Comercial.

#### 1.2.1.2 - Assistência Técnica

O Programa de Integração Lavoura-Pecuária contou com a participação da EMATER como órgão responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades de assistência técnica:

##### - Bovinos de Corte e Ovinos

Visando à transferência de tecnologia adequada, foram atendidos 3.985 produtores de bovinos de corte e 1.605 produtores de ovinos, e, com a finalidade de proporcionar melhor capacitação de mão-de-obra, foram realizados 6 cursos, dos quais 4 na área de bovinos de corte e 2 na área de ovinocultura.

Destaca-se, também, a montagem pela EMATER de 9 unidades demonstrativas no interior do Estado.

##### - Trigo, Soja, Arroz

Com o objetivo de transferir aos produtores os benefícios dos sistemas de produção, foram atendidos 5.459 produtores de trigo, 7.617 produtores de soja e 982 produtores de arroz. Nesta área também foram realizados cursos visando à capacitação de mão-de-obra. Do total de 29 cursos, 5 destinaram-se à cultura do trigo, 19 à soja e 5 ao arroz. Em diversos municípios produtores foram instaladas unidades demonstrativas,



sendo que 32 dessas unidades destinaram-se ao trigo, 5 ao arroz e 103 para a soja.

- Sementes Melhoradas

As metas previstas para a produção de sementes melhoradas de soja, trigo, cevada e forrageiras, foram totalmente atingidas no corrente ano, sendo que, no caso da cebola, a meta alcançada ultrapassou em muito a prevista.

- PROAGRO

A EMATER realizou 52.492 perícias e emissões de laudos, para caracterizar o nível de prejuízos sofridos pelos produtores por ocasião dos graves problemas climáticos que atingiram o Estado.

- Cursos e Seminários

Dentre as atividades de Assistência Técnica oferecidas pelo IRGA aos produtores de arroz, cabe ressaltar a realização de 90 cursos, cujo objetivo consiste em oferecer orientação técnica aos agricultores relativa ao cultivo do arroz e ao uso adequado da maquinaria. Outra atividade desenvolvida pelo IRGA e muito bem aceita pelos associados de cooperativas, refere-se à promoção de 93 seminários para cooperativados.

1.2.1.3 - Defesa Sanitária

O Departamento de Produção Animal, órgão da Secretaria da Agricultura, tem como atribuição a realização de programas que visam ao desenvolvimento da economia pecuária do Estado e fundamenta sua atuação em programas específicos de defesa sanitária animal.

O objetivo principal dos programas de defesa sanitária consiste no combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias dos animais, e orientam-se aos principais problemas existentes no Estado.

Dentre as principais realizações do exercício de 1979, citam-se:



- combate à Brucelose: 389.377 ternelras vacinadas e 33.633 provas com soro-aglutinação;
- combate à Febre Aftosa: foram aplicadas 20 milhões de doses de vacinas, sendo que houve fiscalização de 100% das vacinas e atendimento a todos os focos notificados;
- combate à Raiva dos Herbívoros: 96.490 cabeças foram vacinadas, sendo determinadas 25 áreas problemáticas, controle de 2.177 morcegos hematófagos e cadastradas 166 furnas;
- combate ao Carrapato: foram atendidas 70 propriedades rurais em 20 municípios detentores de focos de carrapatos;
- erradicação da Sarna e Piolheira dos ovinos: foram promovidas vigilâncias epidemiológicas em 40.655 propriedades, com 22.616.286 de ovinos;
- Premunicação de Bovinos: foram atendidos 100% dos bovinos importados, animais esses oriundos de países ou zonas livres de carrapato.

#### 1.2.1.4 - Outras Atividades

- Central Riograndense de Inseminação Artificial - A Secretaria da Agricultura, através da CRIA, com a finalidade de promover a melhoria zootécnica dos rebanhos gaúchos, obteve a produção de 131.942 doses de sêmen, a aplicação de 139.885 doses de inseminações, a distribuição de 153.761 doses de sêmen, a instalação de 121 postos de inseminação artificial e 66 postos de abastecimento. Ministrou ainda 21 cursos sobre o assunto.

#### - Feiras de Terneiros

Com o objetivo de introduzir na comercialização de bovinos uma faixa de especialização, foi efetivado o controle de terneiros para terminação como novilho precoce. A adoção desse sistema visa acelerar a produção de carne, reduzindo a idade de abate. Conseqüentemente, obter-se-á um aumento da taxa de desfrute. Nas 12 feiras de terneiros realizadas em 1979, foram comercializados 14.925 animais, dentre as 19.000 inscrições solicitadas.



sendo que 32 dessas unidades destinaram-se ao trigo, 5 ao arroz e 103 para a soja.

- Sementes Melhoradas

As metas previstas para a produção de sementes melhoradas de soja, trigo, cevada e forrageiras, foram totalmente atingidas no corrente ano, sendo que, no caso da cebola, a meta alcançada ultrapassou em muito a prevista.

- PROAGRO

A EMATER realizou 52.492 perícias e emissões de laudos, para caracterizar o nível de prejuízos sofridos pelos produtores por ocasião dos graves problemas climáticos que atingiram o Estado.

- Cursos e Seminários

Dentre as atividades de Assistência Técnica oferecidas pelo IRGA aos produtores de arroz, cabe ressaltar a realização de 90 cursos, cujo objetivo consiste em oferecer orientação técnica aos agricultores relativa ao cultivo do arroz e ao uso adequado da maquinaria. Outra atividade desenvolvida pelo IRGA e muito bem aceita pelos associados de cooperativas, refere-se à promoção de 93 seminários para cooperativados.

1.2.1.3 - Defesa Sanitária

O Departamento de Produção Animal, órgão da Secretaria da Agricultura, tem como atribuição a realização de programas que visam ao desenvolvimento da economia pecuária do Estado e fundamenta sua atuação em programas específicos de defesa sanitária animal.

O objetivo principal dos programas de defesa sanitária consiste no combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias dos animais, e orientam-se aos principais problemas existentes no Estado.

Dentre as principais realizações do exercício de 1979, citam-se:



as afetam em decorrência de fatores que limitam a possibilidade de melhor remuneração por seu trabalho.

Entre os Estados brasileiros, é o Rio Grande do Sul que apresenta a maior área situada no estrato de até 50 ha e o maior número absoluto de imóveis cadastrados como minifundiários, cuja área é suficiente para possibilitar a absorção de toda a força de trabalho de uma família, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico. A pequena dimensão da unidade produtiva é um importante condicionamento para que o agricultor se dedique a culturas anuais intensivas em frações de terra impróprias para este uso, o que conduz à redução da fertilidade do solo, à erosão e ao baixo rendimento das culturas.

A partir da caracterização do agricultor de baixa renda, foi possível diagnosticar todos os problemas sofridos e gerados por essa inadequada estrutura de posse e uso da terra. O governo do Estado, sensibilizado com o problema, desenvolve, atualmente, ações com o objetivo de elevar o nível de renda e de bem-estar social desses produtores. Assim, através da Secretaria da Agricultura e órgãos vinculados ou relacionados, em 1979 foram efetivadas as seguintes atividades de pesquisa e assistência aos produtores de baixa renda:

#### 1.2.2.1 - Pesquisa

1.2.2.1.1

A pesquisa para este segmento tem se destinado aos produtos específicos da estrutura minifundiária. Neste sentido, foram desenvolvidos 80 subprojetos, no Departamento de Pesquisa, nas seguintes linhas de pesquisa: fitomelhoramento (feijão, milho, sorgo, mandioca, olerícolas, rosáceas, videiras, frutas tropicais, citricultura); nutrição (videira e citricultura); ecologia (feijão, milho, sorgo, videira); entomologia (feijão, milho, sorgo, olerícolas, citriculturas); práticas culturais (mandioca, olerícolas, rosáceas, videira, citricultura); produção de mudas (citricultura); fitopatologia (feijão e videira); química e fertilidade do solo (feijão, milho, sorgo, mandioca); tecnologia de sementes (milho, sorgo);



sistema agrícola (milho, sorgo); fisiologia e manejo (milho, sorgo); manejo e conservação (milho, sorgo); manejo (frutas tropicais).

Os resultados obtidos nos experimentos com o feijão permitem a recomendação da cultivar GUATEIAN 6.662. A nova cultivar é de grão preto e, em condições experimentais, apresentou produções médias de 2.000 Kg/ha. Os trabalhos conduzidos com cebola permitem a seleção de 4 linhagens de cebola branca para a indústria em teor médio de 12% de matéria seca. Em fase de pré lançamento, encontram-se 5 cultivares de ciclo médio.

O Instituto de Pesquisas Zootécnicas "Francisco Osório" programou e realizou 4 subprojetos nas linhas de pesquisa em melhoramento genérico (suínos); manejo (aves), nutrição (suínos e aves), por tratarem de produtos animais difundidos em pequenas propriedades rurais. As pesquisas em suínos evidenciaram a substituição total do milho das rações balanceadas para recria e terminação, por raiz de mandioca na forma de silagem ou de raspa, cuja vantagem está na redução do custo de produção do suíno, enquanto que as pesquisas em aves permitiram concluir que o sorgo se apresenta como uma opção valiosa para substituir o milho nas rações de frango e corte.

#### 1.2.2.2 - Assistência

As atividades de assistência ao pequeno produtor contaram com serviços oferecidos pela Secretaria da Agricultura e pela EMATER.

Referente à cria de animais de pequeno porte, a Secretaria da Agricultura prestou serviços nos ramos de:

- defesa sanitária: controle e vacinação do rebanho suíno contra a peste suína, sendo atendidos 99 focos detectados a nível estadual;

- suinotecnia: visita a 328 estabelecimentos criatórios, visando ao melhoramento genético, à qualidade e produtividade;



- aves e coelhos: assistência direta a 50 produtores;

- apicultura: assistência a apicultores, distribuição de mudas e construção de 42 apiários.

Para estimular o pequeno produtor quanto ao uso da tecnologia de produção avançada, em ênfase na aplicação de semente melhorada, fertilizantes, prática de correção de acidez do solo, fertilidade e preparo do solo, semeadura, adubação, colheita e armazenamento, a EMATER prestou assistência direta aos produtores através da orientação individual aos mesmos, da realização de cursos visando à preparação de mão-de-obra e montagem de unidades demonstrativas, com destaque para as atividades seguintes:

- assistência direta a grande número de produtores, assim distribuídos: 6.037 produtores de leite; 1.237 produtores de suínos; 21.231 produtores de milho; 4.595 produtores de uva; 1.287 produtores olerícolas e 3.004 produtores de frutas;

- cursos de capacitação de mão-de-obra ministrados nas áreas de pecuária: 19 para exploração leiteira e 37 para suinocultura; na de culturas: 16 para feijão, 41 para milho, 27 para olerícolas e 24 para fruticulturas;

- unidades demonstrativas: montagem de 46 unidades para feijão, 219 para milho, 38 para uva, 10 para olerícolas, 5 para fruticultura e 18 para suinocultura.

Foram ainda orientados pela EMATER, para a adoção de tecnologia adequada para a produção de arroz, soja e trigo, 18.789 pequenos produtores.

Órgãos de assistência técnica desenvolveram também programas especiais para atender aos pescadores artesanais, não só com o objetivo de difusão de melhor tecnologia de pescado mas, também, para orientar as famílias dos pescadores quanto aos aspectos de saúde, nutrição e associativismo. Foram orientados 747 pescadores quanto ao uso de melhor tecnologia, 350 famílias quanto aos aspectos de saúde e nutrição, e 472 pescadores quanto à promoção do associativismo.



No exercício de 1979 foram ainda realizados serviços de:

- controle e fiscalização de vinhos, derivados e bebidas alcoólicas, visando a garantir ao consumidor a integridade do produto. Foram expedidas 32.107 guias de trânsito, realizadas 878 análises enológicas e liberados 99.905.000 litros de bebidas;

- produção de sementes fiscalizadas e bulbos, objetivando a melhoria da produção e produtividade. Foram visitadas 741 lavouras de cebola, batata e alho, sendo produzidas 3.000 t de cebola-bulbo, 12,6 t de alho-semente e 153 t de batata-semente;

- controle ao Serrador de Acácia Negra: 1.280 produtores em 42 municípios receberam orientação técnica e foram cadastradas 70 milhões de mudas. A atuação da Secretaria da Agricultura na área de defesa sanitária da lavoura, especialmente no que diz respeito ao controle do serrador, justifica-se pelos prejuízos que essa praga acarreta à produção.

### 1.2.3 - PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

O uso indiscriminado e abusivo dos recursos naturais, em busca de altas margens de lucro a curto prazo nas atividades agropecuárias no Estado, está levando os recursos naturais renováveis a um estágio de degradação, onde o retorno a níveis adequados se torna bastante difícil, exigindo, portanto, do Governo, medidas enérgicas a curto e longo prazos, no sentido de, por um lado, estancar o processo de exaustão, e, por outro, fazer com que ocorra uma renovação. É neste sentido que a Secretaria da Agricultura, através de seu Departamento de Pesca, Departamento de Recursos Naturais Renováveis e Departamento de Pesquisa, tem realizado estudos e pesquisas sobre as condições do solo, água, flora e fauna, que resultem numa utilização racional com vistas à preservação desses recursos.



### 1.2.3.1 - Pesca

A pesca necessita de estudos e elaboração de programas que permitam o seu relacionamento sócio-econômico com os demais setores. Tais estudos deverão visar a conscientização sobre os reflexos negativos que podem advir da pesca predatória e do uso excessivo de elementos químicos nas lavouras, que poluem os mananciais de água, comprometendo seriamente a existência de espécies nativas. A solução encontrada para evitar a extinção dos espécimes foi a criação de peixes em confinamento, tendo sido produzidos 48.200 alevinos e 29.170 jundiãs durante o ano de 1979. Foi ainda construído um ranário para a criação dessa espécie. Visando ao esclarecimento das pessoas interessadas nesta atividade, foram proferidas 4 palestras, realizadas 5 visitas e fornecidas informações para 110 pessoas. Paralelamente, foi elaborado o Plano Estadual de Pesca e publicado um documento sobre Pesca e assuntos correlatos.

### 1.2.3.2 - Conservação de Solos

As tarefas de conservação de solos exigem ação mais intensa e direta junto ao agricultor, o que é efetuado pelos técnicos conservacionistas, que, durante o ano de 1979, atenderam a 2.500 agricultores, proferiram 71 palestras e realizaram 105 reuniões, além de terem realizado as seguintes atividades técnicas:

- locação de 8.126 terraços;
- locação de 2.741 canais escoadouros;
- melhoramento de pastagens num total de 5.259 ha;
- coleta de 720 amostras de solo;
- reciclagem de 150 professores de 1º grau nos municípios do interior;
- 86 divulgações através de imprensa escrita e falada.



### 1.2.3.3 - Reflorestamento

A busca de novas áreas para as lavouras tem levado à derrubada de matas com tanta intensidade, que tem alterado a fisionomia do Estado. Devido a isto, a conservação das áreas verdes cresce em importância ano a ano, tendo-se feito uma fiscalização mais intensa sobre a utilização dos recursos naturais e a busca de uma conscientização geral do público, não só mediante a realização de palestras e seminários, mas também através de orientação sobre reflorestamento, tanto em pequenas como em médias propriedades, colocando sementes e mudas à sua disposição.

Destacam-se as seguintes atividades executadas pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura:

- reflorestamento das margens dos rios e barragens, num total de 25 Km;
- produção de 357.000 mudas;
- doação de 31.000 mudas;
- plantação de 571.000 mudas em pequenas e médias propriedades rurais;
- implantação de 27 viveiros municipais;
- fixação de dunas cobrindo uma área de 27.675 m<sup>2</sup>, com a plantação de 121.000 mudas.

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis preservou 36.662 ha, coletou 900 Kg de sementes, produziu 500.000 mudas, construiu 15 Km de estradas e tropeiras e realizou trabalhos de conservação em 100 Km.

### 1.2.3.4 - Pesquisa

Através de seu Departamento de Pesquisa, a Secretaria da Agricultura vem desenvolvendo programas nas áreas de conservação de solos, essências exóticas, essências nativas e sementes e viveiros florestais.



Na área de conservação de solos foram implementados 8 subprojetos, especificamente no aspecto de manejo e conservação física e mineralógica dos solos, seu levantamento e classificação. Foram desenvolvidos 4 subprojetos na área de essências exóticas, seguindo as seguintes linhas de pesquisa: silvicultura, ecologia florestal, fitomelhoramento, dendrometria e tecnologia da madeira. Em essência nativas, 7 subprojetos foram desenvolvidos nas linhas de silvicultura e botânica. Na área de sementes e viveiros florestais, seguindo as linhas de pesquisa em fitomelhoramento e silvicultura, foram implantados 9 subprojetos.

#### 1.2.4 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA

Este programa, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e seus órgãos vinculados, como a CESA e o IRGA, tem por objetivo dotar o Estado de uma infra-estrutura agrícola adequada ao processo produtivo agrícola gaúcho. Para tanto, é necessário a adoção de uma série de medidas, entre as quais a complementação da capacidade armazenadora para produtos perecíveis, a construção de poços, açudes e barragens em áreas com problemas estacionais de suprimento de água, a realização de análise físico-químicas dos componentes das rochas fertilizantes, a pesquisa de novas jazidas de calcário, além de estudos geográficos, mapeamento e zoneamento do Estado, como subsídio para orientar planos de desenvolvimento.

Através do Departamento de Comandos Mecanizados, a Secretaria da Agricultura desempenhou tarefas relevantes de apoio à infra-estrutura agrícola, como a legalização de terras públicas e assentamento de agricultores; o levantamento de jazidas e análise de calcário; a construção de açudes, bebedouros e barragens; a execução de obras de drenagem, irrigação e perfuração de poços; a elaboração de estudos para drenagem e subsolagem e a elaboração de trabalhos geográficos e cartográficos.



No que diz respeito à legalização de terras públicas, durante o ano de 1979 foram efetuadas 128 concessões, 16 anulações e escrituração de 56 lotes, expedidos títulos para 640 lotes rurais e assentadas 235 famílias de agricultores em Bagé e Sarandi.

A calagem é, atualmente, largamente empregada nas lavouras, propiciando resultados compensadores em termos de rentabilidade agrícola. A prospecção de jazidas de calcário e dimensionamento das reservas é uma das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Comandos Mecanizados, que realizou, em 1979, 22 perfurações num total de 460,91 m.

Para minimizar o problema de estiagens, que tantos danos causam à lavoura e à pecuária, o represamento de águas superficiais para irrigação agrícola e dessedentação pastoreil, bem como a construção de sistemas de captação de água subterrânea, tanto para utilização humana quanto na lavoura e nos rebanhos, tem sido largamente enfatizada. No decorrer de 1979 foram efetuadas 279 obras entre açudes e bebedouros, construídas 2 barragens e perfurados 104 poços tubulares num total de 13.317 m.

A incorporação de novas áreas para utilização pela lavoura e pecuária é extremamente importante, face ao esgotamento da fronteira agrícola. Mediante utilização de uma tecnologia adequada, é possível a recuperação de áreas alagadiças, permitindo sua posterior utilização econômica. Dessa forma, foram realizadas 10 obras de drenagem e canais de irrigação, tendo sido movimentados 67.800 m de terra. Para execução dessas obras, é importante a manutenção das máquinas e equipamentos em perfeito estado de conservação, tendo sido recuperadas no exercício, 10 máquinas perfuratrizas, 24 tratores de esteiras, 6 tratores de pneus, 1 motoniveladora e 9 caminhões.

Além da inspeção de 89 açudes e 70 bebedouros, a Secretaria da Agricultura, através de seu Departamento de Comandos Mecanizados, realizou estudos para drenagem e subsolagem, estudos de planimetria em 858 ha, nivelamento e contranivelamento em 6.186 ha para barragens, envolvendo 288.672 m<sup>3</sup> de terra para 1.584.230.000 m<sup>3</sup> de água a serem armazenadas, tendo ainda



elaborado mapas com divisão municipal para fins de planejamentos es pacial, de população, rodoviário, geomorfológico, de vegetação, de uso da terra, hipsométrico, de clima e de povoamento.

#### 1.2.4.1 - Armazenagem

O incremento que vem ocorrendo anualmente na produção de cereais no Estado, exige um esforço paralelo do Governo para que se chegue a um nível adequado ao processo produtivo, no que diz respeito à infraestrutura de armazenagem para produtos perecíveis.

Para isso, a CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazens, órgão encarregado da execução da políti-ca estadual de armazenagem, vem realizando obras com vista à im-plicação da rede em tonelagem, à dotação de modernos equipamentos e aprimoramento técnico. Assim, em 1979, foram concluídos os si-los de Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, com capacidade to-tal de 70.000 toneladas, complementadas obras adicionais no silo de São Luiz Gonzaga, e adquiridos os armazéns de Dom Pedrito e Giruã, com capacidade de 16.000 toneladas ao todo.

As unidades de armazenagem da CESA, distribuídas em 23 zonas de atendimento e que dão cobertura direta a 165 municípios, atingindo a mais de 70% da área cultivada de trigo e soja, movimentaram 2.285.183 t de grãos em 1979. Para que se tenha idéia do atual nível de operação da empresa, na úl-tima safra de trigo, das 913.000 t colhidas no Estado, 153.673 t foram recebidas e manipuladas pela CESA, equivalentes a 16,83% do total, quando sua capacidade estática representa apenas 12% do total. Cabe-lhe, assim, proporcionalmente uma maior fatia de mer-cado.

A CESA, ainda em 1979, amortizou prestações vencíveis referentes a financiamentos num total de Cr\$. . . 179.622.000,00.

Concomitantemente, o IRGA esteve em-penhado na execução de 4 pavilhões para estocagem, em Cachoeira do Sul, com capacidade de 17.500 t e de outros 3 pavilhões em Uru



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

058

guaiana, com capacidade de 14.000 t. Realizou, referentemente à manutenção e equipamento de suas instalações, a construção de bases para moegas e elevadores para secadores e selecionadores de semente, a aquisição de uma retroescavadeira CASE, a instalação de dois secadores no armazém e cobertura metálica no pátio do engenho de Uruguaiana, o desvio ferroviário no depósito de Pelotas, uma rede de alta tensão no engenho do Alto Camaquã e a instalação de rede de alta tensão com transformadores de 150 KW.



### 1.3. INDÚSTRIA

A Secretaria da Indústria e Comércio, como órgão formulador, articulador e orientador da política de promoção do setor industrial do Rio Grande do Sul, está integrada aos programas dos Governos Estadual e Federal, cabendo-lhes as medidas necessárias à implantação e consecução dos objetivos expressos nos mesmos, no sentido de possibilitar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Atua, ainda, esta Secretaria de Estado, através de suas entidades supervisionadas, em áreas ligadas à transformação industrial, como complementação à iniciativa privada e regulação do mercado, motivo pelo qual é mais conveniente abordar a atuação do Setor Público nas atividades secundárias sob dois aspectos: o da Promoção Industrial e o da Produção Industrial propriamente dita.

#### 1.3.1. PROMOÇÃO INDUSTRIAL

A atuação do Governo Estadual, no sentido do desenvolvimento industrial do Estado, efetua-se principalmente de forma indireta, através da promoção, coordenação, normalização e apoio a empreendimentos privados e de origem federal.

A SIC vem contribuindo, através de suas atividades, para a consecução de alguns dos grandes objetivos traçados a nível governamental, em termos de promover a atividade industrial no Estado, quais sejam:

- a promoção de uma progressiva redistribuição espacial das atividades manufatureiras;
- a promoção à implantação de grandes projetos indutores;
- a promoção de novos empreendimentos industriais de médio porte;
- a promoção da consolidação e inovação nos sub-setores da agroindústria e de ramos dinâmicos especializados.

Tendo em vista estes objetivos, e outros que lhe



são complementares, podem ser identificadas as principais atividades desenvolvidas por aquela Pasta, no exercício de 1979.

### 1.3.1.1. Distritos Industriais

A estratégia industrial que vem sendo desenvolvida no Estado, em termos de localização industrial, se dirige no sentido de minimizar os efeitos do notório desequilíbrio em favor da Área Metropolitana, mediante a seleção de alternativas para as atividades econômicas, evitando as concentrações desproporcionais e criando pólos alternativos de desenvolvimento.

Assim, vem sendo preocupação da política adotada a de evitar o crescimento incontrolável da Grande Porto Alegre, bem como a de localizar as indústrias em áreas pré-determinadas, selecionadas de acordo com seus recursos naturais e humanos e sua posição em relação aos mercados nacional e estrangeiro. Dentro dessa linha de ação, a Secretaria da Indústria e Comércio tem promovido, através da CEDIC - Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial, a implantação de Distritos Industriais, os quais objetivam a organização física das atividades produtivas, o desafogo de áreas congestionadas e a promoção do desenvolvimento industrial em regiões interioranas.

Encontram-se em implantação no Estado, atualmente: o Distrito Industrial de Rio Grande, o Distrito Industrial de Santa Maria, o Distrito Industrial de Gravataí, o Distrito Industrial de Cachoeirinha, o Distrito Industrial de Alvorada - Viamão e o Distrito Industrial de Bagé - Pólo Protelco.

Durante o ano de 1979, foram realizados neste setor:

- aprovação de 10 projetos industriais, a serem implantados nos Distritos Industriais de Gravataí, Cachoeirinha e Rio Grande;

- concessão de incentivos materiais a empresas, compreendendo estudos, projetos, serviços e obras de infra-estrutura, bem como a construção de galpões industriais (edifícios industriais modulados) nos Distritos, buscando preen-



cher os espaços vazios da economia gaúcha e oportunizar a instalação de unidades fabris dentro dos setores prioritários da política industrial do Estado.

Para fazer frente a esses investimentos, foi firmado um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, através do qual são alocados recursos para a conclusão dos distritos Industriais de Alvorada - Viamão, Bagé, Cachoeirinha, Gravataí, Santa Maria e Rio Grande, bem como para a construção de 35 galpões industriais e a concessão de incentivos materiais a indústrias.

Outras atividades foram desenvolvidas, com relação à descentralização industrial e consolidação e inovação de empresas consideradas expressivas na estrutura industrial do Estado, a saber:

- análise de cartas - consulta de diversas empresas para enquadramento preliminar nos Distritos Industriais;

- análises de projetos econômicos com vistas à concessão de incentivos materiais;

- análise de faturas e propostas relativas à implantação de Distritos Industriais e da execução de infra-estrutura em áreas das empresas;

- acompanhamento de incentivos materiais previstos no Decreto nº 22.964, de 31-12-73, controle de prazos, construção de instalações, situação econômico-financeira e ocupação de Distritos Industriais;

- fiscalização dos Incentivos Fiscais.

Resta mencionar, neste particular a atividade do CEPEDI - Conselho Estadual de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais, incumbido de realizar estudos e pesquisas necessárias à formulação e execução da política de Distritos Industriais, bem como estudos e medidas imprescindíveis à criação e/ou implantação dos mesmos. Foram realizados por este Conselho, no exercício de 1979;

- definição da necessidade de recursos



para a conclusão dos Distritos Industriais, Galpões Industriais e incentivo material;

- elaboração de proposta preliminar de alocação de recursos para Distritos Industriais, Galpões Industriais e incentivo material;

- estudo complementar, demonstrando a necessidade de recursos para fazer frente aos investimentos estaduais em termos de promoção industrial;

estudo para hierarquização dos municípios, conforme exigência do Convênio firmado em 11/06/79, entre o Governo do Estado e o BNDE.

#### 1.3.1.2 - Projetos Indutores

Dentro dessa linha de ação, sobressai o projeto de implantação do Complexo Metalúrgico do Cobre, o qual, criado de 1978, tem a finalidade básica de centralizar as iniciativas que venham a materializar a usina de redução e refino do cobre, a ser localizada no Distrito Industrial de Rio Grande. A unidade industrial prevista, aprovada pelo Conselho de Não-Ferros e Siderurgia, foi dimensionada para produzir 100.000t/ano de cobre metálico na 1ª. etapa, com início de operação previsto para fins de 1982 e ampliação para 150.000t/ano a partir de 1986.

Baseia-se o empreendimento na alta dependência de importação de cobre metálico e baixo nível de extração e transformação das jazidas existentes.

A SIC realizou, neste aspecto, as seguintes atividades em 1979:

- acompanhamento das atividades junto aos órgãos estatais e outras entidades envolvidas na implantação da infra-estrutura necessária à instalação da Usina de Redução e Refino do Cobre;

- estudo sobre a necessidade de acelerar as medidas para a verticalização da metalurgia do cobre;

- estudo sobre Aspectos do Mercado e das Indústrias de Transformação do Cobre e suas Ligas no Rio Grande



do Sul;

- relatório sobre a situação do Terminal de Minérios do Complexo Portuário Industrial de Rio Grande;
- relatório sobre as obras de abastecimento de água do Complexo Portuário Industrial de Rio Grande.

### 1.3.1.3 - Novos Empreendimentos Industriais de Médio Porte

Neste sentido, as ações da SIC vêm desenvolvendo-se principalmente através da promoção da complementação e aperfeiçoamento da estrutura industrial metal-mecânica e eletro-eletrônica do Estado.

Tendo em vista a existência de estabelecimentos industriais deste tipo dispersas na Região Metropolitana, em áreas urbanas e sem condições de expansão, concorrendo com os demais usos dessas áreas e agravando as condições ambientais, vem a SIC, através de sua atuação, procurando induzir estas indústrias a se fixarem preferencialmente nos Distritos Industriais de Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada - Viamão.

Com relação, especificamente, ao subsetor Metal-Mecânico, a partir de convênio celebrado em 22/01/79 entre os Governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e mais o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE; Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL; Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, e Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC, foram efetivados no exercício de 1979:

- Diagnóstico do Setor Metal-Mecânico do Rio Grande do Sul;
- Painel Metal-Mecânico, em Caxias do Sul.

O Programa Metal-Mecânico tem como Objetivo encontrar soluções para os problemas que afetam o subsetor e estabelecer políticas de atração para o parque Metal-Mecânico



na Região Sul. Os estudos que vêm sendo elaborados, de "Análises Mercadoiônicas", incluem os produtos indicados pelos 3 Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) abrangendo os oriun<sup>dos</sup> dos de cobre e suas ligas. Os estudos realizados sobre políticas de desenvolvimento para o subsetor definiram ainda a necessidade de elaborar estudos adicionais, mais específicos, dada a diversificação constatada no parque industrial, bem como um Programa de "Controle de Qualidade e Tecnologia".

Quanto ao subsetor Eletro-Eletrônico, está sendo realizado um estudo específico do mesmo, baseado em informações obtidas através de questionários enviados a 129 empresas do ramo. As informações contidas nestes questionários possibilitarão o levantamento de dados referentes a estas empresas quanto à situação econômico-financeira, à capacidade instalada, programas de investimento, capacidade de produção, identificação de produtos, mercado consumidor e fornecedor, nível tecnológico, matérias-primas, seleção e treinamento de mão-de-obra.

Através de outras fontes de estudo, está sendo elaborado um cadastro geral de produtos eletro-eletrônicos, que será, posteriormente, especificado e complementado a partir das informações recebidas, definindo-se inclusive em termos de "quem, como e onde" são produzidos, e "a que ou para onde" são destinados estes produtos. Assim, poderá ser realizado um diagnóstico da situação real do subsetor, possibilitando a definição das medidas necessárias a sua consolidação.

#### 1.3.1.4 - Agroindústria

Tendo em vista a elevada capacidade ociosa da indústria da carne bovina, ovina e suína, vem sendo um dos objetivos visados pelo Poder Público a agilização deste subsetor, através da implementação dos seus subprogramas, enfatizando a incorporação de inovações, o aprimoramento de normas higiênico-sanitárias e de controle da poluição, e os ajustes internos para elevar a sua eficiência operacional.

Fornecer e concentrar a localização das



tas indústrias é um dos objetivos visados com a implantação do Distrito Industrial de Bagé - Pólo Proteico, que se propõe a efetivar a industrialização verticalizada das proteínas e outras matérias-primas derivadas da agropecuária da Região.

Também voltado para a Promoção de Agroindústria no Estado, encontra-se em execução, na SIC, o "Programa Microrregiões", que objetiva orientar investimentos agroindustriais visando à desconcentração de regiões densamente industrializadas, como a Área Metropolitana de Porto Alegre e a de Caxias do Sul. Numa 1ª. etapa, este Programa desenvolveu o trabalho "Perspectivas de Desenvolvimento Agroindustrial na Microrregião do Vale do Jacuí", que indica as potencialidades de cada município através da análise da estrutura econômica e das condições infra-estruturais, vislumbrando espaços vazios para a implantação da agroindústria.

#### 1.3.1.5 - PROÁLCOOL

A necessidade de fontes alternativas de energia, advindas da crise do petróleo, tem impulsionado o estudo e a pesquisa de novos combustíveis. O álcool constitui, sem dúvida, uma alternativa para o Brasil, principalmente por suas características essencialmente nacionais de obtenção e por ser o País rico em solo fértil e mão-de-obra.

A SIC, como responsável pela implementação do Programa Nacional do Alcool no Rio Grande do Sul, realizou, em 1979, as seguintes atividades:

- zoneamento das matérias-primas para a obtenção de Alcool no Rio Grande do Sul;
- zoneamento das áreas para implantação de destilarias no Estado;
- levantamento de frotas estaduais de veículos automotores para utilização de álcool-hidratado como combustível;
- estudo de viabilidade técnico-econômica



ca do Anteprojeto de Implantação e Modernização da Unidade Produtora de Alcool da AGASA, realizado em conjunto com técnicos da AGASA e SACARO-TÉCNICA;

- assessoramento na elaboração de projeto de viabilidade técnico-econômica da Fazenda Capela;

- cadastramento de empresas fornecedoras de equipamentos para destilarias e instituições que desenvolvem pesquisas e experimentos tecnológicos no campo energético;

- realização e participação em palestras, seminários e simpósios, para a divulgação do PROALCOOL;

- atendimento e orientação aos empresários sobre o PROALCOOL;

- levantamento de alambiques e destilarias instaladas no Estado, visando a um estudo da participação dessas destilarias no Programa Nacional do Alcool.

#### 1.3.1.6 - Estudos Especiais

Foram realizados os seguintes trabalhos:

- estudo sobre as "Perspectivas de desenvolvimento Industrial da Microrregião Vale do Jacuí";

- levantamento e análise de informações setoriais;

- elaboração de estudos sócio-econômicos;

- reedição do trabalho "Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios";

- elaboração de estudo visando a identificar e caracterizar regiões (cidades-pólo) sobre as quais a SIC possa atuar no sentido de promover a desconcentração industrial;

- estudo sobre as perspectivas de investimentos no Rio Grande do Sul;

- estudo para o CNP sobre a necessidade de consumo de óleo diesel e BFP para as agroindústrias;

- comparativo econômico-social do RS/



Brasil;

- atualização do trabalho "Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais no Rio Grande do Sul.

#### 1.3.1.7 - Atração de Novos Investimentos

Tendo como objetivo atrair novos investimentos em função do mercado nacional e para o preenchimento de lacunas regionais, foram mantidos contatos relacionados com:

- a recepção a missões estrangeiras no sentido de detectar novos investimentos no exterior;
- a promoção de associações com grupos do Estado.

Dentro de suas atividades normais, a SIC ainda atuou no sentido de prestar orientação técnica a empresas e as suas entidades supervisionadas.

#### 1.3.1.8 - Setor Eletro-Eletrônico

O Governo do Estado incluiu em seu Plano de Governo o desenvolvimento do setor, dado tratar-se de atividade que muito bem se adapta à excelência da capacitação de mão-de-obra gaúcha, atavicamente dedicada a trabalhos de inteligência e habilidade manual, apresentando os produtos resultantes característica excepcional de relação valor/peso, que os capacita a bem suportarem os ônus de fretes, tudo com vistas a:

- substituir importações, tanto do estrangeiro como de outros Estados;
- ampliar exportações;
- criar empregos.

Neste sentido, foram ativados os Núcleos de Articulação com a Indústria, destinados a promover a substituição das importações por sucedâneos de produção local, junto às



entidades e serviços do Governo do Estado. Promove-se a coordenação entre empresários, institutos de tecnologia e universidades, para um entrosamento cada vez maior, que propicie o desenvolvimento de novos produtos e a melhoria de qualidade dos existentes. Acerta-se um convênio com o Grupo Executivo Interministerial de Componentes GEICOM, para a identificação de oportunidades industriais no setor Eletro-Eletrônico e o traçado de uma estratégia para a implantação de um Pólo Eletrônico no Estado.

Enquanto tais medidas são implantadas, já se articula a ampliação de linhas de produtos e a implantação de novas empresas, em itens reconhecidamente necessários com o emprego de tecnologia a mais avançada. Um grupo significativo de indústrias gaúchas, já dedicadas ao setor, vem intensificar a ampliação de sua produção em variedade e quantidade, suprindo lacunas de caráter nacional, e mesmo concorrendo com vantagem no mercado de exportação, como é o caso da ICOTRON S/A, controlada pela SIEMENS, e da INDELSUL S/A, produzindo fontes de alimentação especiais e geradores estáticos de sinais para Centrais Telefônicas, e a produção de fontes para computadores de todos os portes.

Citam-se também como exemplos a BK - Controles Eletrônicos Ltda, com estabilizadores de tensão para computadores, a PARKS, com "MODEMS" e terminais de vídeo, a INTRAL S/A, com transformadores e estabilizadores, a DIGICON S/A, com medidores digitais de deslocamento e controle numérico para máquinas operatrizes, a CADENSA e a COTEMPÓ, em equipamentos de entretenimento e profissionais, e inúmeras outras, engajadas no processo evolutivo colimado. Novos empreendimentos, alguns já operacionais, com é o caso da POLYMAX, Sistemas e Periféricos S/A com produção de equipamentos de processamento de textos e de dados, e o da MULDIGIT, fabricando memórias magnéticas a disco. O desenvolvimento de novos produtos, com tecnologia própria, em fases variadas do processo de negociação para instalação no PÓLO ELETRÔNICO, a produção de equipamentos e sistemas para telefonia rural - meta prioritária do Governo por se referir à infraestrutura de atividades rurícolas - a produção de componentes, inclu



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

069

sive na área da microeletrônica, pautam seguros o rumo do desenvolvimento. Itens de importância relevante são os referentes ao desenvolvimento da mecânica de alta precisão e da micromecânica, substrato de toda a atividade da microeletrônica e da produção de dispositivos de alta sofisticação, bem assim o da formação e treinamento de recursos humanos em todos os níveis. Neste particular, enfatiza-se a construção do centro técnico de mecânica de precisão, em São Leopoldo, mediante a cooperação FIERGS/SENAI e a criação, ainda em estudos preliminares, de um Laboratório para indústria de eletrônica, assentado sobre as bases Universidade-Institutos de Tecnologia - Empresas, e que ensejarão a auto-suficiência necessária. Até alcançar-se a "massa crítica", já próxima, os esforços são de menor efeito, embora de altíssima eficácia. O êxito é incontestável, já que o trabalho conta com o mais decidido apoio de todas as áreas envolvidas, governamentais e privadas.



1.3.1.9 - Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico - CONPETRO

A Secretaria-Executiva do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico no Rio Grande do Sul desenvolveu suas atividades durante o ano de 1979 dentro dos cronogramas estabelecidos, e num ritmo adequado, não somente aos recursos colocados à disposição para suas finalidades, mas, e principalmente, de forma a que suas responsabilidades, no que diz respeito ao embasamento infra-estrutural de sua competência, permitissem às atividades industriais que ali deverão ser implantadas, contar na devida antecipação com todos os elementos de infra-estrutura de que carecem para o seu estabelecimento.

Não poderia a Secretaria-Executiva, por si própria, alcançar os objetivos estabelecidos, se não conseguisse exercer, neste ano que passou, sua função implícita de coordenadora dos esforços do Estado do Rio Grande do Sul, como um todo, na consecução dessas metas.

Essa função de coordenação implica na ativação de todos os recursos do Estado, tanto técnicos como administrativos, que se traduzem na ativa participação dos seus órgãos da administração direta e indireta.

Os diversos subprogramas da Secretaria-Executiva tiveram implementadas suas atividades, envolvendo cada vez mais com sua função coordenadora, entidades e órgãos de âmbito nacional, estadual e até municipal, conseguindo, ao passo em se cumpriam os respectivos cronogramas, motivar as autoridades estaduais, que terão no futuro as responsabilidades de continuidade das atividades ou a manutenção e preservação das obras e realizações efetivadas.

O Subprograma de Recursos Humanos, aumentando em 4,3% em 1979 o que tinha sido realizado desde 1976 no que respeita à formação e treinamento de Recursos Humanos, implementou efetivamente sua atuação considerando as maiores necessidades, não somente nas áreas construção civil e montagem do complexo básico, como as de suprimento de mão-de-obra para o comple



xo básico e também no que diz respeito à demanda, que já se faz sentir, nos setores de urbanização e terciário.

O Subprograma de Proteção Ambiental, obteve a contribuição de importantes órgãos estaduais e municipais, em ativa e efetiva participação nos trabalhos de análise de estudos fundamentais para o estabelecimento de política a serem adotadas no que respeita à preservação e proteção dos recursos naturais e qualidade de vida.

O Subprograma de Infra-Estrutura Social, após completar os trabalhos de concepção, iniciou as licitações de projetos que irão dar partida às obras para colocar a Área Industrial e a Área de Apoio e Serviços em condições de receber as indústrias de terceira geração e os equipamentos urbanos para dar operacionalidade à Área de Apoio e Serviços. O envolvimento das Prefeituras Municipais de Montenegro e Triunfo foram significativos.

O Subprograma de Construção Civil, Máquinas e Equipamentos manteve o ritmo de seu trabalho junto ao parque industrial do Rio Grande do Sul, no seu intuito e atividade-fim, qual seja, motivá-los a participar dos fornecimentos que a implantação do Pólo irá demandar, preparando-os principalmente para as demandas de equipamentos de pequena monta e não requerendo tecnologia avançada, que poderão vir a ser absorvidos com facilidade pelo setor metal-mecânico gaúcho, e que deverão passar a ser requisitados em prazo bem curto.

O Subprograma de Indústria de Transformação manteve sua atividade no sentido de interessar maior número de indústrias de transformação a se instalarem no Rio Grande do Sul, ou mesmo na Área Industrial, co-participando ativamente com o Subprograma de Infra-Estrutura Social a esse respeito. Utilizando todos os meios possíveis, vem cobrindo todas as áreas envolvidas, e obtendo também a participação, no seu desiderato, de organismos do Estado.

O Subprograma de Infra-Estrutura Física continuou cumprindo o seu cronograma, atendendo aos seus objetivos e obtendo a participação de órgãos estaduais como a



CORSAN, CEEE, DAER, IRGA e CIENTEC, bem como os órgãos federais como o GEIPOT, e IPH/UFRGS.

O Subprograma de Apoio Financeiro se encarrega da obtenção e aplicação dos recursos necessários à implantação do Pólo.

- Subprograma de Recursos Humanos

As atividades do Subprograma continuaram sendo desenvolvidas através de uma ação participativa, integrada e intercomplementar de diversos órgãos governamentais, agências de formação profissional e empresas. Atribui-se a essa conjugação de esforços e recursos entre órgãos públicos, empresas e entidades, o êxito alcançado até agora, em termos de recursos financeiros, técnicos e humanos obtidos e aplicados e de alunos formados nos diferentes tipos e níveis da qualificação.

- Subprograma de Proteção Ambiental

As atividades do Subprograma Proteção Ambiental, durante o ano de 1979, em continuação ao que fora feito anteriormente, se caracterizaram principalmente pelo efetivo envolvimento de todos os órgãos estaduais diretamente interessados na sua área de atuação, obtendo-se a participação de cada um em grupos específicos.

Por outro lado, consolidaram-se as áreas de atuação do Subprograma como as de controle de resíduos, cobertura vegetal, sanitarismo e medicina social e auto-ecologia e bioindicadores.

- Subprograma de Infra-Estrutura Social

Em prosseguimento aos trabalhos do ano anterior e de acordo com as etapas dos projetos desenvolvidos, foram realizadas as seguintes tarefas:

- composição de custos de implantação da área industrial;
- legislação do uso do solo da área industrial;



- edital para licitação do projeto de engenharia final da área de apoio e serviços e vias secundárias;
  - projeto e edital para a construção da sede do CONPETRO na zona de serviços da área industrial;
  - projeto CURA de Montenegro.
- Subprograma de Construção Civil, Máquinas e Equipamentos

#### Equipamentos

Após os esforços feitos durante os anos de 1976 a 1978, no sentido de induzir a atividade econômica do Estado para absorver os benefícios a serem gerados com a implantação do Pólo Petroquímico, muito embora se lutasse com fatores negativos de peso relevante, como sejam a falta de adaptabilidade da tecnologia que não estava adaptada à requerida pelos equipamentos petroquímicos, ou mesmo à tradição de fornecimento à indústria petroquímica que é premissa exigida pelas empresas de segunda geração, continuamos durante o ano de 1979 informando e incentivando as indústrias gaúchas com potencialidade de fornecimento às indústrias de primeira e segunda geração.

Em contatos mantidos com estas últimas, nos informamos dos contatos de fornecimento por parte das indústrias da Região Sul.

Também elas, através do BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, foram informadas da possibilidade de financiamento desses fornecimentos.

Através do GRUPOLO, que reúne as unidades do Complexo Básico do Pólo Petroquímico, foram solicitadas informações para transmitir aos possíveis fornecedores da Região Sul.

#### - Subprograma Unidades de Transformação

Durante o ano de 1979, as atividades do Subprograma continuaram sendo desenvolvidas, sempre buscando ações integradas com outros organismos governamentais, principalmente,



do Estado do Rio Grande do Sul

As principais atividades do Subprograma durante o ano, foram:

- apoio tecnológico;
- apoio financeiro;
- atração de novas empresas;
- assistência gerencial;
  
- Subprograma de Infraestrutura Física
  - obras de Emergência

Para possibilitar os trabalhos de implantação das obras civis e industriais, o CONPETRO, inicialmente, cuidou da execução de obras provisórias, de emergência, que, no exercício de 1979, prosseguiram com as seguintes tarefas:

- Ampliação do Pátio Ferroviário da Estação General Luz:

Obra concluída em 28/09/79, executada a um custo, incluído o reajustamento, de Cr\$ 5.500.242,90.

Os principais trabalhos executados nesta obra foram os seguintes:

Desvios ferroviários.....	1.400 m
Volume de terraplenagem.....	34.500m <sup>3</sup>
Revestimento primário.....	1.350m <sup>3</sup>

Está em uso pela RFFSA desde a sua conclusão e atende satisfatoriamente ao transporte de equipamentos destinados à COPESUL e às obras do CONPETRO.

- Manutenção dos Caminhos Vicinais:

É uma tarefa executada de forma continuada



em 27 Km de caminhos vicinais.

- Ligação do Sistema Viário de Contorno do Complexo Básico à Estação Ferroviária General Luz

Esta obra foi concluída em setembro de 1979. Trata-se de uma estrada de segunda classe, na qual sã foi executado revestimento primário.

- Obras Definitivas

Neste exercício foi dado andamento às seguintes obras permanentes:

- Ligação Rodoviária BR-386/Estação General Luz

Extensão:

em pista dupla: 5,0 Km

em pista simples: 3,8 Km

A terraplenagem foi concluída em setembro de 1979, com um custo final de Cr\$ 77.982,00.

No momento, estão em execução os trabalhos de pavimentação, tanto no segmento em pista simples (contratado no valor de Cr\$ 11.266,92 mil), como no trecho em pista dupla (contratado no valor de Cr\$ 36.026,01 mil).

Em relação ao total dos serviços previstos, cerca de 75% estão concluídos, o que permitirá o acesso à área do Pólo, por pistas asfaltadas no final de março de 1980.

- Sistema Rodoferroviário de Contorno do Complexo Básico

Os principais elementos que caracterizam esta obra são os seguintes:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

Extensão:

rodovia em pista dupla....5.810,22 m  
ferrovia.....1.100,22 m

Dos trabalhos previstos para primeira etapa, cerca de 60% estão concluídos.

- Vias 1, 2 e 3 da Área Industrial

Extensão:

Via 1 - 4.100 m  
Via 2 - 4.360 m  
Via 3 - 4.320 m

Estas vias situam-se integralmente na área destinada às indústrias de transformação. A terraplenagem está em fase de conclusão, devendo a pavimentação ser iniciada em março de 1980.

A conclusão total das obras contratadas deverá ocorrer em outubro próximo vindouro.

- Viadutos Rodoviários (situados na rodovia de ligação BR/386/Estação General Luz, no segmento em pista dupla)

Cada um dos viadutos possui 105m de comprimento.

Cerca de 70% das tarefas previstas estão concluídas, faltando apenas a superestrutura da obra da pista direita.

É intenção da Secretaria Executiva do CONPETRO entregar ao tráfego a ligação BR/386/Estação General Luz em março de 80. Quanto à execução dos aterros dos encontros, deverá estar concluída até junho de 80, dois anos antes da entrada em operação da Central de Matérias-Primas.

- Convênio com a Universidade Federal do Rio



Grande do Sul

Para complementação das obras do Centro de Estudos de Química Aplicada, do Instituto de Química, foi realizado em convênio com a Universidade do Rio Grande do Sul, em 09/08/79, no valor de Cr\$ 20.000.000,00.

- Subprograma de Apoio Financeiro

A atuação do CONPETRO, executada através do Subprograma de Apoio Financeiro, está assentada nos recursos próprios que o Estado aplica direta e indiretamente na implantação do Polo Petroquímico, além dos recursos carreados pelo mesmo através de contratos e convênios mantidos com órgãos financiadores, nacionais e/ou estrangeiros.

- Financiamentos

Foi firmado em 02 de junho de 1977, entre o próprio Estado e o Banco Nacional de Habitação - BNH tendo o BRDE como Agente Financeiro, um primeiro contrato com recursos do programa de financiamento para o Planejamento Urbano - FIPLAN, num valor total que atingiu a cifra de 75 milhões de cruzeiros, correspondendo a 275.460 UPC's. Esse contrato destinou-se, exclusivamente, a cobrir os custos de Estudos e Projetos necessários ao embasamento técnico-científico dos demais subprogramas do CONPETRO.

Os recursos destinados a cobrir os custos de investimento, foram assegurados ao CONPETRO, através de convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Habitação - BNH, em 30 de novembro de 1976.

Por este convênio, foram garantidos recursos oriundos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos econômicos - PRODEPO até o limite de 3.000.000 UPC's.

Por este Convênio, já foram comprometidos recursos para a realização de obras de infra-estrutura na área do Pó-



lo, que utilizaram quase todo o limite disponível.

SÍNTESE DOS FINANCIAMENTOS

(POSIÇÃO: DEZ/79)

FUNDO	AG. FINANCEIRO	VALOR		DESTINO	PARTICIPAÇÃO %
		EM CRS MIL	EM UPG		
FIPLAN	BRDE	75,282	275.460	PRÉ-INV.	5
PRODEPO	BANRISUL	92,469	321.292	INV.	7
PRODEPO	BANRISUL	412.243	1.114.288	INV.	30
PRODEPO	BADESUL	230.411	455.199	INV.	17
PRODEPO	BRDE	241.901	426.779	INV.	17
PRODEPO	-	339.612	696.000(*)	INV.	24
T O T A L		1.391.918	3.289.018	-	100

(\*) Valor ainda não contratado

- Recursos Próprios

O Estado participa, na implantação do Pólo Petroquímico, com todo o suporte logístico necessário à consecução do objetivo principal, qual seja, o de criar todas as condições necessárias e suficientes para implantação do Pólo Petroquímico no Estado.

Pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, a quem o CONPETRO está diretamente vinculado, pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e pela Fundação de Economia e estatística - FEE, entidades a quem o CONPETRO usa como suporte por força de contrato de assessoramento, colaboração e prestação de serviços, firmando com o Estado em 16 de junho de 1976 e aditado em 16 de junho de 1978. A quantificação do custo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

079

compreendido no período 1976/1979 é o que segue discriminado:

CORSAN	Cr\$	6.300.000
CEEE	Cr\$	6.600.000
DESAPROPIAÇÕES	Cr\$	75.199.000
SUB-TOTAL	Cr\$	88.099.000
CUSTEIO	Cr\$	57.575.000
TOTAL	Cr\$	145.674.000

Devemos salientar, que, no ítem "desapropriações" acima, está computado um repasse do Governo Federal através do FNDU, a fundo perdido ao Estado, no valor de 40 milhões de cruzeiros.

Por outro lado, o Estado carrou, ainda, recursos que foram aplicados pelo CONPETRO, destinados à formação de mão-de-obra especializada, envolvendo, um total de 11 milhões de cruzeiros no período considerado.



1.3.1.10 - Conselho de Implantação do Complexo Carbonífero - Carboquímico

Uma das preocupações do Governo do Estado é a promoção do Complexo Carbonífero-Carboquímico. Com vistas a este objetivo, foram empreendidas iniciativas para a instalação de uma unidade de gaseificação do carvão, da PETROBRÁS, e uma unidade de produção de amônia, da CRN. A localidade de Porto do Conde, no município de São Jerônimo, foi a área selecionada para a implantação. O nascente complexo será alimentado pela nova mina do Leão II, da CRM.

A integração das atividades de mineração e indústria química terá início com a produção de gás que alimentará o processo de obtenção de gás síntese necessário à produção de amônia, parte da qual será transformada em uréia. O carvão será utilizado também nas unidades auxiliares para geração de vapor e energia.

O carvão extraído e beneficiado pela Companhia Rio-grandense de Mineração - CRM, será transportado e gaseificado pela PETROBRÁS, que se responsabilizará também pela produção de utilidades para uso seu e da CRN. Para realizar o tratamento do gás e a síntese de amônia, foi concebida a Companhia Rio-grandense de Nitrogenados - CRN - operada sob o controle acionário conjunto da FIBASE, PETROFERTIL e Governo do Estado. A produção de amônia pela CRN visa, principalmente, ao insumo para obtenção de fertilizantes nitrogenados. O dimensionamento é de 1.000 t/dia de amônia e 12t diárias de enxofre (este pela recuperação dos compostos sulfurados). Além disso, está prevista a obtenção de outros produtos químicos em menor escala.

O complexo cumpre o duplo propósito de economizar divisas que seriam gastas na importação de petróleo e outros insumos para a produção de fertilizantes, e revitalizar a economia carvoeira, desenvolvendo a região.

Prevê-se, também, a utilização do gás obtido do carvão como gás redutor na produção de ferro esponja e como gás combustível para o abastecimento da capital.



Pretende-se que a promoção combinada das múltiplas utilizações do carvão produzido na região, e as relações estabelecidas entre as empresas motrizes, induzirá a geração de novas empresas.

Os impactos da implantação de tais atividades obviamente extrapolam os limites de área destinada a sediar o complexo. É preciso uma planificação geral da ocupação e a ordenação do uso do solo de toda esta região. Os fluxos e a população atraída determinarão demandas para as quais a estrutura de transportes e a infra-estrutura urbana dos núcleos da região não estavam preparados.

Os efeitos danosos ao meio ambiente devem ser neutralizados.

Para promover, coordenar e controlar o planejamento e a operacionalização articulada de todas as medidas que garantam a implantação adequada do complexo carboquímico do Rio Grande do Sul, foi criado, em abril, e instalado, em junho do ano findo, o Conselho para Implantação do Complexo Carboquímico (CONCARBO). Este conselho tem um grupo executivo mínimo que o assessora e se vale do apoio operacional dos órgãos do Estado. As decisões emanadas do Conselho serão postas em execução pelos órgãos envolvidos nos diversos projetos segundo suas atribuições e competência.

Instalado o CONCARBO, as primeiras providências foram no sentido de obter os estudos necessários à ordenação da área de impacto e a própria delimitação desta área de influência direta. Foram feitos estudos para "Determinação de Áreas Urbanas Disponíveis na Região do Pólo Petroquímico" (Arroio dos Ratos, Butiã, São Jerônimo e Triunfo), visando a determinar o potencial de absorção do acréscimo populacional induzido pelo complexo, e, também, o estudo específico do "Acesso Rodoviário ao Complexo Carboquímico do Porto do Conde". Objetivando ao ordenamento espacial da região, foi elaborado o Plano Diretor da Região, que define os usos do solo, estabelece medidas para a proteção do meio ambiente e controle da expansão em direção à Área Metropolitana. O Plano Diretor dimensiona ainda as necessidades de infra-estrutura e equipamentos urbanos, fornecendo



os elementos de uma programação de investimentos conjuntos União, Estado e Municípios, com um cronograma para cinco anos e um montante da ordem de 5.490.000 UPC (sendo a participação do Estado da ordem de 1.842.848 UPC).

Com base no Plano Diretor e nos projetos técnico-econômicos das unidades básicas, o grupo de trabalho do Complexo Carboquímico elaborou proposta ao BNH para inclusão do Complexo Carboquímico do RGS na PRODEPO.

Quanto aos investimentos nas três unidades básicas do complexo, a estimativa foi de . . . Cr\$10.188.590.000,00 mais US\$87.648.000,00 que na época (à taxa de Cr\$30,00 por dólar) representavam Cr\$2.629.440.000,00, per fazendo um total de Cr\$12.818.030.000,00. Para a mina do Leão II a previsão foi de Cr\$1.809.390.000,00 mais US\$30.153.000,00, com um total, portanto, de Cr\$ 2.793.989.000,00. Para a unidade de gaseificação do carvão, a previsão foi de Cr\$5.462.000.000,00 .. mais US\$24.600.000,00, o que dá um total de Cr\$6.000.000.000,00.

Para a unidade de amônia, foi previsto um investimento de Cr\$2.917.200.000,00 mais . . . US\$32.895.000,00, ou perfazendo um total de Cr\$3.904.050.000,00. O cronograma geral cobre o período até fins de 1983.

A mais nova das empresas engajadas na implantação do complexo é a Companhia Rio-grandense de Nitrogenados - CRN, com capital autorizado de Cr\$286.965.000,00 .. com 240.731.489 ações subscritas (ações ordinárias nominativas de Cr\$1,00). O total integralizado é de 225.431.489. A composição acionária é a seguinte:

- Insumos Básicos S/A, Financiamentos e Participações - FIBASE, com 96.292.535 ações subscritas e totalmente integralizadas.

- Petrobrás Fertilizantes S/A - PETROFERTIL, com 72.219.450 ações subscritas e integralizadas.

- Estado do Rio Grande do Sul, com 72.219.448 ações subscritas, das quais 56.919.448 integralizadas.

- Outros, com 56 ações.



As atividades da CRN no ano de 1979 foram de definições do projeto e estruturação da empresa.

Foram efetuadas negociações para a contratação de serviços técnicos e administrativos e gestões para a aprovação pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Foi encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI o estudo de viabilidade técnico-econômica e também foram mantidos contatos com os agentes financiadores.

Concomitantemente, a Petrobrás firmava contrato para a elaboração do projeto de engenharia básica das duas plantas e a CRM punha em execução medidas relativas à Mina de Leão II.

### 1.3.2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O Programa Produção Industrial engloba todas as empresas estatais responsáveis pela transformação de produtos e que se encontram vinculadas à Secretaria da Indústria e Comércio. São elas: 1- Produtos Gaúchos Sociedade Anônima - PROGRASA; 2- Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC; 3- Açúcar Gaúcho S/A - AGASA; e 4- Central Vitivinícola do Sul-Vinosul S/A.

A análise de cada uma prende-se a um cotejo entre os objetivos propostos e as realizações efetivamente atingidas no transcorrer de 1979.

#### 1.3.2.1 - PROGRASA - Produtos Gaúchos Sociedade Anônima

Produtos agrícolas altamente deterioráveis, como a cebola, alho, cenoura, salsa, repolho e couve, necessitam de uma rápida absorção pelo mercado consumidor especial



mente a cebola produzida no sudeste do Estado. Uma política de produção, comercialização, importação e exportação do produto tem o objetivo de regular o mercado, mediante a industrialização de parte do produto e comercialização do excedente do país. E, a fim de atender a este objetivo precípuo, a PRDGASA, durante 1979, produziu 105 toneladas de cebola desidratada, 40 toneladas de alho desidratado, 30 toneladas de cenoura desidratada, 5 toneladas de alho porro desidratado, 8 toneladas de salsa desidratada, 10 toneladas de repolho desidratado e 5 toneladas de couve desidratada. Além disso, comercializou 2.125 toneladas de cebola.

#### 1.3.2.2 - CORLAC - Companhia Rio-grandense de Laticínio e Correlatos

Existem ainda no Estado muitos espaços cujas bacias leiteiras promovem excelente produtividade e crescimento rápido da produção de leite "in natura", as quais, além de suprir as cidades locais com leite pasteurizado, reduziriam o déficit existente no mercado brasileiro. Em se mantendo a produção de leite "in natura" nos volumes de 1978, acrescido do leite em pó que a CORLAC estocou no final da safra de 1978/1979, estará garantindo o suprimento de leite pasteurizado sem necessidade de se recorrer à importação do produto. O desenvolvimento da produção de leite "in natura" já possibilitará o suprimento do mercado local, além de possibilitar a exportação de quantidades razoáveis de excedentes. Dado que o maior volume da produção de leite "in natura" provém de minifúndios, onde predominam os pequenos produtores carentes de tecnologia atualizada, faz-se necessário o seu fomento, pois, através do mesmo, obter-se-á produtividade e desenvolvimento da produção.

Para atender a esta situação, a CORLAC buscou:

- promover o crescimento da produção de leite "in natura" do Estado, atingindo novas áreas e reduzindo o déficit existente do produto e seus derivados. Para tanto, foram adquiridos 128.024.630 litros de leite "in natura", no valor



de Cr\$682.861.950,26 , e foi concluída a construção da Usina de Torres.

- garantir o suprimento de leite pasteurizado à população da Grande Porto Alegre, principalmente no período da entressafra. A fim de atender a este objetivo, foram produzidos 90.117.625 litros de leite pasteurizado e produzidos 3.080.086kg de leite em pó.

- manter estoques reguladores e de garantia de suprimento de derivados do leite, exportando excedentes. Concernente a este objetivo, foram produzidos 856.743kg de queijo, no valor de Cr\$56.557.016,67 e 1.306.115kg de manteiga relativos a Cr\$52.113.851,58.

- oferecer assistência técnica ao produtor e fomento à produção de leite "in natura", visando ao desenvolvimento de pecuária leiteira. Para tanto, foram realizadas 53 reuniões com 1.238 produtores; houve a silagem de 6.752 toneladas em 206 propriedades; a melhoria de 233 instalações em 209 propriedades; a aquisição de 179 máquinas e equipamentos em 133 propriedades; a divisão de 113 pastagens em 524 poteiros; a formação de 253 hectares em 70 propriedades; a introdução de 981 matrizes em 218 propriedades; a realização do teste de tuberculose em 7.509 animais, com resultado positivo em 424 dos mesmos; a realização do teste de mamites em 2.695 animais, com 931 casos positivos e o controle da fertilidade em 10 propriedades. Foram visitadas também 3.592 propriedades de produtores financiados e 11.915 propriedades de produtores não financiados. Foram atendidas 5.301 consultas e realizadas 23 excursões com produtores de 42 propriedades, realizadas 6 demonstrações de métodos com 41 produtores presentes e 13 divulgações. Efetivaram-se 13.594 inseminações em 3.383 propriedades.

Finalmente, no que tange a recursos financeiros, foram liberados pelo Banco do Brasil financiamentos, através de projetos feitos pela equipe CORLAC, no valor de Cr\$20.051.354,44 , em 279 propriedades.



### 1.3.2.3 - AGASA - Açúcar Gaúcho S/A

Com o intuito de absorver toda a cana-de-açúcar produzida na região onde se situa, e atender às necessidades mínimas de consumo dos clientes tradicionais, a AGASA industrializou 88.755 toneladas de cana-de-açúcar; produziu ... 120.798 sacas de açúcar e 3.848 toneladas de melão.

Possibilitar a obtenção de matéria-prima suficiente para que a Usina possa operar a plena capacidade industrial instalada, foi o objetivo que levou a AGASA a plantar 88ha de cana-de-açúcar e a estimular o plantio de 607ha por parte de aproximadamente 470 fornecedores.

Entretanto, além do plantio e industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados, a AGASA, preocupada em demonstrar a viabilidade técnica da produção de álcool no Estado, e auxiliar na solução do problema energético nacional, empenha-se, atualmente, na implantação de uma destilaria de álcool para a produção de 15.000 litros/dia. A implantação de 5% da destilaria foi realizada no decorrer de 1979.

### 1.3.2.4 - VINOSUL - Central Vitivinícola do Sul S/A

Visando a apoiar aos setores vitícola e vinícola do Estado, e, concomitantemente, a exercer atividades reguladoras e orientadoras da produção vitivinícola através da absorção dos excedentes de uva e vinho, para impedir aviltamento de preços, a VINOSUL se propõe a realizar prestação de serviços aos produtores, pela concentração de suco de uva e outras frutas, pela destilação de vinhos, borras líquidas e bagaço de uva e com o armazenamento de sucos e vinhos para as empresas privadas.

A conclusão de dois projetos para implantação do sistema de tratamento de efluentes industriais e suas respectivas aprovações pela Secretaria de Saúde e Meio-Ambiente, objetivando a evitar poluição pelas Usinas Industriais de Bento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

087

Gonçalves e Caxias do Sul, permitiu que a VINOSUL realizasse a concentração, para terceiros de 9.250.137 litros de sucos. Além disso, como prestação de serviços às cantinas da região, pela concentração de 1.863.585 litros de suco de uva simples, foi possível armazenar 494.450 litros de vinho e 1.565.300 litros de suco.



#### 1.4. SERVIÇOS ECONÔMICOS

##### 1.4.1. COMÉRCIO

Os programas governamentais de Comércio visam a desenvolver estudos, pesquisas e análises de mercado e a programação da comercialização dos produtos gaúchos, tanto no mercado interno como externo, sendo a Secretaria da Indústria e Comércio o órgão coordenador da atuação estatal neste setor.

Como apoio ao setor comercial exportador, a SIC desenvolveu, em 1979, as seguintes atividades:

- assessoramento técnico a empresários, quanto aos incentivos fiscais, procedimentos administrativos e promoção comercial;
- efetivação de estudos e pesquisas sobre os mercados e blocos econômicos externos;
- realização de painéis e mesas-redondas na Capital e Interior do Estado, com a participação de empresários gaúchos e estrangeiros;
- elaboração de informativos sobre economia e política, cotações de cereais em Chicago, Rotterdam e Londres;
- participação em missões comerciais na Argentina e Uruguai;
- divulgação de oportunidades comerciais no exterior;
- trabalho de divulgação para a Feira de Hannover/80
- participação em feiras e exposições a nível nacional e internacional;
- acompanhamento e orientação a missões comerciais em visita ao Estado.

Através de sua atenção, a SIC vem pretendendo colocar à disposição do empresário gaúcho, notadamente o pequeno e médio, um instrumental destinado a apoiá-lo em sua participação no mercado nacional e internacional.

Foram efetivadas também diversas atividades voltadas para o Cooperativismo, com o objetivo principal de, através da



realização de estudos da situação sócio-econômica das cooperativas, prestar-lhes maior assistência técnica e orientação, bem como propiciar a reestruturação e organização interna do setor. Neste sentido, destacam-se:

- o recadastramento das Cooperativas;
- a participação na Reunião das Federações de Cooperativas do Rio Grande do Sul;
- a análise de Balanços e Balancetes de Cooperativas;
- a participação em Seminários - FECOCARNE;
- a constituição de cooperativas e a orientação técnica às mesmas;
- a realização de visitas a diversas cooperativas do município de Porto Alegre.

#### 1.4.2. SERVIÇOS FINANCEIROS E BANCÁRIOS

A preocupação do Governo do Estado em promover o desenvolvimento global do Rio Grande do Sul, orienta o estímulo à inovação produtiva nos setores tradicionais da economia gaúcha. A par deste objetivo, somam-se esforços no sentido de proporcionar melhores condições creditícias à classe produtora das pequenas e médias empresas gaúchas.

Nesta frente, a Administração Estadual conta com a atuação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL, como agente financiador do desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, nas ações desenvolvidas em 1979, visou-se à promoção do desenvolvimento técnico-sócio-econômico do Estado, através do crédito de médio e longo prazos, aplicado em projetos considerados prioritários. Dos recursos aplicados em 1.098 financiamentos e que atingiram um montante de Cr\$. 2.606.889,00, foram destinados ao Setor Primário - Cr\$ ..... 247.552.000,00 (9,5%), ao Setor Secundário Cr\$ 1.507.060.000,00 (57,8%) e ao Setor Terciário Cr\$ 852.277.000,00 (32,7%).

Ao mesmo tempo em que se preocupava em consolidar as fontes tradicionais de recursos financeiros, o BADESUL buscou novas fontes, diversificando as suas atividades. Assim, foi monta-



do o programa de substituição de combustíveis derivados do petróleo - SUCOPE, que apresentou, já nos primeiros seis meses, 50 solicitações, das quais 16 foram aprovadas ou contratadas, correspondentes a um investimento de Cr\$ 152.337.000,00, a que se atribui uma economia anual de 52.231 toneladas/ano de óleo combustível, 25.000 toneladas/ano de óleo diesel e 844 toneladas/ano de querosene. Nesta mesma linha, durante o ano de 1979, o BADESUL passou a ser agente financeiro do PROALCOOL, habilitando-se a financiar a implantação e/ou expansão de destilarias de álcool no Estado.

Igualmente, a Eletrificação Rural se insere na política energética do BADESUL, tendo o Programa de Eletrificação Rural, no período 1978/79, beneficiando a 6.306 consumidores, significando investimentos da ordem de Cr\$ 243 milhões e a instalação de redes elétricas com a extensão de 2.541 km.

Considerando a carência de capital existente nas empresas gaúchas, principalmente as pequenas e médias, o BADESUL firmou convênios com a IBRASA e com a EMBRAMEC, com a finalidade de carrear capital de risco para o setor privado gaúcho, além de recursos para financiamento a acionistas, oriundos da linha de crédito FINAC.

O apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa gaúcha também mereceu apoio especial do BADESUL, que assinou com a FINEP um termo de credenciamento do Banco como agente financeiro desta última, nos programas de Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional e de Apoio aos Usuários de Serviços de Consultoria.

Visando completar o leque de alternativa de crédito e capitalização da empresa riograndense, o BADESUL planejou a instalação de uma Companhia de Participações no Estado do Rio Grande do Sul, a qual terá por objetivo canalizar capital de risco às pequenas e médias empresas do Estado, de acordo com as suas necessidades e respeitadas prioridades econômicas gaúchas.

Em relação ao setor público, o BADESUL apoiou diretamente a realização de obras ligadas à implantação do IIIº Polo Petroquímico e do Complexo Carboquímico, destacando-se, em relação ao primeiro, a aprovação PRODEPO (Programa de Apoio ao Desen



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

volvimento de Pólos Econômicos) junto ao BNH, destinado a obras de infra-estrutura energética do Pólo Petroquímico, no valor de Cr\$ 195 milhões.

Salienta-se ainda a participação do BADESUL como agente financeiro do BNDE na execução de convênios assinados entre aquele Banco e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para o desenvolvimento de programas específicos vinculados à infra-estrutura agropecuária, industrial e urbana.

Cumpra salientar, finalmente, que os programas anteriormente implantados, como o PROMICRO e PROLAPE, prosseguiram suas atividades no ano passado, com igual ênfase.

Na área de Serviços Bancários, a Administração Estadual conta ainda com mais duas instituições: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL e Caixa Econômica Estadual - CEE.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, em 1979, procurou expandir a captação de recursos, visando a satisfazer a crescente procura de capital financeiro pelas atividades empresariais, para continuar financiando as empresas gaúchas, a fim de que possam cumprir seus programas de produção, tanto para a exportação como para o mercado interno. O total de recursos financeiros captados no ano ultrapassou a previsão, tendo somado Cr\$ 34.064.000.000,00. Os financiamentos concedidos dirigiram-se em especial, à pequena e média empresas e às áreas consideradas prioritárias, atingindo um montante de Cr\$ 26.084.000.000,00.

Por outro lado, o BANRISUL atuou em linhas de crédito com juros diferenciados para pequenos tomadores, tendo realizado crédito num total de Cr\$ 3.170.000.000,00.

A par dessas atividades, procurou o BANRISUL imprimir o máximo de eficiência empresarial, implantando o Sistema de Multigerências, que atingiu a 230 municípios do Estado. Ao lado do tradicional Gerente de Banco, foi colocado o gerente que atua junto à comunidade com uma assistência personalizada, auxiliando o cliente a encontrar a solução mais adequada para suas necessidades.

Com o propósito de prestar efetiva assistência à economia do Estado, o Banco tem desenvolvido esforços no sentido



de levar seu suporte financeiro ao maior número possível de municípios. Desta forma, em 1979 foram inauguradas 17 novas agências elevando assim sua rede para 231 agências, das quais 211 em operação no Estado. Igualmente, foi encaminhado ao Banco Central o Plano Quadrienal de Expansão da Rede de Agências do BANRISUL-79/82, abrangendo diversos segmentos de mercado e objetivando expandir a atuação do banco.

O lucro líquido do BANRISUL em 1979 atingiu o total de Cr\$ 351.000.000,00.

Como órgão vinculado ao BANRISUL, surgiu a BANRISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., cujo patrimônio líquido evoluiu de dezembro de 1978 a dezembro de 1979, de Cr\$ 122.643 mil para Cr\$ 272.643 mil, com um crescimento de 73% no período. O lucro, que antes do Imposto de Renda, no período acima, era de Cr\$ 41.822 mil, foi estimado em Cr\$ 135.000 mil, acusando um crescimento de 222%. Atualmente, a Banrisul Distribuidora trata de instalar seu próprio CPD, teleprocessamento de dados centralizado na Matriz em Porto Alegre e terminais em suas filiais do Rio de Janeiro e futuramente em São Paulo. Uma equipe de programadores encontra-se em fase de treinamento e elaboração de programas.

A Caixa Econômica Estadual - CEE, desenvolveu suas atividades em consonância com os objetivos do Governo para 1979. Os recursos captados por essa instituição foram inteiramente alocados no Estado, destinando-se à população em geral, representada por seus depositantes, às Prefeituras, aos estudantes e às pequenas e médias empresas da área da construção civil.

Os depósitos da instituição tiveram um movimento até outubro de 1979, de Cr\$ 4,46 milhões, representando esse valor uma expansão de 62%. Os recursos sob a modalidade de Caderneta de Poupança continuam sendo o sistema líder da Caixa, com um crescimento, no período já mencionado, de Cr\$ 3,56 milhões, 69% superior ao valor constante no encerramento de 1978. Mais de dois milhões de riograndenses, de uma população estimada em oito milhões, têm distinguido a instituição para a guarda de suas economias. Enquanto o crescimento da população está estimado em 2% pa



ra este ano, o número de depositantes, até outubro, cresceu em 9%.

Quanto às aplicações realizadas pela Caixa, estas atingiram a uma cifra de Cr\$ 12.467,22 milhões, correspondendo a 51% superior ao valor alcançado no último dia de 1978. Foram realizados, neste período, em média, 1.215 novos empréstimos aos depositantes, por dia útil de trabalho, num total de Cr\$ .... 16.029.754,00 mil. Os principais beneficiados pelas alocações referidas foram:

- 207.214 empréstimos de crédito pessoal, num total de Cr\$ 9.032.062,00 mil;
- 3.214 agropecuaristas obtiveram financiamento no montante de Cr\$ 219.395,09 mil;
- 84 Prefeituras obtiveram recursos no total de Cr\$ 313.068,52 mil.

Os empréstimos sob a modalidade do Sistema Financeiro de Habitação foram em número de 1.818, que perfizeram o total de Cr\$ 1.385.773,91 mil. No sentido de ampliar a área de satisfação das necessidades dos depositantes, a Administração entendeu de reativar os empréstimos na modalidade "Hipotecários". Ainda na Área de Administração Financeira têm sido efetuados esforços com vistas a elevar a relação de depósitos e aplicações do Sistema Financeiro de Habitação de 0,80 para 0,90.

No que se refere à ampliação da rede da Caixa Econômica, esta vem desenvolvendo esforços no sentido de dotar um maior número possível de municípios com suas Agências. No ano em curso, foram obtidas junto às autoridades monetárias três cartas patentes. Cada filial da instituição, além de ser um pólo irradiador e multiplicador de recursos, proporciona uma série de arrecadação, prestação de serviços e na localização de recursos monetários necessários para atingir os objetivos econômicos-financeiros propostos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

2 - Á R E A S O C I A L



## 2 - ÁREA SOCIAL

### 2.1. INTRODUÇÃO

A Área Social aglutina o desempenho do Setor Público Estadual nos aspectos relacionados com a Educação, Saúde, Trabalho, Assistência, Previdência, Habitação, Saneamento, Proteção ao Meio-Ambiente, Cultura, Desporto e Turismo.

Na Área da Educação foram desencadeadas ações que se dirigem aos componentes do sistema: aluno, rede física, recursos humanos e currículo.

Com relação ao aluno buscou o Governo não somente o aumento da oferta de vagas mas, também, a minimização dos desequilíbrios educacionais, pela efetivação de ações complementares de assistência ao educando. A rede física foi ampliada com construção de novas unidades e com a ampliação, recuperação e equipamento de unidades já existentes. Quanto aos recursos humanos houve significativo esforço no sentido de capacitação de docentes em nível de habilitação, atualização ou especialização e da valorização do magistério pela nomeação de professores para as áreas 2 e 3.

Tais atividades educacionais, de responsabilidade do Setor Público Estadual, estiveram a serviço direta e indiretamente de uma população escolarizada no ensino de 1º grau da ordem de 1.381.903 matrículas, sendo 735.237 matrículas em escolas estaduais, 196.725 em escolas particulares, 448.716 em estabelecimentos municipais e 1.225 em instituições federais. Eleva-se a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos, em 1979, a 90% da população escolarizável nesta faixa de idade.

Por sua vez, o ensino de 2º grau evidencia uma matrícula global em 1979 de 155.985 alunos, sendo 145.916 em estabelecimentos da rede estadual, 104.623 em escolas particulares, 3.864 em instituições de ensino municipal e 6.498 em escolas da rede federal.

Considerando a relevância dos objetivos do setor educa-



cional, visualizado como um dos instrumentos mais eficazes de promoção humana, e as dificuldades com que se depara o setor, pela complexidade da problemática a abordar, tem-se consciência de que muito ainda se deve realizar, para que seja possível uma aproximação ao ideal desejado.

No Setor da Saúde Pública o Governo vem buscando a máxima utilização dos recursos existentes, pela articulação e coordenação com as instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde. A implantação de um programa regionalizado de assistência médica primária, abrangente e de complexidade crescente, adequado à realidade do Estado, começa a efetivar-se com o Convênio para Programação Conjunta de Ações de Saúde e Assistência Médica, firmado com o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

A intermediação da mão-de-obra e o fomento do emprego evidenciam de parte do Governo Estadual sua preocupação com a valorização do trabalhador. Atentando para a minimização das taxas de acidente de trabalho, através de programas preventivos, buscou, também, mediante cursos de preparação, incentivar a participação e despertar a consciência sindical do trabalhador. Igualmente procurou, como vinha sendo feito em anos anteriores, apoiar e incentivar o artesanato.

Merecem ainda ser citadas as atividades desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais - PRODECDR, destinadas à promoção das comunidades nas regiões de pequena propriedade.

No âmbito da Assistência, deu ênfase ao atendimento das populações carentes. Dada a magnitude dos problemas que apresenta a atual conjuntura sócio-econômica, procurou o Governo integrar as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos diferentes órgãos do Setor Público e assim atingir ações coordenadas e de maior eficácia. Nas realizações deste período deu especial relevo às ações preventivas sem que tenham deixado de ser tomadas



medidas terapêuticas. Procurou, de modo especial, ampliar os programas preventivos em centros de atendimento que envolvem a ação comunitária, assim como a prestar assistência técnica e financeira a entidades particulares e comunidades.

Na área do atendimento ao menor, cujo problema é preocupação de toda a sociedade brasileira, procurou reavaliar os programas que vêm sendo desenvolvidos, no sentido de torná-los mais eficazes, inclusive com a promoção de ação integrada de todos os órgãos públicos ligados ao problema. Foi especialmente enfatizado o atendimento ao pré-escolar e a assistência sócio-familiar, buscando atender à criança no seu próprio local de vivência, prevenindo e evitando, quando possível, seu internamento. Igualmente procurou instrumentar menores carentes para o trabalho, pela realização de cursos de acompanhamento profissional. Preocupado com a promoção do homem, oportunizando-lhe um maior acesso aos bens e serviços decorrentes do processo de desenvolvimento, efetivou programas como o de Centros Sociais Urbanos, de Turismo, Desportos e Cultura.

Tentando cobrir o déficit habitacional e a demanda por habitações, desenvolveu vários programas sob responsabilidade da CDHAB/RS, que se destinam à população de baixa renda, situada na faixa de até 5 salários mínimos, assim como procurou-se acelerar o PLANAP, dando prioridade ao Projeto Integrado, enquanto o Programa de Núcleos de Habitação Popular, o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB e o Programa de Casa em Terreno Próprio - FICAM, tiveram continuidade.

Em Saneamento a atuação do Governo, em 1979, foi endereçada particularmente para o abastecimento d'água.

Na coordenação dos usos da água a nível de bacia hidrográfica e nas atividades de proteção ao meio ambiente, destacaram-se o estudo do impacto ambiental das atividades poluidoras do Pólo Carboquímico, pelo estudo de 24 municípios para estabelecer critérios ambientais para localização industrial e análise de 180 projetos industriais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

098

Por outro lado, a preocupação em valorizar o homem e a cultura riograndense estiveram presentes em atividades que procuraram ao mesmo tempo difundir os valores culturais e popularizar a arte. Promoções de cunho tradicionalista e de manifestação do folclore se fizeram presentes ou foram apoiadas, enquanto a tradicional e prestigiada Orquestra Sinfônica de Porto Alegre realizava concertos para o povo em parques, igrejas e outros locais acessíveis a toda a população.



## 2.2. EDUCAÇÃO

Salientando a ação educacional como compondo um todo sócio-econômico-cultural de significativa complexidade, intervêm o Setor Público Estadual na promoção dos ensinos de 1º e 2º graus, na integração com o ensino de 3º grau e na assistência ao educando, tal como contém o documento governamental Política do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (1979/80), que norteia as realizações da Secretaria de Educação no ano de 1979.

### 2.2.1. ENSINO DE 1º GRAU

Para o Ensino de 1º grau foram propostos os seguintes objetivos:

- propiciar melhoria da qualidade do ensino em termos de adequação metodológica, maior atenção às diferenças individuais, melhoria do treinamento docente e disponibilidade do equipamento necessário;

- agilizar os serviços de assistência ao educando em todos os aspectos em que se configurem carências de origem sócio-econômica, a fim de propiciar-lhe melhores condições para o aprendizado;

- conscientizar as famílias da importância da educação escolar em termos de formação para a vida;

- adequar a oferta em termos físicos às necessidades reais da demanda.

A consecução do primeiro objetivo mobilizou a Secretaria de Educação na realização, entre outras, das seguintes atividades:

- utilização de multimeios, com vistas ao reforço das atividades escolares do ensino de 1º grau, do que resultou o atendimento a alunos de 1ª série de 100 escolas;

- divulgação de subsídios de orientação para professores e especialistas, estando em andamento a impressão de 56.000 exemplares;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

- redução dos índices de distorção idade/série escolar, através da implementação de projetos que propiciem a aceleração da escolaridade;
- apoio à realização de atividades referentes à implantação de Feiras Regionais de Ciências, abrangendo 29 Delegacias de Educação;
- implementação das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas das escolas de 1º grau;
- apoio à implantação gradativa e sistemática do processo de controle nas Delegacias de Educação;
- apoio ao desenvolvimento das atividades de implementação do ensino supletivo pelo rádio;
- desenvolvimento das atividades de implementação à Educação Moral e Cívica, através da avaliação dos Centros Cívicos implantados;
- treinamento de diretores e professores para implantar novos Centros Cívicos Escolares;
- atualização, treinamento e habilitação de recursos humanos, extensivas a 1.836 pessoas entre docentes, técnicos e especialistas.

No que se refere ao segundo objetivo, além das atividades relatadas em SAÚDE e ASSISTENCIA, desenvolveu, ainda, a Secretaria de Educação:

- orientação psicopedagógica a 63 professores de 18 DEs;
- supervisão e orientação a 63 assistentes técnicos em reeducação da linguagem de 19 DEs; atendimento terapêutico reeducativo a 6.828 alunos da 1ª DE e 13.818 alunos de 18 DEs; atendimento a 18 professores aplicados em reeducação da linguagem;
- desenvolvimento do programa de psicologia escolar, através do atendimento a mais de 30.000 escolares na área preventivo-emocional e supervisão a 89 psicólogos.

Quanto à adequação da oferta, em termos físicos, às necessidades reais da demanda, quarto objetivo, o desempenho



do Setor Público evidencia a expansão da capacidade instalada da rede física escolar através:

- da construção de 145 unidades escolares;
- ampliação de 92 estabelecimentos;
- recuperação de 131 escolas;
- equipamento de 176 ambientes em estabelecimentos de ensino.

Tais investimentos somaram o total de Cr\$ ....  
271.832.834,00.

#### 2.2.2. ENSINO DE 2º GRAU

Foram traçados para o ensino de 2º grau os objetivos:

- compatibilizar o ensino profissionalizante com as necessidades quantitativas e qualitativas dos setores econômicos;

- melhorar a qualidade do ensino profissionalizante através da capacitação de instrutores e da adequação de equipamentos à demanda quantitativa e qualitativa do sistema econômico;

- adequar quantitativamente o número de vagas à demanda de matrículas, atentando para a gratuidade, quando se tratar de populações de baixa renda.

O primeiro objetivo desencadeou de parte da Secretaria de Educação, em 1979, a melhoria do processo de planejamento do ensino de 2º grau, através do acompanhamento dos egressos das escolas da rede pública estadual com habilitação do setor secundário. A intenção é identificar a ocupação dos mesmos e analisar o grau de adaptação ao emprego em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes que o curso lhes proporcionou.

A melhoria da qualidade do ensino profissionalizante foi buscada através:

- da atualização de 90 docentes e de secretários



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

de escolas estaduais de 2º grau;

- da melhoria do currículo do ensino de 2º grau. Tal atividade visou a prover em 1979 as escolas de 2º grau de Diretrizes Curriculares para habilitações;

- da melhoria da rede física do ensino de 2º grau da Faixa de Fronteira, através da aquisição de equipamento de escritório-modelo;

- melhoria da rede física de instituições privadas, provendo 17 escolas de equipamento necessário ao desenvolvimento de atividades curriculares.

Por sua vez, a adequação quantitativa do número de vagas à demanda de matrículas foi perseguida, em 1979, através da concessão de auxílio financeiro a escolas municipais privadas, sendo, para isso, destinados recursos financeiros da ordem de Cr\$ 1.800.000,00.

### 2.2.3. ENSINO DE 3º GRAU

Para o ensino de 3º grau os objetivos propostos foram:

- promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas que facilitem a identificação e utilização das inovações adequadas e viáveis de introdução;

- promover a atualização permanente das informações sobre as reais necessidades de qualificação de mão-de-obra no Estado.

Tais objetivos exigem estreita integração do sistema estadual de ensino com as instituições de ensino superior que, em 1979, se operacionalizou através de:

- concessão de bolsas de estudo a graduados em curso superior (Lei nº 3.023/56), beneficiando a 8 graduados que foram encaminhados para cursos de pós-graduação no país e no exterior;

- concessão de bolsas de estudos a 678 membros



do magistério público estadual;

- concessão de 556 bolsas de estudos a estudantes de cursos superiores;

- concessão de 82 licenças para qualificação profissional (Lei nº 6.072).

No âmbito da Coordenação Geral de Assuntos Universitários, cadastraram-se os Centros de Ensino Superior no País e foi estabelecido o fluxo de informações entre o Sistema Estadual de Ensino e as Instituições de Ensino Superior; foram elaboradas as estatísticas básicas do ensino superior RS/79; houve a celebração e publicação de 19 Acordos sobre cedência de professores e se publicaram 213 Atos de cedência e/ou prorrogação de cedência; procedeu-se ao acompanhamento, controle e avaliação dos alunos das Instituições de Ensino Superior que estagiam nas escolas da rede pública das 29 DEs. Além disso, foram ainda realizados encontros e seminários com Instituições de Ensino Superior. A concessão de auxílio financeiro para entidades de ensino superior contemplou, em 1979, 7 Instituições.



### 2.3. SAÚDE

O desempenho do Setor Público na área da Saúde procurou, em 1979, dar cumprimento aos 17 objetivos contidos na Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - 1979/1982.

O número e complexidade dos objetivos, bem como a amplitude das realizações, favorecem o relato particular de cada um como a seguir se fará:

**Objetivo:** implantar programa regionalizado de assistência médica primária, abrangente, progressiva e de complexidade crescente, adequado à realidade do Estado, entrosado com os demais serviços de instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde.

**Realizações:** a consecução deste objetivo se fez através de atividades de planejamento e de administração.

Além de incluir o apoio administrativo para o efetivo desempenho das atividades, o planejamento se fez também através do controle e avaliação da programação; elaboração de projetos de obras de construção e ampliação da rede de unidades prestadoras de serviços; elaboração da programação básica da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente; assessoria técnica à Diretoria Geral e Departamento Administrativo da Secretaria.

As atividades de administração, por sua vez, se aglutinaram em torno de recursos humanos, através da realização de cursos, treinamento, reciclagem de pessoal técnico, auxiliar e administrativo, pela Escola de Saúde Pública e em torno de recursos materiais. Quanto a estes, procedeu-se à identificação e provimento das necessidades para atendimento dos programas, através de construções, ampliações, melhorias e reformas de Unidades Prestadoras de Serviço.

Registram-se, ainda:

- a instalação de 41 novas Unidades Sanitárias em 32 municípios;
- construções, ampliações, melhorias e reformas nas se-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

guintas Unidades Prestadoras de Serviços: Hospital Sanatório Partenon, Hospital Psiquiátrico São Pedro; Hospital Colônia Itapoã;  
- obras a concluir no Hospital Sanatório Partenon e no Hospital Colônia Itapoã.

Objetivo: aumentar a cobertura vacinal de população de menores de um ano, visando ao controle de doenças transmissíveis redutíveis por agentes imunizantes.

Realizações:

- aplicação de 3 doses de vacina SABIN e 3 doses de vacina DPT (Tríplice) a 130.205 crianças menores de 1 ano e 1 dose de vacina contra sarampo a 136.913 crianças menores de 1 ano;
- aplicação de 1.926.182 doses de vacinas (SABIN, tríplice, Sarampo, Anato Tetânico, Caxumba, Rubéola, Varíola, Anti-Rábica);
- realização de 94.107 exames de escarro;
- fornecimento gratuito de tuberculostáticos aos 6.849 doentes inscritos nas Unidades Sanitárias;
- investigação de 16.276 contatos menores de 15 anos;
- fornecimento gratuito de Hidrazida a 1.270 contatos examinados;
- vacinação de 162.889 crianças de 1ª série do 1º Grau em acordo com a Secretaria de Educação;
- treinamento de 191 técnicos para desenvolvimento de atividades no PCT que ingressaram na Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;
- abastecimento das 16 Delegacias Regionais de Saúde com tuberculostáticos, material para baciloscopia, vacinação BCG e fornecimento de impressos;
- realização de 365 visitas de inspeção às Unidades Sanitárias;
- realização de 18.645 baciloscopias para diagnóstico em busca de novos casos de tuberculose pulmonar nas Unidades Sanitárias da 1ª, 2ª, 7ª e 10ª Delegacia Regional de Saúde.

Ainda dentro deste objetivo houve, através da Secreta-



ria de Educação, a aquisição de 19.257 unidades de medicamentos, para combate à escabiose e pediculose.

Objetivo: estruturar o programa de combate à desidratação em termos de controle epidemiológico contínuo.

Realização: notificação de 94,7% do total das baixas e óbitos por desidratação de menores de 5 anos, por semana, dos hospitais que integram o sistema de informação.

A ampliação do Programa de Educação em Saúde, principalmente no que se refere à população escolar, teve como realizações, em 1979: a educação de 6.000 alunos do 2º grau do município de Porto Alegre sobre doenças venéreas e a distribuição de materiais educativos a 66 escolas de 2º grau e cursinhos pré-vestibulares.

E, através da Secretaria de Educação:

- orientação Sanitária em "Primeiros Socorros" em 10 escolas do 1º grau e da 1ª DE.;
- 10 visitas de supervisão dos professores que receberam orientação sanitária em "Primeiros Socorros";
- realização de 123 palestras sobre Educação para a Saúde.

Objetivo: desenvolver programas de prevenção e controle de doenças cardiovasculares e de câncer, mediante extensão das ações a toda a rede de unidades sanitárias.

Realizações:

- distribuição de 159.200 frascos de penicilina Benzatina;
- distribuição de 20.000 seringas descartáveis;
- investigação de 239 casos de notificação de febre reumática e glomerulo-nefrite difusa aguda em hospitais de Porto Alegre;



- distribuição de 39 aparelhos de pressão arterial;
- distribuição de 1.623.000 comprimidos de diidroclorotiazida;
- distribuição de 859.500 comprimidos de Metildopa;
- distribuição de 174.000 comprimidos de Reserpina;
- programa de Prevenção de Febre Reumática, estando em tratamento no Ambulatório de Cardiologia do Centro de Saúde 2, 73 pacientes de Febre Reumática, o que perfaz um total de 150 pacientes viatriculados em ambulatórios de Cardiologia.

Dentro do Programa de Educação para escolares, das 257 escolas estaduais, municipais e particulares de 1º grau, que receberam material sob o título "Angina da Garganta", trabalharam com o programa 854 turmas ou seja, 33,39% do total; e das 324 escolas estaduais, municipais e particulares da 4ª à 8ª séries, com um total de 3.108 turmas, trabalharam o Programa "Angina de Garganta - Hipertensão Arterial Sistêmica", 570 turmas, perfazendo 18,33%.

Objetivo: Ampliar os programas de odontologia sanitária, especialmente no que se refere à fluoretação de água e a atendimento odontológico a escolares.

Realizações:

- acompanhamento da fluoretação das águas de abastecimento em 119 municípios;
- atendimento de 182.484 escolares;
- atendimento de 15.408 gestantes;
- atendimento de 228.444 outros;
- consultas odontológicas a 416.353 pacientes (pré-escolar, gestante, outros).

E através da Secretaria de Educação:

- assistência odontológica a 30.239 escolares do 1º grau;
- aquisição de 5.782 unidades de instrumental técnico para gabinetes odontológicos;
- palestras para 4.500 alunos sobre saúde oral.



Objetivo: Desenvolver programas na área de Saúde Mental, principalmente quanto à prevenção e controle do alcoolismo e da toxicomania, aumento da rede ambulatorial de atendimento ao doente mental.

Realizações:

- 122 visitas de supervisão às equipes da Capital;
- 96 visitas de supervisão às equipes do Interior;
- treinamento de 90 médicos da 1ª e 2ª Delegacias Regionais de Saúde;
- treinamento de 20 auxiliares;
- elaboração do Programa de Saúde Mental para o RS;
- 60 reuniões de Supervisão com a chefia do HPSP;
- 46 reuniões de supervisão com o Centro Agrícola de Reabilitação;
- implantação de um novo ambulatório de Saúde Mental;
- complementação de 4 equipes;

Objetivo: Entrosar-se com programas governamentais destinados a erradicar os focos de pobreza absoluta, especialmente no que se refere à deficiência alimentar.

Realizações:

- suplementação alimentar (feijão, arroz, açúcar, fubã e leite em pó), a 9.976 gestantes, a 8.458 nutrizes, 8.605 lactentes, a 61.529 pré-escolares;
- distribuição de 308.910 quilos de leite em pó através das Unidades Sanitárias e de 72.270 quilos de leite em pó, através de entidades particulares;
- fornecimento de 11.186.358 refeições e equipamento de 30 cozinhas de escolas estaduais de 1º grau, através da Secretaria de Educação.

Objetivo: Articular-se e coordenar-se com as instituições componentes do Sistema Nacional de Saúde, visando, especialmente, à definição da população-alvo, dos programas a serem de-



envolvidos pela Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, bem como a identificação de recursos.

**Realizações:** A elaboração, celebração e aprovação pela Assembleia Legislativa de convênio entre o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e o Governo do Estado.

**Objetivo:** Ampliar o sistema de vigilância epidemiológica; aumentar e reorganizar a rede de laboratórios de Saúde Pública.

**Realizações:**

- implantação de novas atividades em 7 laboratórios Regionais e em 10 laboratórios locais;
- recebimento de 15.592 boletins de Notificação Semanal;
- investigação de todos os casos ou óbitos de doenças transmissíveis notificadas sendo: 16 casos de Poliomielite e dois óbitos; 1.358 casos de meningite e 324 óbitos; 189 casos de tétano e 78 óbitos; 4 casos de raiva e 4 óbitos;
- investigação de 100% dos casos (312) de difteria notificados nos municípios sede de Delegacias Regionais de Saúde;
- aplicação de 2 doses de anatoxina tetânica em 25.403 escolares de duas Regiões Sanitárias do Estado;
- atendimento de 9.625 pessoas nas Unidades Sanitárias, por agressões de animal supostamente raivosos;
- vacinação de 4.932 pessoas com vacina anti-rábica;
- vacinação de 212.627 cães da Região Metropolitana;
- realização de 36 visitas de supervisão em nível Regional do Programa;

**Objetivo:** Reestruturar o sistema de vigilância sanitária no que se refere ao controle de alimentos, fiscalização do exercício profissional, engenharia sanitária e defesa do consumidor



de maneira geral.

Realizações:

- 22.459 visitas de fiscalização em estabelecimento comerciais e industriais de alimentos;
- 747 exames laboratoriais de amostras de alimentos;
- atividades relacionadas ao exercício profissional na área de Saúde. Controle de alimentos, de edificações, saneamento urbano e rural;
- registro de 1.102 novos profissionais;
- revalidação de licença a 3.245 estabelecimentos;
- realização de 309 visitas fiscais.

Objetivo: Estender o programa de saneamento comunitário, vinculando-o ao Programa de assistência médica primária, mediante entrosamento entre prefeituras municipais e unidades sanitárias.

Realizações:

- implantação e prosseguimento do programa em 106 municípios;
- execução de 8.773 melhorias ou equipamentos comunitários de saneamento;
- instalação de 5 oficinas regionais de saneamento.

Objetivo: Aumentar, substancialmente, os insumos para os programas de saúde, mediante, principalmente, o entrosamento do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul com a Central de Medicamentos.

Realizações:

Produção de:       142.150 ampolas;  
                          495.100 bisnagas;  
                  11.402.710 cápsulas;  
                  44.788.700 comprimidos;  
                  8.067.000 drágeas;



3.960.134 frascos;  
2.729.400 frascos-ampolas;  
125.650 vacinas contra raiva;  
5.000.000 vacinas contra varicela;  
150.000 vacinas contra tifo.

**Objetivo:** Consolidar o sistema de informações de saúde nas áreas já existentes, ampliando-o conforme as necessidades dos programas e conectando-o no que refere à morbidade ambulatorial e hospitalar e mortalidade aos sistemas correspondentes do Ministério de Saúde e Ministério da Previdência e Assistência Social.

**Realizações:** Em relação às estatísticas da Saúde, as atividades concentram-se em duas áreas: o conhecimento da situação de saúde da população do Estado do Rio Grande do Sul e a avaliação dos serviços prestados por esta Secretaria. Programação através de terminal remoto de computador que permite a obtenção de informações básicas de saúde do Rio Grande do Sul.

**Objetivo:** Corrigir as carências e distorções na estrutura de pessoal, visando, especialmente, a maior utilização de pessoal auxiliar; ao estímulo à profissionalização intensiva na área de saúde, mediante o estabelecimento de cargos de carreira; ao aperfeiçoamento continuado de pessoal técnico e auxiliar.

**Realizações:**

- elaboração do Plano de Carreira para Profissionais de Saúde Pública, visando sua valorização e fixação, além de corrigir as distorções da estrutura;

- 7 cursos de nível superior somando 180 alunos;

- 13 cursos de nível auxiliar somando 509 alunos;

- 2 cursos de desenvolvimento de relações interpessoais somando 30 alunos;

- estágio para 314 técnicos de nível superior que ingressaram na Secretaria;



O objetivo de agilizar o processo administrativo teve como atividade principal a realização de 2 seminários, com a participação do nível gerencial, para detecção de problemas e proposições de soluções.

Finalmente, a utilização plena da capacidade instalada, visando ao estabelecimento de uma ampla superfície de contacto entre serviços de saúde pública e clientela, se fez através de:

- 1.691.306 consultas médicas;
- 8.121 exames em convênio com a FUGAST;
- consultas a 858.213 pessoas;
- exames complementares para 530.974 pessoas;
- hospitalização para 44.315 pessoas;
- atendimento farmacêutico a 1.784.460 pessoas, através do IPERGS.

Os hospitais especializados da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente contam, atualmente, com o seguinte número de leitos, para o desenvolvimento de atuação hospitalar:

- Hospital Psiquiátrico São Pedro ..... 3.129 leitos
- Hospital Colônia Itapoã e centro  
Agrícola de Reabilitação ..... 529 leitos
- Hospital Sanatório Partenon ..... 369 leitos
- Instituto de Cardiologia ..... 88 leitos
- Hospital Alexandre Lisboa - Alegrete ..... 34 leitos
- Convênio com 141 hospitais para parto hospitalar e hospitalização, em 133 municípios.



## 2.4 - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Em 1979, a atuação do Governo do Estado em relação à proteção ao meio ambiente se objetivou através das seguintes realizações:

- elaboração da Norma Técnica e Padrões de Emissão de Efluentes;
- elaboração de 5 perfis de indústrias de ramos mais poluidores;
- elaboração de anteprojeto de código de Proteção Ambiental;
- atendimento a 44 solicitações de inspeção relativas a problemas de poluição ambiental;
- inspeção de 126 fontes de poluição industrial;
- estudo do impacto ambiental das atividades poluidoras do Pólo Carboquímico;
- estudo do impacto ambiental das atividades poluidoras do Distrito Industrial de Rio Grande;
- estudo e recomendação de preservação das nascentes do Rio Gravataí;
- estudo de 24 municípios para estabelecer critérios ambientais para localização ambiental;
- assessoria a 8 municípios sobre localização industrial;
- análise de 180 projetos industriais;
- análise de 60 projetos de loteamento.

Visando a implantar uma ampla campanha, tanto a nível escolar como no seio da população, houve:

- a realização de 25 conferências sobre problemas ambientais;
- a participação em 50 aulas sobre ecologia;
- a realização de um encontro sobre problemas ambien-



tais;

- a realização de um concurso sobre fotografia ecológica e atendimento a 55 consultas.

A compatibilização do plano estadual de proteção ambiental com a política e o plano federal respectivo, por sua vez, levou à realização de dois estudos, com conclusão prevista para junho de 1980 e à promoção de 25 encontros para definição de políticas e atividades ambientais.



## 2.5 - SANEAMENTO

A importância do saneamento básico na elevação dos níveis de bem estar social é consenso geral. A fim de que se obtenha êxito no programa, é importante que a ação do Governo Estadual se faça de forma integrada com o Governo Federal e com o apoio dos municípios, em face do volume de investimentos necessários.

Os objetivos gerais do programa são:

- melhorar os padrões de vida da população rio-grandense, tanto urbana como rural, em termos de elevação não apenas dos níveis de conforto material como também dos de saúde pública;
- criar a infra-estrutura de saneamento necessária ao estabelecimento das condições adequadas à implementação de programas e projetos de interesse do desenvolvimento econômico-social.

O Programa Saneamento está fundamentalmente sob a coordenação da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, apesar de outros órgãos públicos e privados terem ação supletiva no setor.

A política de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul para o quadriênio 1979-82 definiu para o Programa de Saneamento os seguintes objetivos gerais:

- continuar o esforço de estender os serviços de água a todas as concentrações do Estado;
- reexaminar as soluções para o problema do esgoto cloacal e industrial nas cidades gaúchas, mesmo para aquelas que já contam com implantações parciais;
- lançar novos programas de investimentos com maior contribuição comunitária;
- prosseguir na montagem da infra-estrutura de sanea-



mento em geral, visando a influenciar as condições de saúde das populações rio-grandenses:

- colaborar com os Governos Municipais no sentido de melhorar e padronizar os sistemas de esgotos fluviais nas cidades de pequeno e médio portes;

- definir o sistema de esgoto cloacal nas cidades localizadas à margem de cursos d'água e recusos hídricos.

Para que tais objetivos pudessem ser colimados, a CORSAN, estabeleceu para 1979 objetivos específicos com vistas a:

- suprir com água potável 85% da população urbana das localidades administradas pela CORSAN e efetuar obras e melhorias para atingir o percentual citado;

- implantar e concluir sistemas de abastecimento de água potável em sedes municipais ainda não abastecidas e em povoados e sedes distritais com população urbana entre 750 e 2000 habitantes, desde que apresentem viabilidade técnica e econômica;

- melhorar o abastecimento de água em localidades balneárias, com eventual incorporação de sistemas precários existentes;

- implantar e ampliar a produção de água para abastecimento de indústrias e sua interligação dos sistemas existentes;

- implantar coleta ou eventual tratamento de esgoto cloacal em localidades com mais de 40.000 habitantes;

- ampliar e melhorar os 18 sistemas de coleta de esgotos existentes com o objetivo de atingir 35% da população urbana dessas localidades;

- destinar recursos financeiros para a proteção de mananciais hídricos;

- desenvolver um plano de macro e micromedição do consumo de água pela utilização de novo tipo de equipamento e ins-



talação de 100.000 novos hidrômetros;

- destinar recursos financeiros para investimentos correlatos necessários a execução do Plano de Investimentos.

Dentro das realizações do Estado, em 1979, no que se refere ao saneamento, destacam-se:

- implantação de serviços de abastecimento d'água em 228 municípios (98%), sendo que apenas 4 não dispõem destes serviços;

- abastecimento com serviços de água a, aproximadamente, 77% da população urbana das localidades nas quais a CORSAN tem atuação direta;

- beneficiamento de 68.000 novas economias com água potável, o que significa 105% de eficácia já que a meta programada era de 65.000 economias;

- ampliações e melhorias gerais nos sistemas de abastecimento de água em 62% (121) das localidades programadas (194) para o exercício;

- realização de 75 km de rede de distribuição de água, obtendo 71% de eficácia;

- implantação de sistemas de abastecimento de água em 7 (88%) das 8 localidades pequenas, com viabilidade técnica e econômica definida, programadas para o exercício;

- implantação de 3 (75%) sistemas de abastecimento de água em localidades de médio e grande portes;

- melhorias gerais no sistema de abastecimento de água do balneário Xangrilá e conclusão dos projetos de ampliação geral dos sistemas de Tramandaí, Imbé, Capão da Canoa e Torres;

- implantação de 40% do canal adutor a partir do Rio São Gonçalo até o Distrito Industrial de Rio Grande;

- realização de ampliações de sistemas de coleta e tratamento de esgoto cloacal em 4 (57%) localidades;

- instalações de 51.000 hidrômetros dos 100.000 programados para o exercício;

- investimento no valor de Cr\$ 118.000.000,00 (131% do programado para o exercício) para a proteção de mananciais hídri



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

118

COS;

- investimentos correlatos no valor de Cr\$ .....  
106.000.000,00 (117% do programado para o exercício) para a exe-  
cução do Plano de Investimentos.



## 2.6. TRABALHO

Tendo como objetivo primordial a valorização e promoção do homem, a Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS) procurou desenvolver, de modo correlacionado, atividades relativas ao preparo de mão-de-obra, análise e intermediação do emprego, incentivo ao sindicalismo e valorização do trabalho.

Os resultados alcançados no decorrer do ano foram os seguintes:

### 2.6.1. PROGRAMA ESTADUAL DE EMPREGO - PROESE

Este programa, voltado para o confronto entre aspiração educacional profissionalizante demandada pela população cadastrada no Sistema, necessidades reais do mercado de trabalho e condições oferecidas pelas instituições de treinamento, buscou alcançar seus objetivos apoiado no Sistema Nacional de Emprego (SINE), através de realizações nas seguintes áreas:

- área de fomento ao emprego: a ação do SINE, no que se refere à geração de emprego caracterizou-se por projetos experimentais de assistência financeira a microunidades de produção, incentivo à criação de uma Cooperativa de Hortigranjeiros da Região Metropolitana de Porto Alegre; ajuda financeira a minimercados Domus e assistência técnica e treinamento junto à Cooperativa de Suinoculturas de Encantado, visando à continuidade do Projeto de Áreas Demonstrativas em Fruticultura;

- área de informação sobre o mercado de trabalho na qual foram efetuados: levantamentos mensais do movimento de empregos em 368 empresas da Região Metropolitana de Porto Alegre e em empresas de 15 municípios do Estado, selecionados na amostra-gem, com a finalidade de detectar o indicador conjuntural de emprego; assessoria a empresas e entidades educacionais profissionalizantes; estudo sobre a estrutura da produção industrial e do emprego no RS; perfil do candidato a emprego; e levantamento da mão-de-obra safrista empregada na indústria do Estado, das ocupações com maior oferta de vaga e das inadequações entre força e



postos de trabalho;

- área de intermediação de mão-de-obra: atendimento direto à clientela do SINE nos Núcleos Regionais, sub-regionais e nos Postos instalados nos municípios do Estado, sendo que das 131.911 vagas pesquisadas em estabelecimentos urbanos foram absorvidos 55.541 candidatos dos 117.730 inscritos, com 47% aproveitados. Este aproveitamento é bastante expressivo, revelando a eficiência do Sistema, de vez que os serviços similares de países da Europa apresentam um aproveitamento médio de 20 a 25%.

#### 2.6.2. PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Foram desenvolvidos, de forma integrada, pela Fundação Gaúcha do Trabalho, programas relacionados ao preparo de mão-de-obra, emprego e valorização do trabalhador, através de:

- 259 cursos de qualificação nos setores primário, secundário e terciário da economia;
- 128 cursos de treinamento no setor de artesanato;
- 508 cursos para trabalhadores do setor doméstico;
- 35 cursos de preparação de trabalhadores para o Pólo Petroquímico;
- 214 cursos de treinamento de menores;
- 9.270 instruções por correspondência.

Buscando promover o desenvolvimento de comunidades rurais nas áreas de pequenas propriedades, visando à elevação do nível de vida de sua população, através da contribuição para a melhoria das condições de saúde, higiene e habitação, surgiu o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais - PRODECOR, que promoveu visitas a domicílio, palestras, encontros, reuniões e campanhas, num total de 1.169.

Com a finalidade de reduzir as taxas de acidente de trabalho, foram instituídos cursos, palestras e encontros, num total de 1.742.



Dentro da política de incentivo e valorização do artesanato gaúcho foi dado estímulo à Comercialização, através de 7 feiras e exposições em lojas da Fundação Gaúcha do Trabalho e em Centros Regionais, bem como foi estruturado um centro de produção de artesanato em Torres.

### 2.6.3. PROMOÇÃO SINDICAL

O Sistema Sindical, instrumento de promoção social do trabalhador, tem preocupado o Governo do Estado no que se refere ao baixo nível de participação dos associados nos Sindicatos, bem como a carência de formação específica para dirigentes sindicais. Dentro desta ótica e através da Assessoria Sindical e da Coordenação Geral da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram promovidos 110 cursos destinados a despertar a consciência sindical e a preparar elementos envolvidos nas ações dos sindicatos.



## 2.7. ASSISTÊNCIA

A assistência a populações carentes e marginalizadas foi desenvolvida em três áreas específicas: a assistência ao menor, dirigida à população carente com menos de 18 anos; a assistência geral, dirigida à população adulta; e a assistência prestada nos centros sociais urbanos.

### 2.7.1. ASSISTÊNCIA AO MENOR

A política seguida na área de atendimento ao menor tem sido no sentido de consolidar e ampliar programas comunitários que atendam à problemática do menor em seu próprio local de vivência. Deste modo têm sido enfatizada a ação preventiva e estimuladas e apoiadas as iniciativas comunitárias. Com a constituição de comissões técnicas permanentes para estudo, avaliação e proposição, foi dado início na Fundação Gaúcha do Bem-Estar do Menor - FEBEM ao processo de reestruturação da atuação comunitária, atingindo já a 34.087 menores. Esta atividade preventiva envolveu uma reavaliação de programas de ação preventiva e promocional, com a realização de 6 cursos de treinamento, dos quais participaram 248 pessoas. Foram, ainda, implantados 34 e ampliados 8 programas preventivos, principalmente voltados à faixa do pré-escolar, atingindo 101 municípios. A assistência técnica e financeira prestada pela FEBEM a programas de ação preventiva beneficiou um total de 220 centros assistenciais no Estado.

Nesta mesma linha de ação, procurou o Governo do Estado estimular e ativar ações de proteção ao pré-escolar e de assistência sócio-familiar, através da diversificação de medidas pendentes a evitar, tanto quanto possível, o afastamento da criança de sua própria família ou de família substituta. Buscou uma reavaliação do programa de colocação familiar e assistência à família, ao mesmo tempo em que era ampliado o número de lares substitutos na capital, incluindo o acompanhamento, orientação e auxílio financeiro às famílias substitutas. Procurou também estimular a adoção de crianças abandonadas. Paralelamente, teve início



O processo de reestruturação do programa de assistência ao menor e à família, com a formação de comissão técnica para estudar, avaliar e propor novas formas de atuação. Como resultado dessa atividade, espera diminuir substancialmente o número de crianças internadas nas instituições da rede própria da FEBEM. Nestas ações beneficiaram-se 682 crianças, além das 91 que foram adotadas. Foi concedido auxílio financeiro a 450 famílias e incluído 135 lares substitutos ao programa.

Na área de iniciação profissional, tanto no meio rural como urbano, promoveu e estimulou programas visando a instrumentar menores, especialmente os de baixa escolaridade, mantendo articulação com os demais organismos oficiais e particulares que atuam na área. Realizaram-se 86 cursos diversificados para os setores secundário e terciário, atingindo a 1.918 menores, e também para o setor primário, atingindo a 1.161 menores. Na Região Metropolitana procedeu à colocação e acompanhamento de 790 menores em emprego e deu início, ainda, a estudos referentes à implantação do sistema de iniciação profissional.

Ao mesmo tempo em que se promovia ações envolvendo a comunidade e outras entidades públicas e particulares, procurou a FEBEM redimensionar o sistema de assistência ao menor institucionalizado na rede oficial, visando a delimitar e especializar o atendimento a casos que efetivamente exijam internamento. Buscou igualmente incentivar a execução de programas alternativos por parte de instituições particulares que atendam em regime de internato e semi-internato. No processo de revisão da triagem e assistência a menores em internatos oficiais, foram triados 1.154 menores e internados 914. Esta atividade envolveu igualmente a realização de 6 treinamentos, que atingiram a 397 pessoas a reestruturação de 8 instituições particulares para atendimento diurno e a assistência técnica e financeira a 103 entidades sociais e particulares em 48 municípios e que veio beneficiar a 4.493 menores.

A FEBEM contou, em 1979, com recursos da ordem de Cr\$ 174.644.330,00, aplicados nos diversos programas desenvolvidos.



Ao mesmo tempo, foi desenvolvido o programa de Assistência ao Educando, pela Secretaria de Educação, que procurou amenizar a carência sócio-econômica de parte do alunado, propiciando-lhe, assim, melhores condições de aprendizagem. A par do atendimento psicológico e social a alunos, foi concedido auxílio financeiro aos Círculos de Pais e Mestres, para aquisição de material, de modo a beneficiar 10.000 alunos com vestuário e calçados, 2.000 alunos com aparelhos corretivos e 17.500 alunos carentes, com conjuntos de material escolar. Ainda beneficiados .. 64.626 alunos com a compra de vagas e 56.620 alunos com bolsas de estudo para o 2º Grau. Outra atividade que merece ser citada foi a aquisição do material necessário para o funcionamento de 6 Colônias de Férias em praia e serra, destinadas a 2.400 alunos carentes.

#### 2.7.2. ASSISTÊNCIA GERAL

Oportunizar a promoção da população mais carente e a melhoria dos níveis de bem-estar das camadas sub-integradas, foi a preocupação maior que levou o Governo a desenvolver e ampliar programas de assistência aos grupos sociais mais vulneráveis. Nesses programas de promoção social têm participado entidades assistenciais privadas, cuja atuação vem sendo orientada pela Fundação Sul-Riograndense de Assistência (FSA). Neste sentido, foram concedidos auxílios a 89 entidades, subvenções a outras 58 e orientação técnica a 360 entidades assistenciais.

Igualmente vêm sendo estimuladas e apoiadas as iniciativas que visem à melhoria dos padrões de participação de grupos populacionais, pelo apoio a programas e projetos destinados a fortalecer as condições de auto-sustentação do grupo comunitário, quando foi prestada orientação técnica a 47 associações de moradores de núcleos habitacionais construídos pela COHAB-RS.

Outro segmento da população carente que tem merecido atenção é o das populações migrantes, em geral desprotegidas e tendentes à marginalidade. Para isso, têm sido articulados os órgãos especializados para ampliação de serviços básicos de saúde, alimentação, trabalho, educação formal e de base. Para a-



tender a essa necessidade, vem sendo desenvolvido um programa de atendimento social direto, operacionalizado pela Central de Informações e Encaminhamento de Migrantes de Porto Alegre e do III Pólo Petroquímico, a qual, em 1979, realizou 7.890 entrevistas, 6.387 encaminhamentos e concedeu informações a 8.568 pessoas.

A FSA concentra recursos financeiros e humanos em programas efetivamente promocionais e de cunho preventivo. Um projeto piloto vem sendo desenvolvido em Porto Alegre, visando a esse objetivo, tendo sido cadastradas em 1979 2.000 famílias, das quais 104 receberam tratamento individualizado. Entretanto, a magnitude dos problemas sociais que se apresentam sugerem a necessidade de aprofundar o conhecimento da realidade social do Estado. Face a isto se estimulam estudos e pesquisas sobre a problemática social. Estavam em andamento, ao final de 1979, três pesquisas: - Censo de Entidades Assistenciais do Rio Grande do Sul; - Levantamento Sócio-Econômico da situação dos colonos egressos da reserva indígena de Ligeiro-Tapejara; - Pesquisas indiretas junto às prefeituras.

### 2.7.3. CENTROS SOCIAIS URBANOS

As tensões geradas nos centros urbanos, principalmente nas áreas mais carentes de recursos e serviços, são fatores de desagregação comunitária, da qual são resultantes a marginalização, a delinqüência e o aumento da criminalidade. As populações de baixa renda das cidades de grande e médio porte carecem, via de regra, de equipamentos sociais que, atendendo às necessidades básicas, propiciem seu desenvolvimento comunitário. É nessa linha que se insere o objetivo da implantação do programa de Centros Sociais Urbanos no Estado: aumentar a participação do habitante das cidades no processo de desenvolvimento social e melhorar as condições de prestação de serviço de natureza social. Os CSU visam a fornecer as bases locacionais para a realização integrada e coordenada de atividades promovidas pelo setor público e privado relativos a educação, trabalho, saúde, cultura, previdência e assistência social, esporte, recreação e lazer.

Em 1979 estiveram em operação os centros sociais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

urbanos de Bagé, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Cruz Alta, Novo Hamburgo, Uruguaiana, Santa Rosa, Santa Maria, Santo Ângelo, Lajeado, Santana do Livramento, havendo dois em São Leopoldo, Rio Grande e Pelotas. Foram ainda concluídos os CSU de Alegrete, Ijuí e Canoas. Ao final de 1979, 12 novos centros se encontravam em construção, nos municípios de Caxias do Sul, São Leopoldo, Guaporê, ~~Farrroupilha, Bento Gonçalves, Horizontina, Palmeira~~ das Missões, Santiago, São Borja, São Gabriel, Vacaria e Santana do Livramento.

Em continuação ao programa, foram elaborados ainda 11 projetos, para os centros dos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Guaíba, Carazinho, Erechim, Lagoa Vermelha, Marau, Nova Prata, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Soledade. Elaboraram-se, ainda, os estudos preliminares para os municípios de Viamão Rio Pardo, São Jerônimo, Venâncio Aires, São Lourenço do Sul, Júlio de Castilhos, Getúlio Vargas, Tapejara e Quaraí.



## 2.8. PREVIDÊNCIA

Em 1979, na área de assistência previdenciária ao servidor público, a concessão de benefício aos servidores teve seu volume ampliado em relação ao ano anterior, atingindo percentuais significativos: auxílio natalidade em 47%, pecúlios em 19% e pensões em 39%, atingindo os seguintes números e montante em cruzeiros:

BENEFÍCIOS	METAS ATINGIDAS	VALOR EM CRUZEIROS
Pecúlios	1.644	26.865.095
Auxílio Natalidade	9.928	8.666.121
Pensões	83.895	436.070.001

Foram ainda concedidos empréstimos a 29.223 pessoas, num valor de Cr\$ 324.592.300.



## 2.9. HABITAÇÃO

Atendendo ao conteúdo de valores que envolve a habitação na estratégia de promoção social, o Governo do Estado tem procurado dar ênfase especial ao Programa Habitacional do Estado através da Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul - COHAB e Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Objetivando agilizar o processo de construção de núcleos habitacionais, visando ao aceleramento do PLANHAP para cobrir o déficit cada vez mais alarmante e a demanda por habitações, a COHAB procurou, em 1979, dar prioridade ao PROJETO INTEGRADO - construção de casas ou apartamentos para pessoas com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos. Através do mesmo atingiu as seguintes metas:

- projetos em obras ..... 2.176 moradias
- projetos aprovados pelo BNH ... 14.002 moradias
- projetos em análise no BNH .... 259 moradias
- projetos reformulados a serem encaminhados ao BNH ..... 17.079 moradias

As demais atividades desenvolvidas referem-se aos seguintes programas:

- Programa de Núcleos de Habitação Popular. Voltado para as famílias com renda entre 2 e 5 salários mínimos, alcançou as seguintes metas: comercialização de 3.781 moradias em diversos municípios; conclusão de 743 habitações, as quais aguardam sorteio; 10.330 unidades habitacionais em obras; 7.371 licitadas e com contrato de empréstimo concedido; e 7.000 projetos em fase de licitação, na COHAB, em fase de análise no BNH e/ou em fase de elaboração;

- Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB - de significativo conteúdo social, de vez que assegura lotes com infra-estrutura e equipamento comunitário a pessoas na faixa de 0 a 5 salários mínimos. Por ter sido implantado recente



mente, apenas 490 lotes encontram-se em obras e 291 com contrato de empréstimo concedido. Os demais lotes, num total de 10.334, correspondem a projetos em fase de elaboração, em processo de licitação, prontos para serem encaminhados ao BNH ou em análise;

- Programa de Casa em Terreno Próprio - FICAM - destinado a proporcionar financiamento para construção ou melhoria de habitações para pessoas com renda de 2 a 5 salários mínimos, que possuam terreno em zona urbana. Foram construídas 835 unidades habitacionais.

Em 1979, a COHAB contratou a construção de 16.577 unidades habitacionais, assim como tomou empréstimos que totalizaram Cr\$ 12.228.654.621,33. Relativamente ao mês de novembro, posicionou-se em segundo lugar no plano nacional, com o maior número de financiamentos concedidos, maior número de unidades habitacionais contratadas e o maior número de operações aprovadas.

No que se refere ao servidor público, o Governo do Estado tem procurado minimizar o problema da aquisição da casa própria através do Instituto de Previdência do Estado, que concedeu financiamento para a compra de 1.119 habitações novas, 626 imóveis usados e reforma e ampliação de 124 casas, totalizando 1869 famílias de associados, independente da faixa salarial em que se encontram.



## 2.10 - URBANISMO

As abrangentes atribuições da Secretaria do Interior, Desenvolvimento e Obras Públicas - SDO, se estendem ao desenvolvimento urbano e regional. Neste particular, sua atuação se faz através da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM), com o apoio executivo da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO e da Fundação Metropolitana de Planejamento - METROPLAN, a qual detém a responsabilidade especificamente sobre o planejamento da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A atividade da SURBAM vai desde a assistência técnica até a prestação de serviços técnicos especializados para as prefeituras com carência de capacidade técnica na área de urbanismo, administração municipal, engenharia urbana. Um importante trabalho realizado é a montagem da proposta referente ao Programa Cidades de Porte Médio, visando aos investimentos conjuntos (União, Estado e Municípios) nas áreas urbanas dos centros estratégicos à organização espacial do Estado. No atendimento às solicitações de Prefeituras, estão em elaboração sete planos de desenvolvimento urbano, pelas equipes da SURBAM e da CEDRO, e outros dez com a orientação e apoio técnico parcial. Realizados oito projetos setoriais (pavimentação, canalização, paisagismo, etc.) e examinados vários projetos de barragens, dos quais aprovados 47, para construção, por particulares, nos municípios de Alegrete (15), Uruguaiana (15), Bagé (2), Dom Pedrito (3), Formigueiro (2), Itaqui (2), Restinga Seca (3), São Francisco de Assis (3) e Santa Maria (1).

Visando à implementação da capacidade das administrações locais, a SURBAM montou os programas de Modernização Administrativa, Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (convênio com o CERTAM), de implantação do Sistema SURBAM de Contabilidade, além de plantão para assistência técnico-administrativa, havendo elaborado projetos para modernização administrativa em 18 municípios, e prestado assessoramento específico em 37 outros municípios. Em início outros 11 projetos dentro desses programas, que também



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

implantam sistemas de contabilidade em 19 municípios e prestaram assessoria sistemática a outros 49. Foram emitidos, a pedido das Prefeituras, 81 pareceres e prestadas 152 consultas.

Trabalhos de destaque são a implantação do Plano Diretor do Desta do Jacuī (parque estadual), com 17.245 ha e o Programa de Desenvolvimento do Litoral Norte do Estado (LINOR), cujo plano está em fase de estudos de viabilidade e engenharia final. Alguns subprogramas do LINOR já estão em implantação (hortigranjeiros, pecuária-leiteira, estradas vicinais, educação e saneamento), mas o Programa se ressentete da limitada dotação de recursos.

A Fundação Metropolitana de Planejamento - METROPLAN - vem mantendo atividades técnicas visando à avaliação do Plano de Desenvolvimento Metropolitano e a atualização do cadastro da região, além de estudar custos de urbanização na região, localização de habitações para a população de baixa-renda, implantação de parques regionais, migração, recursos hídricos, abastecimento de hortigranjeiros e localização industrial, transporte de massa e infra-estrutura regional. Dá assistência técnica aos municípios (Alvorada, Viamão, Estância Velha, São Leopoldo, Sapucaia do Sul) e gerencia programa de investimentos na Região Metropolitana.

A CEDRO, além de prestar serviço técnico em trabalhos cometidos pela SDO/SURBAM, presta também serviço às Prefeituras, através de contratação direta com os municípios, dentro de normas e critérios estabelecidos pela SURBAM.

## 2.11 - CULTURA E TURISMO

### 2.11.1 - CULTURA

Paralelamente à educação sistemática, o Governo tem se empenhado em dar condições para despertar a exata valorização do patrimônio cultural gaúcho. É seu objetivo trazer a primeiro plano de atuação da comunidade os aspectos distintos da cultura gaúcha que, nas manifestações diárias e correntes, aparecem juntas, mas, no ponto de vista institucional, são tratados como



entes isolados. A peculiaridade do Governo em formular a articulação das atividades de cultura, esporte e turismo de forma integrada, é consequência da percepção de sentir estes setores como forma de manifestação cultural de uma comunidade. São atividades representativas do trabalho informal, vinculadas ao aperfeiçoamento espiritual e físico do homem, complementares aos seu desenvolvimento integral.

Em consonância com as diretrizes federais o Governo Estadual tem como objetivos essenciais:

- preservar o patrimônio cultural e natural do Estado;
- a difusão dos valores permanentes da cultura gaúcha.

Neste sentido, no ano de 1979, o Governo Estadual, através da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, fez prosseguir as obras de recuperação do Teatro São Pedro e a substituição da rede elétrica do Museu Júlio de Castilhos.

Entre as atividades de assessoria, participação e promoção inerentes às funções do Departamento de Assuntos de Cultura, destaca-se a colaboração na implantação dos Pólos Culturais de Osório e Rio Grande.

O incentivo e apoio à difusão dos valores tradicionalistas e das características folclóricas, foram desenvolvidas através das ações do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Neste período de governo foram realizados: - Cursos de História do Rio Grande do Sul, Ciência do Folclore e de Danças Gaúchescas e a publicação do Catálogo da Mostra de Folclore Infantil e Reses, como resultado da promoção de eventos comemorativos do Ano Internacional da Criança e do Ciclo de Folclore Natalino.

## 2.11.2 - TURISMO

O turismo é uma atividade humana que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tan-



to dentro de um mesmo estado ou país, como fora dos seus limites geográficos. Seus aspectos de consumo e investimento afetam diversos setores do sistema econômico de um determinado estado.

A multiplicidade de aspecto turístico no Rio Grande do Sul exige uma abordagem planejada e integral, canalizando-se recursos e iniciativas de acordo com as potencialidades existentes. Considerando as dificuldades orçamentárias do Estado em financiar maior volume de projetos novos, tanto de infraestrutura como de superestrutura, com vistas à oferta de uma maior quantidade de fatos turísticos, a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo optou pelo apoio às áreas e eventos que já possuíssem reconhecida vocação turística e à divulgação dos diversos recursos atrativos do Estado junto aos centros emissores mais importantes, entendendo que um dos tipos de turismo mais importante é o cultural. Ao lazer associa-se o enriquecimento do conhecimento humano quanto aos aspectos distintos atuais e passados da vida de uma comunidade.

A ação conjunta da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo e da Companhia Riograndense de Turismo, no ano de 1979, orientou-se no sentido de dar prosseguimento ao Plano Estadual de Turismo. Neste sentido, as realizações governamentais desenvolveram-se de modo a intensificar a comercialização dos eventos promocionais, a manutenção e ampliação da superestrutura turística e apoio à iniciativa privada no setor.

Além destes eventos, outros mais contaram com o apoio da Administração estadual, tais como: Dia Internacional do Folclore, III Centenário de Fundação da Colônia de Sacramento, viagem à Europa do Coral 25 de Julho. Ainda dentro do aspecto dos valores culturais, deve ser mencionada a atuação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre que, nesse exercício, realizou 33 concertos musicais, com uma programação eminentemente popular, buscando atingir diversos grupos da comunidade gaúcha: concertos especiais populares, concertos para a juventude, concertos em comunidades interioranas, concertos de Orquestra de Câmara, realizados não só em salas de concertos, mas também em parques, praças, ruas, átrios e igrejas. Na escola de Música e Canto da Fundação Or



questra Sinfônica de Porto Alegre, foram ministradas 1400 horas-aula, entre aulas de instrumento e de canto.

Neste Governo, a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo conta ainda com a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, na valorização do patrimônio natural regional, bem como no correto dimensionamento de seu desfrute cultural, de lazer, de turismo e recreação, aliados aos aspectos de conservacionismo. No atendimento às suas finalidades, a Fundação conta com a atuação do Museu de Ciências Naturais, no Jardim Botânico e do Parque Zoológico.

Nas atividades de assessoramento e de prestação de serviços a outras entidades e ao poder público, destacaram-se no período de 1979:

- levantamento e inventário da Flora e Fauna da área da Grande Porto Alegre;
- autoecologia e Bioindicadores de Poluição na área de influência do Pólo Petroquímico;
- estudos das Espécies Cinegenéticas do Rio Grande do Sul - densidade relativa das populações;
- execução e implantação do Sub-Centro de Anelamento.

No campo da informática, o Estado conta com treze Centros de Informação Turística, os quais, não são atendimentos turísticos, mas também viabilizam estatísticas de interesse a estudos e projetos destinados a incentivar o crescimento turístico, tais como: Perfil do Turista, controle de visitas a parques e estacionamento em "campings".

A promoção e comercialização dos fatos turísticos gaúchos foram realizados através dos Roteiros-Turísticos, Café Colonial, Semana de Artes Plásticas, Acampamento Gaúcho, Projeto Comunicação, programação de verão, Festa do Vinho, etc.

Na área de superestrutura, foram realizadas obras de manutenção e ampliação dos "Campings" de São Lourenço e Torres, embelezamento da Avenida Internacional do Chuí (moderni-



zação, ajardinamento, esgoto e calçamento), recuperação do Teatro São Pedro e substituição da rede elétrica do Museu Júlio de Castilhos e manutenção dos equipamentos turísticos do Estado.

Na área de estudos e projetos, foram realizados a primeira parte dos Inventários Turísticos de Farroupilha e Espumoso e estudos dos Roteiros Turísticos Ferroviários e Rodó-Hidro-Ferroviário (já implantados).

As aplicações privadas no setor contam, desde 1978, com o apoio financeiro do BADESUL, repassador do FUNGETUR. Este fundo de orientação federal é destinado ao financiamento do investimento turístico de caráter privado e da Administração Pública, atendendo realizações governamentais na cobertura de gastos como os do Projeto Som e Luz e de desapropriação de áreas de interesse turístico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

3 - Á R E A D E I N F R A - E S T R U T U R A



### 3 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

#### 3.1 - INTRODUÇÃO

A área de infra-estrutura abrange os serviços públicos de base. São tratados em conjunto os transportes, a energia, as telecomunicações, mais a pesquisa e o aproveitamento dos recursos minerais e, ainda, a execução de obras públicas (edificações). São programas que devem traduzir políticas consistentes com a política geral de desenvolvimento do Estado.

A disponibilidade de infra-estrutura adequada se constitui num dos requisitos básicos para o desempenho das atividades econômicas e o bom nível de integração sócio-política de toda comunidade gaúcha. É, portanto, imperioso manter em andamento os programas de expansão e melhoria desses serviços, sob pena de surgirem pontos de estrangulamento que impeçam ou retardem o desenvolvimento. É, pois, compreensível que parcela significativa dos recursos de investimento sejam alocados nestes serviços.

A preocupação do Governo do Estado é de cuidar de uma melhor integração entre as políticas setoriais, sem descuidar do crescimento da oferta e da melhoria qualitativa, buscando implantar critérios e prioridades que resultem em maior racionalidade das obras, no atendimento às múltiplas e crescentes necessidades da população e do sistema econômico do Rio Grande do Sul.

Assim é que o Estado desenvolve esforços para ampliação e melhoria do seu sistema energético, dando especial atenção aos projetos de geração de energia, tanto de aproveitamento do potencial hidrelétrico como de aproveitamento do carvão produzido. Ao lado dos projetos que visam atender as áreas de maior concentração estão também em execução projetos de eletrificação rural.

No campo dos transportes cuidou de manter em condições a malha rodoviária, que representa patrimônio valioso, e de melhorar as condições de ligação dos núcleos urbanos às estradas principais. Com vistas ao escoamento da produção, reforçou o sistema de "estradas alimentadoras" e a manutenção das hidrovias. No



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

tocante à construção, os dados referentes a novas frentes não são mais expressivos, porque o Governo do Estado optou por finalizar as obras em execução, a fim de poder implantar novo esquema de contratações para otimizar os recursos investidos.

No tocante aos recursos minerais, foram adquiridos equipamentos e tomadas providências para elevar a produção de carvão e prosseguidas as pesquisas nas jazidas de carvão e de  cobre.



### 3.2 - TRANSPORTES

Na execução da política dos transportes do Estado, a Secretaria dos Transportes concentrou-se no atendimento a seus três setores fundamentais: transporte rodoviário, aeroviário e hidroviário, cuja execução cabe, respectivamente, ao Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPREC e Departamento Aeroviário do Estado - DAE.

No exercício de 1979, em função de sua importância estratégica e buscando a compatibilização entre os planos estaduais com os federais e municipais do setor, as obras realizadas procuram ampliar as condições básicas para o desenvolvimento acelerado do Estado.

#### 3.2.1 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A Secretaria dos Transportes, através de seus órgãos vinculados, vem atuando dentro de diretrizes básicas estabelecidas pela Política de Ação Governamental. Através do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER e da Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA - órgãos executores da política dos transportes rodoviários no Estado, todo o esforço foi dirigido no sentido de estabelecer uma infraestrutura básica e otimizar a existente. Com tal objetivo, foi dado especial ênfase à conservação da rede existente (rodovias estaduais e federais) e às ligações de sedes Municipais à Malha Rodoviária Principal.

O Órgão autárquico vinculado à Secretaria dos Transportes, que visa à criação de condições para o emprego coordenado das diversas modalidades de transportes e a otimização do uso da infraestrutura existente no sentido de assegurar prioritariamente, o escoamento dos produtos agrícolas e industriais, é o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem. O objetivo fundamental do Departamento refere-se à conservação da malha rodoviária estadual, patrimônio altamente avaliado em mais de 60 milhões



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

de cruzeiros, o que deve ser considerado um aspecto altamente positivo do desempenho da autarquia. Suas metas principais são: o estudo, projeto, construção e melhoramento das rodovias a seu cargo, fiscalizando o uso destas estradas e prestação de assistência técnica rodoviária aos municípios.

### 3.2.1.1 - Conservação

Durante o exercício, o DAER logrou manter em satisfatórias condições de trafegabilidade, 10.450 Km de rodovias, sendo 9.110 Km integrantes da rede estadual e 1.340 Km da rede federal, por delegação. Desse total, 3.000 Km são dotados de pavimento e os restantes de revestimento primário, exceção feita a cerca de 900 Km, ainda em solo trabalhado. Para atingir tal objetivo, o orçamento do DAER para 1979 contou com recursos no valor de Cr\$ 155.000.000,00. No exercício, melhorou as ligações de 42 sedes municipais à Malha Rodoviária Principal, com a execução de pavimentação, retificação ou consolidação das rodovias, numa extensão de 884 Km. Os recursos orçamentários destinados a este programa atingiram Cr\$ 32.048.000,00. Foi programada e realizada a retificação ou consolidação de 46 Km de ligações das Sedes Municipais às Rodovias Troncais.

Devem ser observadas as limitações ocorridas pela redução das quotas de combustível impostas ao õrgão pelo CNP, em função das imperiosas necessidades nacionais de diminuição do consumo de derivados de petróleo, o que constitui séria dificuldade na maximização dos objetivos propostos pelo Departamento. Entretanto, a adoção de adequadas medidas de racionalização e de técnica, propiciou a otimização de aproveitamento de recursos e, em consequência, a manutenção da rede, que garantiu condições de trafegabilidade em qualquer tempo.

### 3.2.1.2 - Construção

O DAER desenvolveu serviços por administração direta, em 27 frentes, sendo 18 de implantação, 3 de



melhorias, e de recapeamento asfáltico e duas de pavimentação, em trechos de extensão global de 740 Km. Em convênio com a SUDESUL, executa, ainda, a implantação do trecho Herval - Passo do Centurião, com 25 Km de extensão.

Sob regime de empreitada, estiveram em andamento, no período, serviços relativos a 18 contratos, abrangendo 535 Km de rede estadual, dos quais 16,7 Km de implantação, 407,6 Km de terraplanagem e pavimentação e 111 Km de pavimentação. Na rede federal, por delegação do DNER, realizaram-se serviços referentes a 5 contratos cobrindo 100 Km. As extensões inteiramente concluídas durante o exercício, alcançaram aproximadamente 120 Km de implantação e 60 Km de pavimentação. Todavia, em termos de serviços parcialmente executados, os trechos atacados atingem quilômetros largamente superiores, como anteriormente citados.

No tocante a obras-de-arte especiais, diversos viadutos e pontes foram concluídos em 1979, perfazendo 748 metros lineares, dos quais 246 m por administração direta e 502 m por empreitada. Encontram-se em fase de construção mais 953 m de obras, sendo 305 m por administração direta e 648 m sob regime de empreitada.

O DAER concluiu, ainda, as novas e modernas instalações da 8ª unidade de Conservação em Bagé e a escada de incêndio do seu edifício-sede, em Porto Alegre.

### 3.2.1.3 - Projetos

Das atividades do Departamento que se referem a estudos e projetos no exercício, consta a elaboração do projeto geométrico de uma série de ligações rodoviárias, totalizando 211 Km, além do anteprojeto da BR-480, trecho Erechim-Goio-En, em 75 Km de extensão.

O Setor de Aerofotogrametria realizou o recobrimento de 2.500 Km<sup>2</sup>, não apenas para seus próprios estudos, mas também para outras entidades, como Prefeituras, Pólo Petroquímico, DNER e SUDESUL.



Os estudos geotécnicos abrangeram, no ano de 1979, a sondagem de mais de 150 Km de subleito, 30 pedreiras e dezenas de jazidas. Empreendeu-se o levantamento odográfico das redes rodoviárias de 5 municípios, tendo sido concluído este serviço em Ibirubã, Casca e Vera Cruz, num total de 2.500 Km.

#### 3.2.1.4 - Outros Serviços

O DAER manteve serviços permanentes de fiscalização de linhas de transporte coletivo rodoviário intermunicipal, nas Estações Rodoviárias. Neste sentido, buscou enquadrar o Sistema de Transportes, em consonância com a nova política energética nacional.

Através da Política Rodoviária, tiveram seqüência os serviços de segurança e fiscalização nas escolas estaduais.

Foi desenvolvido, em 1979, um especial esforço para agilizar a tramitação dos processos e definida uma programação racional de liquidação de débitos permanentes.

Mereceu particular atenção o desejável equilíbrio entre as dotações orçamentárias para investimentos, o avanço físico-financeiro das obras e o efetivo ingresso de numerário na autarquia.

#### 3.2.1.4 - Estradas Alimentadoras

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, vem contribuir de uma forma importante, para a realização dos grandes objetivos do setor, na medida em que procura as zonas de produção do Estado de uma rede de estradas capaz de proporcionar um escoamento rápido e seguro das safras agrícolas.

As atividades desenvolvidas pela Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras correspondem a dois grandes Programas:



- 1 - Programa de Construção e Melhoria de Estradas Alimentadoras;
- 2 - Programa de Construção de Obras de Arte Especiais.

Dentro de sua filosofia atual, o Governo do Estado traçou como objetivo setorial o reforço ao sistema de Estradas Alimentadoras, com a construção de 4.000 Km de novas rodovias, melhorando em mais de 5.000 Km da malha existente e, construção de 8.000 metros lineares de obras de arte especiais.

Desta meta global foram realizadas através da Companhia Inter municipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, até o 4º (quarto) trimestre do corrente ano, 1.661 Km de construção e melhoria de estradas, e obras de arte num total de 160,5 metros.

#### Construção e Melhoria de Estradas Alimentadoras

O Programa de Construção e Melhoria de Estradas Alimentadoras que dependem essencialmente das condições climáticas, teve, no exercício de 1979, seu desenvolvimento prejudicado, de vez que aquelas não foram de todo favoráveis.

Total de estradas construídas, por escritório, no município:

Camaquã .....	69,335	Km
Erexim .....	70,6	Km
Farroupilha .....	5,4	Km
Frederico Westphalen .....	140,1	Km
Lagoa Vermelha .....	60,07	Km
Montenegro .....	27,3	Km
Nonoai .....	39,7	Km
Osório .....	46,5	Km
Santa Cruz do Sul .....	40,0	Km
Santo Ângelo .....	56,8	Km

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

Soledade .....	39,94	Km
Total ..	595,765	Km

Total de Melhoria de Estradas execu-  
tadas por escritório, no exercício:

Alegrete .....	44,0	Km
Camaquã .....	52,1	Km
Erexim .....	41,3	Km
Farroupilha .....	78,55	Km
Frederico Westphalen .....	262,5	Km
Lagoa Vermelha .....	70,61	Km
Montenegro .....	71,15	Km
Nonoai .....	108,4	Km
Osório .....	52,9	Km
Santa Cruz do Sul .....	78,5	Km
Santo Ângelo .....	97,4	Km
Soledade .....	108,40	Km
Total ..	1.065,81	Km

Totais de terraplenagens executadas  
por escritório, no exercício:

Erexim .....	25.200	m <sup>3</sup>
Frederico Westphalen .....	41.575	m <sup>3</sup>
Farroupilha .....	8.550	m <sup>3</sup>
Lagoa Vermelha .....	27.800	m <sup>3</sup>
Nonoai .....	18.750	m <sup>3</sup>
Osório .....	6.924	m <sup>3</sup>
Soledade .....	87.100	m <sup>3</sup>

Totais de Aterros de Obras de Artes  
Especiais, executadas por escritórios, no exercício:

Camaquã .....	4.730	m <sup>3</sup>
Farroupilha .....	36.000	m <sup>3</sup>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

145

Frederico Westphalen .....	16.000 m <sup>3</sup>
Montenegro .....	2.400 m <sup>3</sup>
Santo Ângelo .....	94.130 m <sup>3</sup>
Soledade .....	15.260 m <sup>3</sup>
	Total .. 168.520 m <sup>3</sup>

O cumprimento da meta relativa ao programa de construção de obras de arte contou com recursos financeiros provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, prejudicada com certa demora em obtenção de financiamento, cujo contrato foi assinado somente em dezembro. Assim, o volume de obras de arte (pontes) que inicialmente fora previsto para o corrente ano, acumular-se-ã na meta para o ano de 1980.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

77 - OBRAS DE ARTE ESPECIAIS EXECUTADAS:

MUNICÍPIO	ACIDENTE	TRECHO	EXTENSÃO (m)
Guaporé	R. Guaporé	Sede - Arvorezinha	82,0
Candelária	A. Molha Grande	Sede - Sobradinho	25,0
Cacique Doble	R. dos Índios	Sede - Sananduva	35,0
Plameira das Missões	R. Varejão	Jabuticaba - Cerro Largo	40,0
Santo Ângelo - Bossoroca	R. Piratini	Sede - Bossoroca	80,0
Soledade - Passo Fundo	R. Jacuã	Sede - Ernestina	60,0
E. Rio Grande - Itatiba do Sul	R. Douradinho	Sede - Itatiba do Sul	60,0
São Borja - Santo Antônio	R. Icamaquã	Sede - Santo Antônio	100,0
Santa Maria	A. Veado	A. Grande Silv. Martins	15,5
Santa Maria	A. Vacacaí - Mirim	Camobi - Silv. Martins	12,0
Santa Maria	Arroio do Meio	Camobi - Silv. Martins	24,0
Montenegro	A. Paredão	Sede - Vila Maratã	15,0
			548,5

As obras acima envolveram recursos no ordem de Cr\$ 11.760.344,00.

- OBRAS DE ARTE ESPECIAIS EM ANDAMENTO:

MUNICÍPIO	ACIDENTE	TRECHO	EXTENSÃO (m)
Santa Maria	A. Grande	Camobi - Silv. Martins	24,0
Santana da Boa Vista	A. Vargas	Sede - Encruzilhada do Sul	60,0
			84,0

As obras acima envolveram recursos na ordem de Cr\$ 1.795.673,00.

As atividades no setor de obras de Arte, envolveram recursos humanos em nível superiores (8); nível médio (7) e nível primário (4).



### A Fiscalização de Obras de Arte Objeto de Auxílio

A missão atribuída à CINTEA, de fiscalização dos auxílios governamentais destinados a obras de arte, foi desenvolvida normalmente, tendo sido controlada a aplicação de Cr\$ 7.404.000,00, compreendendo 76 fontes, com 1.508,47 metros lineares abrangendo 38 municípios.

#### Estudos e Projetos desenvolvidos na CINTEA

- a - Projetos elaborados para fontes: 10, num total de 333,70 m, abrangendo 8 municípios
- b - Projetos para escritórios regionais: 3
- c - Projetos elaborados para rodovias alimentadoras: 8, num total de 93.960, abrangendo 7 municípios
- d - Levantamento topográfico de seções de rios: 17
- e - Desempenho de seções de rios: 16
- f - Cadastramento de 29 firmas
- g - Serviço de campo dos Técnicos de Departamentos de Estudos e Projetos e de Fiscalização de Obras, para a III Etapa do POAE.

#### 3.2.2 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Cabe ao DEPRC - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, a execução, a nível estadual, da política dos transportes hidroviários. Em 1979, obedecendo a uma política de aproveitamento dos potenciais hidroviários para o transporte, foram realizadas obras de manutenção de sinalização náutica entre os portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, manutenção dos molhes da Barra de Rio Grande e obras de proteção que totalizaram 800m<sup>3</sup>, acompanhadas de apoio técnico e administrativo. Foram feitas também dragagens de alargamento e limpeza dos canais interiores do Estado (800.000 m<sup>3</sup>) e dragagem de abertura ou conserva



ção na hidrovia Rio Jacuĩ ( $67.832 \text{ m}^3$ ) e na Hidrovia Rio Taquari ( $13.841 \text{ m}^3$ ). O DEPRC realizou, também, trabalhos de colocação de sinais, 45 no Rio Jacuĩ e 155 no Rio Taquari. As obras de derrocamento estão sendo realizadas pela PORTOBRÁS, tanto no Rio Jacuĩ como no Rio Taquari.

O Porto de Rio Grande recebeu, em março de 1979, da PORTOBRÁS, a Cábrea ACRE, com capacidade de 100 t, transferida do Porto de Vitória. Foram concluídos os armazéns graneleiros da AGEF BIANCHINI, o que aumentou a capacidade estática de armazenagem de farelo de soja em 84.000 t. O Posto de Transbordo da 4ª Secção da Barra, com calado de 37 pés, entrou em operação. Verificou-se acentuado aumento na movimentação de "Containers" em relação a 1977 (4.000 unidades), atingindo cerca de 10.000 em 1979. A exportação de frangos congelados para os países árabes atingiu 12.000 t, até novembro deste ano, contra 8.000 t em 1979. A movimentação total de mercadorias chegou, de janeiro a outubro, a 7.528 mil toneladas, sendo 4.015 mil t. de exportação e 3.513 mil toneladas de importação.

No Porto de Porto Alegre a movimentação portuária geral totalizou 3.591 mil toneladas, de janeiro a outubro de 1979, sendo 2.242 mil t de importação, e 1.349 mil t de exportação.

O Porto de Pelotas, pela primeira vez em sua história, movimentou colza, recebida por navegação interior desde o Porto de Rio Grande, num total de 90.000 t. Verificou-se também um acentuado crescimento na exportação de óleo comestível por navegação interior, para transbordo em Rio Grande. A movimentação total do porto, entre janeiro e outubro de 1979, foi de 340 mil toneladas, sendo 255 mil exportadas e 85 mil toneladas importadas.

Através da Administração de Vias Fluviais (AVF), foi assinado Contrato com a PORTOBRÁS para execução de dragagens e outros serviços necessários em canais já existentes no Rio Jacuĩ, em um volume previsto de  $150.000 \text{ m}^3$  de dragagem em areia e  $20.000 \text{ m}^3$  em cascalho. Foram efetuadas dragagens diversas no Rio



Taquari, totalizando 99.463 m<sup>3</sup>, e a PORTOBRÁS colaborou, durante todo o ano, através de levantamentos topo-hidrográficos, locações e balizamento dos rios Jacuí e Taquari. Realizaram-se, ainda, serviços com colaboração da Administração de Serviços Delegados, em Tapes, São Lourenço do Sul e Barquinho, com um volume dragado de 41.265 m<sup>3</sup>. Para a Administração do Porto de Porto Alegre, executaram-se dragagens na Canal do Furadinho e na parte fronteira à SAMRIG, totalizando 2.529 m<sup>3</sup>. A AVF, deu, ainda, apoio a dragagens e hidrovias e cuidou da manutenção de 145 postos hidrometeorológicos, que são 65 Estações Climatológicas, 22 Estações Pluviométricas e 58 Fluviométricas.

A Administração de Serviços Delegados (ASD) retomou as dragagens dos canais de acesso ao porto de Porto Alegre, mediante contrato com a PORTOBRÁS, num volume de 400.000 m<sup>3</sup> de dragagem, dos quais já foram executados 141.000 m<sup>3</sup>, estando prevista a conclusão para fevereiro de 1980. Outras dragagens executadas em 1979 foram a do canal de São José do Norte (240.000 m<sup>3</sup>) e a da Bacia da Evolução do Porto de Rio Grande (185.400 m<sup>3</sup>). Foram feitos também serviços de manutenção do balizamento dos canais do Rio Guaíba e Lagoa dos Patos. E, finalmente, executaram-se obras de recuperação e manutenção do equipamento de dragagem como na Draga Eng<sup>o</sup> Antônio Pradel, na Draga Gov. Triches, no rebocador Andrea, no Rebocador Rienzi, Chata-Tanque Gutemberg e Batelão Jaguarão.

A ASD foi responsável, também, pela aquisição de 61 tubos de aço-carbono de 22" para tubulação flutuante de recalque das dragas e chapas lisas de aço-carbono para a fabricação de flutuantes.

### 3.2.3 - TRANSPORTE AEROVIÁRIO

O DAE - Departamento Aeroviário do Estado é o órgão ao qual foi delegada a execução de obras de implantação de melhoria da infra-estrutura aeroportuária, dando prioridade aos aeródromos dos municípios de maior expressão econômica e/ou turística.



Dentro da política de apoio financeiro às entidades aerodesportivas, em 1979 o DAE distribuiu um total de Cr\$ 600.000,00. Foram beneficiados a Federação dos Aeroclubes (Porto Alegre) e os Aeroclubes de Alegrete, Bento Gonçalves, Carazinho, Osório, Garibaldi, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Leopoldo e Veranópolis. Esta política de apoio visa a formação de novos pilotos.

No que se concerne a obras de manutenção e construção, no exercício, temos o seguinte:

- Aeroporto de Torres: foi construída uma estação de passageiros, executando o revestimento primário da pista de pouso, pátio de estacionamento e pista de rolamento, construída a casa do guarda aeroportuário, terminais de passageiros e realizadas obras de urbanização.

- Aeroporto de Canela: Foram construídos terminais de passageiros, feito o revestimento primário da pista de pouso, pátio de estacionamento e pista de rolamento. Foi remodelada a estação de passageiros, construída a casa do guarda aeroportuário. Além, disso, foram iniciadas obras de implantação da pista de pouso para 120m de extensão com terraplenagem e extração de rocha.

- Aeroporto de Rio Grande: Foi concluído o projeto de pavimentação.

- Aeroporto de Erechim: Teve concluída a terraplenagem da nova pista, num volume total de 160.000 m<sup>3</sup> e iniciadas as providências no sentido de conseguir recursos para pavimentação.

- Aeroporto de Ijuí: Foi executada a elevação do greide da cabeceira 17 do aeroporto, num volume de 20.000 m<sup>3</sup>.

Enfim, no que diz respeito à manutenção e reaparelhamento dos aeroportos, foram executadas obras em Ijuí, Carazinha, Santa Cruz do Sul, Itaquí, Passo Fundo, Canela, Torres, Garibaldi, Capão de Canoa, Osório, Venâncio Aires, Iraí, Belém Novo e Campo Novo, que são as seguintes:



- Ceifamentos: 455.000 m<sup>2</sup>
- Compactação e Regularização: 300.000 m<sup>2</sup>
- Revestimento Primário: 12.200 m<sup>3</sup>
- Terraplenagem: 22.500 m<sup>3</sup>
- Limpeza: 170.000 m<sup>2</sup>
- Remodelação da estação de passageiros e hangares: 1 aeroporto
- Remodelação de drenagem: 1 aeroporto
- Cercamentos: 5.200 m.l.

A atuação do DAE foi sentida em 24 municípios: Alegrete, Bento Gonçalves, Carazinho, Osório, Garibaldi, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Leopoldo, Ijuí, Canela, Torres, Capão da Canoa, Venâncio Aires, Iraí, Campo Novo e Erechim.



### 3.3 - ENERGIA

A Companhia Estadual de Energia Elétrica é responsável, praticamente, por toda energia distribuída no Estado. A parcela do território não coberto pelo seu sistema de transmissão e distribuição é muito pequena. A maior parte de nossos municípios é atendida diretamente. Somente algumas prefeituras e cooperativas adquirem energia da CEEE, fazendo a distribuição.

Considerando as formas direta e indireta, o atendimento da CEEE atinge as sedes dos 232 municípios mais 3.310 vilas e povoados, beneficiando um total de 1.227.720 consumidores nessas 3.542 localidades.

O crescimento da demanda, para satisfazer as necessidades das atividades econômicas e do uso residencial, é expressivo e, embora sofrendo variações, apresenta taxa média não inferior a 12% ao ano.

Apesar da limitação dos recursos disponíveis, a CEEE vem mantendo a execução de seu programa de obras para ampliação e melhoramento dos serviços prestados. Além de obras de geração própria, de implantação de linhas de transmissão, do equipamento de transformação e redes de distribuição, tem-se preocupado com a promoção da eletrificação rural.

Alinham-se como realizações no ano findo:

#### 3.3.1 - OBRAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA

- foi concluída a Usina Hidrelétrica de Itaúba com o início da operação em setembro da 4a. unidade de 125 MW, totalizando os 500 MW de potência instalada;

- obtida a outorgada concessão para construção da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, para 125 MW de potência instalada, foi ultimada a aquisição da área necessária e iniciada a transferência do acompanhamento de obras de Itaúba para o local;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

- foi encaminhado pedido de outorga de concessão para construção de alguns aproveitamentos do Rio Uruguai, na divisa do Estado de Santa Catarina;

- foi contratado o fornecimento dos equipamentos principais e, também, a execução de diversas obras civis, para implantação da FASE B-Usina Termelétrica Presidente Médici, que visa à ampliação da usina com a instalação de 2 unidades turbo-alternadoras de 160 MW cada uma;

- estão em realização estudos da UTE CANDIOTA III visando novo aproveitamento para o carvão de Candiota. Concomitantemente, desenvolvem-se estudos de viabilização de um Complexo Industrial, através de empreendimento conjunto CRM/CEEE, para suprir as necessidades de energia para a lavoura arrozeira da região, em substituição aos equipamentos diesel em uso.

### 3.3.2 - OBRAS DE TRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO

- foram executados 436 Km de linhas de transmissão e estão em execução outros 843 Km;

- foram concluídos nove projetos de substituições, que representam um acréscimo de 97 MVA e encontram-se em execução outros 6 projetos, que significam uma potência total instalada de 482 MVA.

### 3.3.3 - OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO

- foram executados 1.061 Km de linhas e redes, dentro de um programa composto de 182 projetos, beneficiando 24 municípios, dos quais 476 Km de linhas de Alta Tensão e 585 Km de redes de Baixa Tensão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

3.3.4 - OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

- Em convênio com a ELETROBRÁS, a CEEE está implantando 153 obras de eletrificação rural, beneficiando 9067 consumidores. Do programa já foram executados 2.880 km de redes e instaladas 23.276 KVA de transformadores, a um custo global de Cr\$ 201.153.976,00, concluídas 143 das obras previstas;

- paralelamente, a Companhia está executando, com a participação de terceiros, outro programa visando a beneficiar 3.083 consumidores, através de 834 Km de redes e a instalação de 4.561 KVA de transformadores. O custo das obras até novembro p.p. montavam a Cr\$ 73.641.998,00;

- está sendo estruturado programa da ordem de Cr\$ 900.000.000,00 para atender as necessidades de irrigação na conservação da potência diesel-mecânica usada em eletro-mecânica (municípios da Fronteira Oeste), com estudo do aproveitamento da disponibilidade de energia elétrica existente (1980/81).

Além da execução das obras mencionadas, a CEEE vem realizando estudos e realizando esforços na captação de recursos para manter e ampliar sua atuação, visando a novos objetivos pertinentes à política de desenvolvimento do Estado. Para a execução de Programa de Expansão do Sistema de Transmissão e Distribuição no período 1980/83, foram efetivadas negociações junto ao BIRD para financiamento de 100 milhões de dólares, em programa de 280 milhões de dólares. Os entendimentos estão em fase de acertos finais, assim como as gestões para financiamento de 28 milhões de cruzeiros, assinado com BNDE contrato de financiamento no valor de Cr\$ 1.400.000,00.

Ao todo, a Empresa negociou empréstimos num total de Cr\$ 4.500.200.000,00. Somando-se a estes recursos os de formação interna, aumentos de capital e auxílios, são assegurados recursos para investimento de mais de seis bilhões de cruzeiros.



### 3.4 - RECURSOS MINERAIS

A execução da política mineral cabe a Companhia Riograndense de Mineração - CRM, empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, que procura desenvolver a exploração econômica das riquezas que existem no subsolo gaúcho através das atividades de mineração, prospecção mineral e pesquisa tecnológica.

A Companhia Riograndense de Mineração tem atualmente sua atividade industrial concentrada em duas minas: Leão (município de Butiã) e Candiota (município de Bagé). Também executa prospecções de carvões nas jazidas do Leão, de Candiota, do Iruí (município de Cachoeira) e Santa Rita (município de Canoas) e de cobre associado ao ouro nas jazidas de Volta Grande e Fazenda Chácara, no município de Lavras do Sul.

A produção de carvão em Leão I até outubro de 1979, foi de 240.180 t o que indica um acréscimo com taxa de 25% em relação ao ano anterior. Durante o exercício deu-se continuidade a medidas que visaram ampliar sua capacidade, tais como: readaptação da torre para elevação de 200 t/hora, recebedoria do subsolo com aprofundamento do poço, aquisição de uma (1) frente de Long Wall com 70m, instalação de equipamento de Long Wall semi mecanizado. Foi inteiramente realizada a aquisição de escoramento metálico para as galerias principais da mina.

No exercício de 1979 foram acelerados os trabalhos de implantação da Mina do Leão II, que, com uma capacidade de 2,4 milhões de t/ano de carvão bruto (R.O.M.), abastecerá principalmente uma unidade de gaseificação da PETROBRÁS no início de 1983, para produção de amônia pela Companhia Riograndense de Nitrogenados. Em continuação aos trabalhos de abertura da Mina do Leão II, já foram concluídos os projetos de lavra e beneficiamento e também realizada a concorrência para a terraplenagem da área para instalação de superfície e abertura dos planos inclinados. Encontram-se em fase final os trabalhos de aquisição da área de superfície e constituída em 60% a equipe técnica de apoio e supervisão das áreas. Esta contará com recursos humanos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

a nível de engenheiros, economistas, administradores de empresas, desenhistas, topógrafos e burocratas em geral.

Até outubro de 1979, a produção de carvão de Candiota foi de 532.979 t. A prospecção do carvão permitiu que as reservas medidas crescessem em apenas 3% em relação a 1978, pois a demanda da Usina Presidente Médici não vem alcançando o seu consumo nominal, que é de 70.000 t/mês. Prosseguiu-se com o programa de implantação da Mina de Candiota II, para produzir 2 milhões de t/ano de carvão bruto (Rom), a fim de atender à ampliação da Usina Termo-elétrica Presidente Médici de 126 para 446 MW até abril de 1983. Dentro deste programa foi realizado o projeto de lavra e a concorrência para aquisição de máquina escavadeira com 28m<sup>3</sup> de caçamba.

A CRM possui reservas medidas de carvão conforme segue: em Candiota 439 milhões de t; em Iruí 126 milhões; em Santa Rita 135 milhões; no Leão 140 milhões. Procura-se alcançar respectivamente 700, 300, 200 e 400 milhões de t. Quanto à Volta Grande; com reservas de 2,9 milhões de t. de minério de cobre, com teor de 1,1% e 500.000 t de minério de ouro com teor de 12 g/t.

Em decorrência do aumento de produção e de reajustamento de preços, houve acréscimo na despesa com energia elétrica e combustíveis, bem como na aquisição de materiais em geral. O item energia elétrica teve uma previsão até fins de 1979 de 66% de aumento e o de combustíveis 130%.

Até fins de 1979 a CRM investiu um total de Cr\$. 66.640.324,00, sendo 42% em pesquisas geológicas, tecnológicas e de mercado de substâncias minerais, 42% no aparelhamento da Mina do Leão, 5% no aparelhamento da Mina de Candiota e 11% em abertura de novas minas. Neste período a CRM adquiriu, entre outros itens, máquina para abertura de galerias, "SKIP" para o Poço - 1, Transportadores Mecânicos, Trator de Esteiras e Estruturas Metálicas para sustentação de galerias. As obras e instalações mais significativas neste ano foram: a Torre do Poço-1, Vestiários do Poço-1, Recebedoria do Subsolo e equipamentos de escritório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

O desenvolvimento das pesquisas nas jazidas de carvão, em termos de sondagem, foram as seguintes: Candiota - 1.000 metros perfurados, Iruí - 1.761 metros, Santa Rita - 4.264 metros e Leão - 5.261 metros.

Na jazida de cobre de Volta Redonda, a sondagem atingiu a 80 metros perfurados.



### 3.5 - TELECOMUNICAÇÕES

A Companhia Riograndense de Telecomunicações como concessionária dos serviços de telecomunicações no Estado, e responsável pela manutenção, melhoria e expansão do Sistema de Telecomunicações.

Seus esforços estão dirigidos para investimentos visando à racionalização e expansão do Sistema para um aumento quantitativo e qualilativo do atendimento à demanda. Para tanto, estão sendo implantadas novas centrais automáticas, remanejadas centrais não automáticas, aumentado o número de terminais com DDD.

Paralelamente, busca melhor integrar as comunidades rurais, implantando postos de serviço nos distritos e vilas, através do Plano de Emergência de Telefonia Rural.

No ano findo, foram implantados 16.459 terminais, elevando o total no Estado para 180.873 terminais. O acréscimo em telefones foi de 30.785, elevando o total para 308.324 aparelhos instalados nas áreas atendidas pela CRT. O Estado já possui 61 municípios servidos por DDD e DDI.

Destacam-se os seguintes programas em execução pela CRT:

#### 3.5.1 - PROGRAMAS 9 e 10

O programa 9 tem como meta a instalação de 81.500 novos terminais telefônicos automáticos em 56 municípios. O programa 10 objetiva a implantação de centrais automáticas em 30 municípios e 75 centrais manuais. Sua execução requer a incorporação das 69 centrais ainda operadas por prefeituras municipais.

Os recursos alocados nestes dois programas totalizam Cr\$ 2.037.000.000,00, dos quais 891 milhões de recursos próprios, 426 milhões de financiamentos externos, 308 milhões de financiamentos internos e o restante de outras fontes. Até o mo



mento foram adquiridos e escriturados terrenos, contratados pr<sup>é</sup>dios, realizados levantamentos e sondagens, elaborados projetos, contratadas algumas obras, e contratado fornecimento de equipamentos.

### 3.5.2 - PROGRAMA DE TELEFONIA RURAL

Orientado pela política de oferecer melhores condições de vida e infra-estrutura adequada às atividades rurais, para promover a fixação do homem do campo, a CRT elaborou, como primeiro passo no setor de comunicações, um Plano de Emergência de Telefonia Rural que visa dotar vilas, distritos e povoados de postos de serviço dentro de prioridades consistentes com a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, foram mantidos contatos com fabricantes para o fornecimento de equipamentos adequados às condições e escala de operações, e concluída a montagem do plano de ação específico para a área rural, que está em exame pelo Governo do Estado. A meta é a implantação de 291 postos de serviço.

### 3.5.3 - PROGRAMA DE INCORPORAÇÕES

O programa prevê a incorporação dos serviços das 69 sedes municipais que ainda estão sob concessão das prefeituras. A incorporação será efetivada a partir do 1º trimestre de 1980.

### 3.5.4 - PROGRAMA 11

Este programa prevê a implantação de 55.500 novos terminais e ampliação de 32.500 terminais existentes, e visa ampliar o serviço DDD e adequar o sistema interurbano para melhor atender a demanda estimada para 1987. O investimento inicial é da ordem de Cr\$ 287.000.000,00, a ser feito com recursos próprios. Apenas foram iniciadas as contratações referentes aos equipamentos de comutação.



### 3.6 - OBRAS PÚBLICAS

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - SDO, tem entre as suas várias atribuições a responsabilidade sobre a programação de obras públicas.

Sob esta designação genérica de obras públicas, mantida por tradição, a atuação da SDO e da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO, a ela vinculada, se limita às edificações.

O montante relativamente modesto de obras novas é consequência da restrição geral de investimentos.

Sob a direção dos escritórios locais da SDO foram concluídas 78 escolas, totalizando  $22.043m^2$ , com um investimento de Cr\$ 60.468.000,00. Estão em andamento outras 63 obras de escolas, cuja área totaliza  $29.961m^2$ , representando investimentos de Cr\$ 78.150.000,00. O total de investimentos em projetos novos e ampliações é de Cr\$ 138.618.000,00.

A manutenção do patrimônio imobiliário do Estado é outro programa de grande importância. Foram atendidas 248 solicitações de manutenção ou recuperação, em 209 escolas, 9 postos de saúde, 4 presídios, executadas obras em 9 dos escritórios locais e 17 outros prédios diversos. A despesa realizada foi de Cr\$ 35.698.000,00, dos quais Cr\$ 19.071.000,00 com verbas de capital e o restante com recursos de custeio.

Foi montado pela SDO projeto de Cadastro Técnico de todos os próprios do Estado.

A CEDRO, que atua complementarmente à Supervisão de Obras e Edificações da SDO, teve sob sua responsabilidade a fiscalização de obras referentes a 64 escolas, 11 C.S.U., 3 foros e as obras no Hospital São Pedro. Além disso, estão sob responsabilidade da Companhia as obras do Centro Administrativo do Estado, que são executadas sob o regime de administração direta.

A execução de outras obras contratadas pela Companhia totaliza Cr\$ 90.368.000,00 e estão localizadas em 12 municípios, sendo adjudicadas por várias entidades (Teatro São Pedro,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

Secretaria da Agricultura, Justiça Militar, Brigada Militar, Tribunal da Justiça e Secretaria de Educação).

A CEDRO executa a fiscalização de obras e presta outros serviços técnicos através da contratação desta com Prefeituras e outras entidades.

Para alimentar as programações, a SDO elaborou 109 projetos técnicos (arquitetura, instalações, estruturais, etc.) e está com outros 38 projetos em elaboração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

4 - Á R E A A D M I N I S T R A T I V A



#### 4 - Á R E A A D M I N I S T R A T I V A

##### 4.1 - INTRODUÇÃO

Nesta área incluem-se importantes setores que servem de suporte administrativo ao Estado, além de outros que, articulados entre si e com os demais setores, promovem desenvolvimento e integração sócio-política-econômica a nível estadual.

Dentro de sua proposição de implantar o Sistema Estadual de Planejamento neste ano de 1979, o Governo do Estado intensificou este processo com a implantação de mais um subsistema - o de Acompanhamento da Política de Governo - SAPG e a transformação do Subsistema de Treinamento em Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos - SARH.

No sentido de equipar adequadamente os subsistemas de acompanhamento, foi instalado na Secretaria de Coordenação e Planejamento o mini-computador Polimax, com a finalidade de armazenar e divulgar, através de relatórios, as ações desenvolvidas pelos órgãos do Governo Estadual relativos a cada subsistema.

Junto ao Sistema Estadual de Informação, está sendo realizada a montagem do Banco de Dados e, através de um Boletim Informativo bimestral, veiculam-se informações técnicas e operacionais da implementação e funcionamento do Sistema Estadual de Planejamento.

Como órgão de Coordenação e Planejamento, a Secretaria de Coordenação e Planejamento tem a seu encargo o controle e a execução das realizações orçamentárias. Relativo a esta tarefa, é elaborado anualmente documento que espelha as proposições quanto a recursos financeiros. No corrente exercício, foram editados 200 exemplares deste documento. E, como documentos definitivos do Orçamento, editaram-se 650 exemplares entre o Orçamento Plurianual de Investimentos, Orçamento Anual e Orçamento Analítico.

O ano de 1979 é marcado pelo início de nova gestão político-administrativa, e que exigiu atenção especial na reestrutura organizacional e hierárquica das inter-relações administrativas. Conseqüentemente, foram elaborados diversos decretos de



estruturação das Secretarias e de regimentos internos.

Em continuidade a trabalhos de modernização administrativa, foram executados projetos de cadastro do controle de pessoal e do cadastro do controle de processos. E entre estudos desenvolvidos buscando a organização administrativa, podem ser mencionados aqueles com vistas à implantação dos Sistemas de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano e da Organização Administrativa.

Vinculados às tarefas desenvolvidas, a Secretaria conta com serviços prestados pela Fundação de Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística. Com vistas a melhorias nos aspectos produtivos dos setores agrícola e industrial, a FAPERGS e a CIENTEC apoiam o desenvolvimento de pesquisas científicas dirigidas a cada um daqueles setores. A CIENTEC, além da assistência técnica às indústrias (análises, ensaios, etc.), dedicou-se ao prosseguimento de pesquisas, principalmente nas áreas de agro-indústria, carvão e construção civil. O desenvolvimento de tais atividades reuniu a apreciação de 630 laudos e o montante de Cr\$13.061.000,00 em recursos financeiros. E as pesquisas desenvolvidas com apoio financeiro da FAPERGS orientaram-se, em maioria, para os aspectos produtivos do setor agropecuário (agricultura, pecuária, recursos naturais renováveis). Contudo, também incentivou as pesquisas dirigidas às ciências exatas, à tecnologia e a aspectos sócio-culturais. Foram distribuídas, neste exercício, 94 bolsas de estudos, entre cursos de aperfeiçoamento, de mestrado, de doutorado e para pesquisas e estágios.

No âmbito da FEE, foi dado prosseguimento a estudos que permitem estruturar o Sistema de Contas Regionais, bem como aqueles referentes a indicadores da economia gaúcha.

O resultado da pesquisa sistemática e contínua levou a FEE à publicação dos seguintes periódicos:

de tiragem trimestral: Indicadores Econômicos e Rese



na Estatística;  
de tiragem mensal: Mensário Estatístico Sul-Riograndense e Termômetro de Vendas;  
de tiragem anual: Anuário Estatístico.

Para a função de processamento de dados, o Governo conta com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS, órgão de poio permanente e que tem por finalidade a execução de serviços de processamento de dados e tratamento de informações. Durante 1979, foi dada continuidade aos seus projetos de pesquisa e desenvolvimento, além daqueles relacionados com o treinamento de técnicos para a área.

O programa gestão financeira está a cargo da Secretaria da Fazenda, órgão responsável por todas as iniciativas e providências que digam respeito à Política Financeira do Governo. Sua atuação se tem voltado para a obtenção de um maior equilíbrio entre Receita e Despesa, procurando não diminuir a capacidade de investir do Estado, a fim de não comprometer o próprio desenvolvimento.

Dentro de uma política traçada pelo Governo Estadual, foi realizada a elaboração e acompanhamento da Programação Financeira do Estado, visando a compatibilizar os recursos financeiros com os gastos públicos. O controle dos gastos públicos, bem como uma captação adicional de recursos permitiu que o déficit financeiro apresentasse uma redução para 5,5 bilhões de cruzeiros.

Além de suas atribuições normais, no decorrer do exercício de 1979, essa Secretaria concentrou esforços na intensificação do Programa de Promoção Tributária, tendo em vista maior dinamização da Receita. Ênfase também vem sendo dada à elaboração de trabalhos técnicos, perfazendo um total de 13 trabalhos realizados, sendo que 3 foram publicados.

Como instrumento da Política de Desenvolvimento Regional, está sendo realizado um estudo sobre o Impacto Econômico das Compras do Governo Estadual em 1978.



No sentido de aprimorar sempre mais os serviços de contabilidade e auditoria, novos subsistemas de processamento eletrônico de dados foram implantados, possibilitando a obtenção de informações contábeis de forma mais célere.

Cabe ainda ressaltar o esforço que vem sendo desenvolvido pela Coordenadoria Geral do ICM no sentido de carrear para os cofres públicos tudo o que lhe for devido. A apuração de mais de Cr\$30.000,00 por dia/fiscal dá uma dimensão dos resultados da política implantada. Além deste trabalho direto, deve ser considerado o resultado indireto da ação fiscal.

Afora estas, intensa atividade vem sendo desenvolvida a fim de que alcance o Estado a pretendida revisão ou aperfeiçoamento tributário, com vistas ao fortalecimento de suas receitas.

Como órgão responsável pela execução da Política de Pessoal no Estado, a Secretaria da Administração procurou, no ano de 1979, dar um tratamento mais equitativo aos funcionários que ainda não foram contemplados com a carreira funcional, ou encontram-se em grande desigualdade de vencimentos em relação à maioria.

Para alcançar este intento, pode-se destacar a execução dos projetos Aumento do Magistério, Projeto dos Estáveis e Plano de Reclassificação do Quadro Geral. O encaminhamento destes projetos foi fundamental para equidade e estímulo ao funcionário, e para o desenvolvimento de uma política de pessoal num sentido mais amplo.

Pode ser destacada, ainda, a atuação da Secretaria da Administração no que se refere ao prosseguimento do projeto de Cadastramento de Pessoal e do Cadastramento dos Bens Imóveis do Estado.

Através da intensificação de sua ação, a Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul - SUTERGS - conseguiu, no período de 1979, controle global dos veículos e consumo de combustíveis do Poder Público Estadual.



No que se refere à formação de recursos humanos, a atuação da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, no corrente exercício, teve um índice de execução superior a 90% para a área pública, atingindo um total de 1.165 alunos treinados.

Na área empresarial, as metas programadas para treinamento foram de 961 alunos, tendo atingido, entretanto, o treinamento de 1964 alunos. A média de treinamento atingiu a 5,6 e 3,6 horas-aula por aluno, na área pública e empresarial, respetivamente.

Quanto aos serviços gráficos, a atuação da Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG - se processou normalmente, com as metas programadas sendo quase integralmente cumpridas e algumas até ultrapassadas em sua previsão.

O desempenho das atividades referentes à Secretaria da Justiça sempre foi apanágio do Estado, desde os primórdios da organização político-administrativa dos povos. Desde sua criação, inúmeras foram as competências que se lhe atribuiu, procurando melhor adequá-las ao exercício de sua atividade-fim que é o apoio ao desempenho da função justiça no seio da comunidade rio-grandense.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários, SUSEPE, consome aproximadamente 80% dos recursos orçamentários totais previstos para a Secretaria da Justiça. No desenvolvimento de suas atividades, a SUSEPE empreendeu inúmeras realizações, salientando-se a continuidade na sua programação de construção e ampliação de presídios, assim como o atendimento que proporcionou às famílias dos sentenciados, uma das grandes preocupações de sua política penitenciária.

No sentido de propiciar ao cidadão a segurança índiispensável para o exercício de suas atividades, vem a Secretaria de Segurança Pública mobilizando esforços e recursos na permanente prevenção e combate à criminalidade, na preservação das garan



tias individuais, da ordem e tranqüilidade públicas.

Para o alcance do que se propôs, adotou várias medidas no que concerne à descentralização das atividades ligadas à identificação e ao trânsito, com a instalação de Centros Regionais; deu continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Telecomunicações e buscou a melhoria das condições das Delegacias de Polícia.

A tentativa de sanear as deficiências, em termos de Comunicações na área de Segurança Pública vem sendo feita paulatinamente, abrangendo mais intensamente os municípios maiores e mais próximos de Porto Alegre, não sendo descuidados, entretanto, aqueles municípios pequenos do interior do Estado. Neste intento, foi elaborado o projeto Telex, cujo objetivo é dotar as Delegacias de Polícia da Capital e Interior com aparelhos de Telex. Apesar do seu uso restrito, este sistema vem funcionando a contento, já que propicia sigilosidade e segurança em termos de inter-relacionamento.

No combate à criminalidade, a Secretaria de Segurança Pública vem mobilizando todos os recursos humanos e materiais de que dispõe. Entre as medidas tomadas na Região Metropolitana, podem ser citadas a Operação Opus, a Operação Papai Noel e a Operação Greves.

Dentro do princípio de oferecer melhores condições para um bom atendimento das necessidades da comunidade e propiciar aos funcionários um mínimo de comodidade para a execução de um trabalho eficiente, foram construídos 6 prédios para Delegacias de Polícia no interior do Estado.

Além de sua ação no sentido de cumprir as atribuições que lhe estão afetas, a Brigada Militar deu continuidade às suas atividades referentes à melhoria de equipamentos e aprimoramento da Polícia Militar.

Vale salientar, ainda em fase de execução, as obras da Estação Açorianos do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre.

#### 4.2 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

A este programa compete uma ampla esfera de ação englo



bando a política de desenvolvimento, a coordenação do Plano Geral do Governo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Para o alcance do seu objetivo de implantar o Sistema Estadual de Planejamento, SEP, vem a Secretaria de Coordenação e Planejamento utilizando-se de uma estratégia incrementalista, isto é, de um Sistema de Planejamento que se organiza e evolui por acréscimos de atividades governamentais que já se encontram em efetivo funcionamento. No presente momento, sua operacionalidade se dá através do funcionamento de cinco subsistemas:

SEITE - Subsistema de Informações Técnicas e Estatísticas. Tendo por propósito recolher informações técnicas e estatísticas disponíveis no Setor Público e Privado, para processá-las e armazená-las, de forma a fornecer o suporte de informação e dados necessários à elaboração do Planejamento Governamental, o SEITE, durante o ano de 1979, deu continuidade às tarefas de fornecimento de informações a seus usuários do Setor Público e Privado, atingindo um número de informações armazenadas no Banco de Dados de 3 milhões de dados agregados a nível de município.

SAFFI - Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos. Perseguindo uma atuação sempre de forma mais perfeita e racional, o SAFFI introduziu algumas modificações na sua sistemática, procurando fornecer subsídios que venham a facilitar a tomada da decisão governamental no que respeita à alocação de recursos para investimento do Setor Público. Foi feita a distribuição, recebimento, conferência e processamento de informações coletadas através dos formulários de cadastros e movimentação referentes a 62 órgãos estaduais.

As informações sobre o acompanhamento de todos os projetos da administração pública estadual, direta e indireta, estão sendo emitidas em 15 novos modelos de relatório. A partir destas informações, colocadas à disposição pelo acompanhamento físico e financeiro de todos os projetos de investimento, foi possível a análise de quarenta programas que estão sendo executados no Estado. E, em busca de insumos para continuar o processo



evolutivo do subsistema, o SAFFI visitou o Ministério da Marinha e a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro.

#### SNE - Subsistema de Necessidades Espaciais

Visando a estabelecer uma hierarquia de necessidades, com base nas carências detectadas em diferentes setores ligados à administração estadual e que forneça elementos capazes de servir de subsídio aos órgãos decisórios do Setor Público, para uma melhor alocação dos recursos, o SNE realizou diversos estudos nas seguintes áreas:

- Educação: referente ao coeficiente de aprovação, abandono, repetência e escolarização;
- Saúde: referente ao coeficiente de mortalidade infantil na faixa de menores de um ano;
- Agricultura: estudo na fase de escolha de um indicador;
- Saneamento Básico: na fase de levantamento de dados.

Além destes, mais dois trabalhos estão sendo desenvolvidos:

- Estudo da distribuição de recursos de capital previstos para o ano de 1979 e realizados até o 3º trimestre, por regiões de programação, segundo o programa.
- Estudo comparativo da distribuição de recursos previstos para 1979 e realizados no 1º e 2º trimestre para os setores saúde, educação e segurança em relação aos níveis de carência detectados para esses setores.

#### SET - Subsistema Estadual de Treinamento

O SET tem por objetivo integrar todas as iniciativas de treinamento que o setor público estadual oferece a seus servidores. Assim, na procura da maximização dos recursos físicos, materiais e humanos endereçados ao treinamento do servidor público, realizou, numa primeira fase, o levantamento de dados, com a elaboração de um relatório. Tal levantamento foi feito através



de formulários distribuídos aos 14 órgãos da Administração Direta e aos 41 órgãos da Administração Indireta.

Em agosto, realizou-se o Encontro sobre Treinamento do Servidor Público, que contou com a participação de 67 técnicos de diferentes órgãos da Administração Estadual.

Em outubro do ano em curso, foi discutida a possibilidade de se incluir o subsistema de treinamento em um subsistema mais amplo, qual seja o subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos. Sua finalidade é a de incluir em suas análises estudos sobre recursos humanos potenciais, formação regular e não formal de recursos humanos, alocação e aplicação de recursos humanos no mercado de trabalho, qualificação e reciclagem de recursos humanos.

SAPG - Subsistema de Acompanhamento da Política de Governo. É o mais novo dos subsistemas que fazem parte do SEP e tem por objetivo permitir o acompanhamento e a avaliação da atuação executiva do Governo, no sentido de detectar os eventuais desvios ou distorções entre os objetivos propostos e o que está sendo executado, possibilitando, assim, a tomada de medidas pertinentes e oportunas à consecução de um maior ajuste das tarefas previstas. Para sua implantação, diversas reuniões foram realizadas com as setoriais, onde era apresentado o modelo do formulário a ser preenchido e os objetivos do mesmo. E, dentre várias atividades desenvolvidas, destaca-se a elaboração do Manual de Instruções do SAPG. Em reuniões do Governador com seus Secretários, foram apresentados e debatidos os formulários de acompanhamento da Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, correspondentes ao segundo trimestre de 1979, o primeiro da nova gestão governamental.

Além das realizações do subsistema, o SEP/RS, em 1979, propôs-se à dinamização das Agências Setoriais de Planejamento, para o que realizou todas as reuniões previstas em sua programação, num total de 54. Também foi efetivada a 1ª Reunião Intersectorial, reunindo às Secretarias da Saúde, da Educação, do Trabalho e Ação Social, da Justiça e da Segurança Pública para



tratarem do assunto "Menor".

A veiculação de todas as atividades do Sistema Estadual de Planejamento RS é feita através de um Boletim Informativo, bimestral, com uma tiragem de 2.000 exemplares, destinado a todos os agentes do Sistema, órgãos vinculados, subsistemas integrantes, entidades públicas e privadas estaduais, nacionais e internacionais. No ano de 1979, o Boletim do SEP abordou, entre outros assuntos, o intercâmbio de experiências entre o Rio Grande do Sul e vários estados do Norte do País, na implantação de seus Sistemas Estaduais de Planejamento, com a ida de técnicos gaúchos para transmitir a experiência que se realizava em nosso Estado. Também foram focalizadas reuniões com as setoriais de planejamento, dentro da política de edificar o sistema, partindo dos assessores de planejamento de cada Secretaria do Estado.

Importante instrumento para o planejamento estadual, o orçamento teve o desenvolvimento de suas atividades voltadas para a elaboração das propostas de orçamento anual, plurianual e analítico. E o acompanhamento da execução orçamentária para a abertura de créditos especiais foi efetuado através da elaboração de 16 leis e 119 decretos.

Através de cursos, contatos e instruções, foi prestado assessoramento técnico aos municípios, orientando-os na elaboração de planos federais.

A execução e controle do FUNDURBANO/RS, no que diz respeito a financiamentos e auxílios, foi feita através da formulação de 93 contratos de financiamento, 114 contratos de auxílio, além do acompanhamento de 2.124 contratos de financiamento e de 1.026 contratos de auxílio.

Responsável pela implantação de estruturas operacionais e orgânicas capazes de fornecer ao Estado os meios institucionais necessários ao desempenho de suas atividades, o Departamento Organizacional da SCP, perseguindo maior disciplina na utilização e contratação de recursos humanos na Administração Direta e Indireta, elaborou pareceres sobre diversos órgãos da Administração Pública, dando cumprimento à Ordem-de-Serviço nº 02/79.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

No intento de obter maior racionalização administrativa, efetuou vários estudos, atualizando recursos humanos através de cursos e seminários.

No intuito de regulamentar as relações hierárquicas e funcionais das organizações, redigiu o Regimento Interno das Secretarias da Saúde e Meio-Ambiente, de Coordenação e Planejamento e da Agricultura. E, para maior funcionalidade das estruturas organizacionais, elaborou os decretos das Secretarias da Justiça, Transportes, Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, Indústria e Comércio e Educação.

Também foram organizados os sistemas do Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano e de Organização Administrativa.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul cabe o apoio à Administração Estadual através da execução de serviços de processamento de dados e tratamento de informações, colocando à disposição dos usuários soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na sua área.

O planejamento da empresa para o exercício de 1979 aplicou os seguintes recursos em pesquisa e desenvolvimento:

- Pesquisa e desenvolvimento de um programa de teleprocessamento para aplicação em B.6700, Cr\$1.245.600;

- Assessoria técnica para processamento de dados científicos para clientes, Cr\$576.000;

- Pesquisa em equipamentos IBM, Cr\$778.000;

- Pesquisa e desenvolvimento de Software para equipamento EDISA-ED 311 (3 programas), Cr\$490.000;

- Pesquisa e desenvolvimento de Software para equipamento PLY-101, Cr\$1.300.000;

- Desenvolvimento de Software para entrada de dados em equipamento COBRA-400, Cr\$400.000;

- Pesquisa e desenvolvimento de Banco de Dados para uso em aplicações implantadas em clientes, Cr\$1.590.000;

Dentro do seu objetivo de descentralizar funcional e geograficamente as atividades de operação de sistemas, mantendo centralizado seu planejamento e desenvolvimento, realizou a



instalação de duas Unidades Funcionais junto a clientes, com recursos próprios no valor de 6.500.000.

Objetivando valorizar o trabalho do profissional da área de processamento de dados, dando prioridade ao recrutamento e manutenção de técnicos formados na empresa ou nas entidades de ensino do Rio Grande do Sul, a PROCERGS, no exercício de 1979, realizou 7.258 horas de treinamento com 2.366 participantes assim distribuídos:

- Treinamento Básico: 968 horas, com 223 participantes;
  - Desenvolvimento de Pessoal: 4.473 horas, com 1741 participantes;
  - Aperfeiçoamento Profissional: 1.582 horas, com 68 participantes;
  - Clientes e Usuários: 235 horas, com 334 participantes.
- Este programa de treinamento teve um custo direto de Cr\$ ..... 2.020.000.

Participando no esforço do Governo para expandir a indústria de equipamentos eletrônicos no Rio Grande do Sul, a PROCERGS está dando apoio à Secretaria de Coordenação e Planejamento para transferência da POLYMAX de São Paulo para o Rio Grande do Sul. Desta forma, a empresa adquiriu 24 sistemas POLY-101, e participou no aumento do capital da POLYMAX, transações estas que envolveram Cr\$ 32.614.000 oriundos de recursos próprios.

Visando dar prioridade ao atendimento das necessidades de tratamento das informações existentes nos órgãos da Administração Estadual do Rio Grande do Sul, efetuou, no ano de 1979, Serviços de Análise, Programação, Suporte, Desenho, Documentação Controle de Qualidade, Digitação e Acabamento com recursos gerados e aplicados no atendimento de clientes da ordem de Cr\$. 64.424.000.

O faturamento da empresa, no exercício, foi de Cr\$... 313.300.000, superando em 0,32% a meta programada.

Como órgão de apoio operacional ao Planejamento do Estado, subsidiando-o através de estudos, pesquisas e análises a Fundação de Economia e Estatística - FEE, desenvolveu suas ativi-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

des procurando fornecer o maior número possível de elementos aos setores público e privado.

Em consonância com os objetivos de estruturar e operar o Sistema de Contas Regionais, de proceder a análises conjunturais, bem como de realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de indicadores econômicos e sociais, a FEE vem desenvolvendo os seguintes estudos:

- Evolução Social no RS
- Indicadores de Bens de Capital no RS
- Política de Preços Mínimos na Agricultura do RS
- Cálculo do Valor Agregado
- Indicadores de Estrutura
- Balança Comercial

Procurando atingir esse mesmo objetivo, também editou Análise do Comércio, Indicadores Econômicos, bem como levantou dados financeiros do Setor Público do Estado para o Sistema de Informação para o Planejamento. Resultantes da coleta, processamento, classificação, seleção e avaliação dos dados estatísticos, diversas publicações foram divulgadas sob a forma de mensários, anuários, resenhas e resumos estatísticos, destacando-se:

- Informe Estatístico - Anexo I
- Resenha Estatística
- Anuário Estatístico
- Mensário Estatístico Sul-Riograndense
- Termômetro de Vendas
- Comércio por Vias Internas

Com referência à montagem do Banco de Dados do SEITE, já existem 3 terminais de computador em funcionamento: no Gabinete do Governador, na Secretaria de Coordenação e Planejamento e na própria FEE, sendo que este já faz correções de dados diretamente.

No sentido de colaborar na elaboração e/ou co-participação na execução e controle da programação ou projetos dos Gover-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

nos Federal, Estadual e Municipais, estão sendo realizados estudos, visando à identificação de oportunidades de investimento a nível setorial no Estado, salientando-se:

- Fontes Alternativas de Energia
- Indicadores de Desempenho Empresarial no RS
- Mecanização da Lavoura

A ação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, durante o ano de 1979, foi desenvolvida no sentido de dar continuidade aos seus objetivos de orientar e auxiliar o desenvolvimento da pesquisa no Estado. Sua atuação se fez sentir em vários setores: agropecuária, economia, educação, cultura, saúde, meio ambiente, administração, justiça, etc., atingindo elevado número de trabalhos realizados.

A necessidade de pesquisa que será gerada pelo próprio desenvolvimento, tendo como meta uma tecnologia própria e adequada à realidade local e regional, somente poderá ser atendida com pessoal que se dedique à mesma. Para tanto, tem a FAPERGS procurado fomentar a atividade de pesquisa através da concessão de bolsas de aperfeiçoamento sem visar titulação acadêmica, bolsas de mestrado e doutorado para formação de técnicos com elevada qualificação. Pela concessão de bolsas especiais de pesquisa e bolsas especiais de estágio, procurou fixar pessoal qualificado a projetos de pesquisa com dedicação exclusiva, bem como o aprimoramento de métodos e técnicas empregados.

Para avaliação e planejamento em pesquisas, foram organizados e realizados os seguintes seminários: Agro-indústria em Pelotas, Metagênese Ambiental em Porto Alegre, Oceanografia e Biologia Costeira, conjuntamente com o CNPq, em Tramandaí e Recursos Hídricos para a Agricultura - Irrigação e Drenagem, em Porto Alegre.

O processo de divulgação das pesquisas realizadas foi desenvolvido com a publicação de mais dois cadastros das Instituições de Pesquisa, Pesquisadores e Publicações no Estado do RS agora nas áreas das Ciências Biológicas e Médicas. Foi iniciado, também, o cadastramento em Ciências Exatas e Tecnologia, procu-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

rando-se com isto, tornar conhecida, cada vez mais, toda a atividade de pesquisa realizada no Estado.

A necessidade de uma maior integração e coordenação das pesquisas em desenvolvimento entre as várias instituições federais, estaduais, municipais e particulares que atuam em nosso Estado, fez com que estudos fossem iniciados para a implantação de um Sistema Estadual de Pesquisa Científica e Tecnológica. Também foram iniciados estudos para a implantação de um Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica, através de entendimentos com o Sistema Sirius (FAPESP), CNPq, Secretaria de Coordenação e Planejamento e PROCERGS.

Sob a coordenação da CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia, vem sendo efetivada uma série de pesquisas tendentes a suprir a necessidade de desenvolver tecnologia industrial para utilização adequada e eficiente dos carvões brasileiros, seja como fonte de energia, redutor siderúrgico ou fonte de matérias-primas de grande importância industrial. Espera-se como resultado dessas pesquisas um melhor conhecimento e aproveitamento eficiente dos carvões minerais existentes no Estado. Fazem parte desse conjunto os seguintes projetos de pesquisa, que em 1979 tiveram andamento:

- Projeto CICOM - Geração de vapor e energia térmica por redução fluidizada de carvão mineral;
- Projeto CIVOGÁS - Processo de geração de gás de baixo poder calorífico a partir da gaseificação de carvão mineral;
- Projeto EACC/I - Amostragem e caracterização de carvões no Rio Grande do Sul.

Foi iniciada, também em 1979, a elaboração de dois novos projetos: CICEGÁS, com o objetivo de estudar a geração de chamas de sustentação para caldeiras termoelétricas pelo processo CIVOGÁS, e CINUGÁS, visando a estudar a gaseificação de carvão pelo calor gerado em reatores nucleares. Para os projetos do carvão foram gastos recursos num montante de Cr\$ 20.875.281, provenientes do Tesouro e CAEEB.

Com vistas ao desenvolvimento de novos processos que con



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

tribuem a solucionar os problemas dos setores carentes de industrialização, especialmente a agroindústria, deu andamento aos projetos - SOJA II, para desenvolvimento de produtos derivados de soja e pesquisa de mercado, e DEFENSIVOS V, controle sistemático de resíduos defensivos agrícolas em trigo e soja. Para estes projetos os recursos utilizados foram do FINEP e Tesouro e atingiram Cr\$ 1.675.846.

Outro setor alvo de pesquisas tecnológicas foi o da construção civil, para o qual pretende desenvolver novos tipos de material, utilizando rejeitos industriais, como no caso das cinzas de carvão. Estão sendo elaborados dois projetos nesse sentido - Projeto MAGEPOA - Mapeamento Geotécnico de Porto Alegre e Projeto ALCON - argila expandida.

Concomitantemente com essas pesquisas e dando prosseguimento às atividades de assistência técnica às indústrias e entidades governamentais, a CIENTEC expediu 8.130 laudos, incluindo análises, ensaios, controle de qualidade e outros. E, visando à capacitação dos quadros técnico e administrativo e o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, a CIENTEC presta apoio a 23 técnicos que vêm realizando cursos de especialização, mestrado e doutorado, contando para isso com recursos do FINEP da ordem de Cr\$ 2.614.081.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

#### 4.3 - GESTÃO FINANCEIRA

A execução deste programa, a que estão afetas as atividades inerentes à gestão das finanças estaduais, está a cargo da Secretaria da Fazenda, órgão responsável pela Formulação e Coordenação da Política Financeira do Estado, que procurou, em 1979, somar esforços na busca de mecanismos para atenuar as desigualdades entre Receita e Gasto Público, sem diminuir a capacidade de investir no Estado.

Mediante maior canalização de recursos orçamentários, intensificou, na Capital e Interior, o Programa de Promoção Tributária, com a publicação em jornais do Estado, divulgação em emissoras de rádio e Tv, palestras em escolas e associações tendo em vista dinamizar a receita pela educação fiscal-tributária da comunidade, pela integração fisco-contribuinte.

Visando aprimorar a Administração Fazendária Estadual, no sentido de tornar conhecidos os fenômenos de natureza sócio-econômicas que influenciam no comportamento do Setor Público e da própria economia gaúcha, diversos estudos foram desenvolvidos, destacando-se entre eles:

- Finanças do Estado - 1978;
- Classificação Econômica da Receita;
- Arrecadação do ICM por Setores Econômicos em 1978
- Repercussão do Projeto de Reformulação do Fundo de Participação do Estado;
- Dívida Pública e Investimento Governamental;
- Proposta de Reformulação dos Fundos Fiscais de Investimento;
- Informação sobre o Estado do Rio Grande do Sul 1979
- Análise do Projeto de Criação do Imposto sobre Herança e Doações;

No que se refere à Programação Financeira do Estado, no ano de 1979, atingiu a SF o objetivo primordial de um maior disciplinamento dos gastos, com a inclusão da Administração Indireta neste sistema de programação. E, buscando aperfeiçoar ca-



da vez mais os serviços de contabilidade e auditoria, foram implantados novos subsistemas de processamento de dados ao Projeto CAGE - Controle Automático da Gestão Econômico-financeira. Com o crescimento rápido da amplitude e complexidade da Administração Estadual, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado viu-se na obrigação de acelerar as atividades contábeis sem aumentar o seu quadro técnico, desenvolvendo para tanto um projeto, juntamente com a PROCERGS, que realizará quase a totalidade das operações pelo computador.

A Diretoria Geral do Tesouro, com uma abrangência bastante grande em relação às funções globais de Secretaria, uma vez que se relaciona, através dos órgãos subordinados, com todos os contribuintes, e com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, nesta administração tem se caracterizado por ser um organismo com uma política bastante clara. No que tange à arrecadação, houve sensível aprimoramento no seu controle. A agilização do sistema de informações permitirá reduzir para 48 horas o prazo para conhecimento de dados sobre a receita a nível estadual.

A carência de recursos do Estado exige que se busque carrear para os cofres do Tesouro tudo o que lhe for devido. Neste sentido, intenso esforço vem sendo desenvolvido no que se refere ao planejamento, coordenação e controle de ICM, por ação direta sobre o contribuinte ou por meios indiretos, através do controle de mercadorias e produtos em trânsito, exercida pela fiscalização individual, pelos postos fiscais e turmas de fiscalização volante.

Além destas, diversas outras atividades de caráter específico e permanente do órgão foram desenvolvidas, sempre buscando uma maior racionalização e aprimoramento nos serviços.

#### 4.4 - SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO

A este programa estão subordinadas as realizações referentes a coordenação e execução das atividades pertinentes à admi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

nistração de pessoal, treinamento do servidor público e a serviços gráficos.

A política de pessoal vem sendo conduzida pela Secretaria da Administração, no sentido de intensificar o planejamento, a coordenação e o controle das atividades, atuando dentro de diretrizes básicas estabelecidas pela política de ação governamental, que, na medida dos recursos financeiros disponíveis, objetiva a valorização, a regularização, o enquadramento e a efetivação de servidores públicos.

Buscando solucionar o problema dos servidores estaduais, há mais de 10 anos o Governo vem estudando fórmulas de contemplar estes funcionários com Quadro e remuneração mais condigna. O projeto que Reorganiza o Quadro Geral dos Funcionários Públicos (8% do total dos funcionários públicos da Administração Direta) e estabelece o Plano de Pagamento, abrangerá 11.868 funcionários em atividade e 4.000 inativos, incluindo-se os funcionários estáveis (Projeto de Lei nº 56/79).

O Projeto de Cadastramento de Pessoal visa dar prosseguimento ao Cadastramento Geral de Pessoal do Estado, nomear o pessoal concursado (14.212 professores) e proceder a concessão de vantagens e sua publicação no Diário Oficial.

Em junho de 1979, foi submetido à consideração governamental Anteprojeto de Lei destinado a criar os cargos necessários à efetivação dos servidores estabilizados por força de disposição constitucional especial. Deu-se, assim, cumprimento à Lei nº 7.133/78, que determinou essa efetivação.

Em termos de política de pessoal, o exercício de 1979 caracterizou-se no estabelecimento de um tratamento mais equitativo àqueles funcionários que ainda não foram contemplados com a carreira funcional ou em grande desigualdade de vencimentos em relação à maioria. Os projetos que mais contribuíram para corrigir distorções, foram os do aumento ao Magistério, Projeto dos Estáveis e Plano de Reclassificação do Quadro Geral.

O encaminhamento destes projetos foi fundamental, uma



vez que trarão mais equidade e, em consequência, estímulo ao funcionário, sem o qual seria difícil o desenvolvimento de uma política de pessoal num sentido mais amplo, buscando o aperfeiçoamento, a produtividade, lotação mais adequada, o melhor uso do cadastro, a salutar competição a cargos públicos, etc.

A Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul - SUTERGS, órgão vinculado à Secretaria de Administração, tem como objetivo a coordenação, execução e fiscalização de toda a política referente à atividade Transporte Oficial da Administração Estadual, estabelecida pelo Sistema de Transporte Oficial do Estado - SISTRAN.

A SUTERGS, no exercício de 1979, realizou o abastecimento de gasolina a 26 órgãos, alcançando o montante de 968.208 litros; 326 estudos e pareceres sobre alienação de veículos; 360 atendimentos a solicitações de veículos; atendimentos em oficina mecânica a 201 veículos de seis órgãos; cadastramento geral de viaturas de Administração Direta e Indireta de 1.318 veículos; implantação das cotas de combustível a 58 órgãos, perfazendo um total de 3.734.323 litros de gasolina, 7.176.382 litros de óleo diesel e 13.456.020kg de fuel oil; chapeação e pintura em 53 veículos e 92 vulcanizações de pneus.

A CORAG - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, tem sob sua responsabilidade a execução de serviços gráficos e atividades correlatas - edição do Diário Oficial do Estado, Diário da Justiça, Diário da Indústria e Comércio, Diário da Assembléia, impressos gerais para a Administração Pública e Privada e, também, a racionalização dos impressos oficiais. No exercício transcorrido, a CORAG imprimiu 2.897.350 exemplares em 754 edições do D.O.E, D.J, D.I.C, e D.A, alcançando 96% da meta programada; 1.405.650 exemplares de jornais particulares, 94% da meta programada; 309.000 exemplares de separatas dos discursos dos deputados, superando em 3% o programado; 200.000 exemplares de revistas, alcançando 88% da programação; 69.000 exemplares de livros, atin



gindo 69% da programação e 162.000 impressos em geral, também superando em 8% a programação para o exercício de 1979.

Estes serviços foram executados com recursos financeiros próprios.

Para o alcance de seus objetivos de treinar e aprimorar os recursos humanos que atuam no âmbito da Administração Pública Estadual, a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos FDRH, bem desenvolvendo vários programas.

Voltados para a área empresarial, foram executados estudos e pesquisas para diagnóstico de desenvolvimento de recursos humanos nos setores prioritários, programas de treinamento, consultoria e pesquisa destinadas a desenvolver a pequena e média empresa nacional, especialmente no campo da agroindústria e petroquímica e programas de formação de instrutores. Nesta área, o número de pessoas treinadas foi de 1.964, num total de 7.162 horas-aula.

Para consultoria, foram dedicadas 6.124 horas técnicas dirigidas ao atendimento de 20 empresas.

Como resultado de 2.380 horas técnicas empregadas em pesquisas, foram realizadas 4 publicações.

No que se refere à área pública, foi proporcionado treinamento a 1.165 alunos, num total de 6.088 horas-aula, através do desenvolvimento de diversos programas.

#### 4.5 - JUSTIÇA

Assegurar um clima de tranquilidade e segurança às populações sempre foi uma das funções inalienáveis do Estado, que é desempenhada, especificamente, pela função da justiça.

Assim, o Decreto nº 29.373, de 12 de dezembro de 1979, o último a dispor sobre a estrutura básica da Secretaria da Justiça, definiu como suas áreas de atuação: a administração penitenciária, o arquivo público e o registro de comércio. Além disso, estabelece que, através dela, o Governo do Estado relacionar-



se-ã com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, Partidos Políticos e Corpo Consular.

A Secretaria da Justiça desenvolveu suas atividades, tendo em vista o atendimento dos objetivos propostos na "Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul", a seguir relacionadas:

- Reparar os serviços vinculados à área;
- Restaurar os estabelecimentos existentes;
- Construir estabelecimentos especializados na medida dos recursos disponíveis;
- Formar pessoal penitenciário especializado em cursos regulares pela Escola do Serviço Penitenciário;
- Estimular o servidor penitenciário, oferecendo-lhe melhores condições funcionais,

O Órgão Central da Secretaria da Justiça, através de seus órgãos de Assessoramento, Órgãos de Apoio Administrativo, Órgãos Colegiados e Órgãos de Execução, buscou sua dinamização interna, através da realização de atividades nas diversas unidades organizacionais que o integram. Dentre estas cumpre destacar as mais significativas, em cada unidade.

A Assessoria de Promoção de Relações Consulares prestou assistência ao Corpo Consular; promoveu o relacionamento entre o Governo e o Corpo Consular; programou e executou programas de visitas de diplomatas e personalidades estrangeiras ao Estado.

O Departamento Administrativo, como órgão de apoio logístico e administrativo ao desenvolvimento das atividades-fim da Secretaria da Justiça, através de suas diversas unidades organizacionais - Pessoal, Material, Serviços Gerais, Finanças, etc, acompanhou a movimentação de recursos humanos no âmbito da Secretaria, através da elaboração de atos administrativos das mais diversas naturezas.

A Comissão de Pensões Vitalícias, como órgão colegiado da Secretaria da Justiça, cumprindo suas finalidades, nos termos da Lei nº 2717/55, concedeu 68 pensões vitalícias a dependentes de Magistrados e Ministério Público e 37 pensões por morte do servidor em serviço na Secretaria da Justiça.



O Conselho Penitenciário do Estado, como órgão colegiado da Secretaria da Justiça, atuando em estreita articulação, com a Superintendência dos Serviços Penitenciários, apreciou inúmeros pedidos para concessão dos diversos benefícios que podem ser prestados ao preso, e emitiu parecer, conforme as determinações expressas no Decreto Presidencial que é publicado anualmente, por ocasião das festas de fim de ano, sobre os referidos benefícios:

- Livramento condicional, comutação da pena, indulto e graça presidencial, além de ter-se dedicado também à apreciação de pedidos de serviço externo.

O Arquivo Público, com a utilização da técnica de microfilmagem de documentos, desincumbiu-se mais facilmente de suas funções, realizando, dentre várias outras atividades específicas a sua área de atuação; 4.927 atendimentos aos usuários dos serviços e 10.762 consultas a processos, livros e registros arquivados no seu acervo.

Dentre as principais atividades executadas pela Junta Comercial, cabe salientar os 6.593 assentamentos de registro de novas firmas; 7.609 alterações de registro de firmas; 17.118 protocolos de processos, solicitando registro de firmas comerciais; 14.755 autenticações de livros de registro de atividades comerciais.

A Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE, um dos órgãos de execução da Secretaria da Justiça, tem como competência, planejar e executar a política penitenciária do Estado.

Não existindo no País um sistema federal penitenciário, cada Estado tem, dentre suas múltiplas funções, a de definir a organização e as normas operacionais para o funcionamento de seu próprio sistema penitenciário. O Estado do Rio Grande do Sul goza do conceito de ser o único Estado da Federação que tem os serviços penitenciários organizados segundo uma abordagem sistêmica. Por esta prerrogativa, considera que o homem que delinuiu é fruto de uma sociedade, da qual muitas vezes, pouco ou nada recebeu, no sentido de uma formação adequada aos princípios



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

éticos e culturais vigentes nesta mesma sociedade. Infringindo a lei por um delito, deverá cumprir uma pena, que será executada dentro do sistema penitenciário, no qual deverá receber assistência e tratamento especializado por um determinado tempo, o que lhe deverá possibilitar o retorno para a sociedade da qual proveio, como um cidadão ajustado, útil, produtivo e feliz. A regeneração do preso, que é o grande objetivo da execução penal, será efetivada através de quatro instrumentos básicos para o seu alcance: a educação, o trabalho, a assistência e a disciplina.

Para a manutenção do Sistema Penitenciário num razoável grau de funcionamento, todos os órgãos da Superintendência dos Serviços Penitenciários desenvolveram suas atividades específicas conforme o que preconiza a política penitenciária federal, em termos de diretrizes gerais e a política penitenciária estadual que atende aquelas e traça as normas e procedimentos para atender ao objetivo final do sistema, isto é, a regeneração do preso. Neste sentido, devem ser destacadas as seguintes atividades:

- realização de estudos com vistas à racionalização dos serviços de alimentação nos estabelecimentos penais;
- levantamento trimestral da realidade penitenciária;
- conclusão do Presídio Regional da Santa Maria;
- conclusão do Presídio Municipal de Santiago;
- ampliação do Presídio Municipal de Caxias do Sul;
- reaparelhamento de alguns estabelecimentos penais;
- estudos e pareceres sobre pedidos de transferências de presos e pedidos de audiências de presos, num total de 1233;
- supervisão dos sistemas de segurança e controle dos estabelecimentos penais;
- direção e coordenação de todos os estabelecimentos que formam a rede penitenciária do Estado;
- atendimento às necessidades administrativas de todos os estabelecimentos penais da SUSEPE, inclusive as do Órgão Central;
- Execução das atividades ligadas à Administração Geral



- da SUSEPE, através da movimentação e arquivamento de Processos e Expediente; num total de 2.641 documentos;
- elaboração de atos administrativos, relativos a nomeações, exonerações, licenças, aposentadorias, do pessoal da SUSEPE;
  - prestação de assistência médica, educacional, social cultural e profissional ao preso, bem como prestação de assistência social à família do preso, e ao egresso;
  - realização de 17 Cursos de Qualificação de Mão-de-Obra, para os presos, bem como 5 cursos de Suplência de 1º Grau, 33 Cursos do Mobral e 37 Cursos de Educação Integrada;
  - controle contínuo da situação legal do preso e providências para a efetivação da assistência judiciária, através do registro prontuário e assentamentos, do registro de dados e informes necessários à caracterização pessoal e criminal do preso e do registro de pedidos de benefícios em favor do preso;
  - gerência e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Penitenciário.

Faz-se mister, neste momento, que se informe sobre a população média diária da rede penitenciária, no decorrer do ano de 1979. Esta, nos últimos anos, vem-se mantendo mais ou menos constante, graças especialmente, a Decretos Presidenciais publicados por ocasião das festas de fim de ano, quando um número bem significativo de presos recebem indulto, livramento condicional ou graça presidencial, o que determina a liberdade dos presos que preenchem os requisitos nele definidos, abrindo novas vagas nos estabelecimentos penais e evitando a sua superlotação, pelo ingresso de novos presos. A população média diária da rede penitenciária em 1979 foi de 4.519 presos. Entretanto, cabe salientar que, neste total, estão incluídas a clientela própria dos estabelecimentos penais da SUSEPE e a chamada estranha. A cliente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

la própria atingiu o total de 3.979 presos, sendo 116 mulheres e 3.863 homens. A clientela estranha atingiu o total médio diário de 540 pessoas, sendo 132 menores, 186 correcionais e 222 de mentes. A escassez de recursos financeiros para ampliação e manutenção do sistema penitenciário, determina que esta clientela estranha se transforme num sério problema para a administração penitenciária, porque, sendo estranha ao sistema, absorve significativa parcela de seus recursos financeiros, o que obriga muitas vezes, a solicitação da abertura de créditos adicionais. Além disso, do ponto de vista técnico, esta clientela gera turbulência no sistema penitenciário, porque os estabelecimentos penais existentes não são aparelhados para o seu adequado tratamento. Em 1979, o custo médio mensal do preso, foi de Cr\$ ... 3.069,00.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

4.6. SEGURANÇA

Este programa é desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública, que tem por competência a função de zelar pelo bem-estar da coletividade.

Com o acentuado aumento da incidência criminal, a Secretaria de Segurança Pública tem dado especial atenção à reorganização e reequipamento dos órgãos de segurança. Procurando suprimir suas deficiências, tanto físicas como materiais, objetiva dar maior atendimento à população, oferecendo-lhe um apoio mais efetivo, como a manutenção da ordem e tranquilidade pública, as garantias individuais, o atendimento a acidentes e demais incidências relacionadas com sua esfera de ação.

Com esse objetivo, foi efetuado um levantamento de suas necessidades na faixa de fronteira, e elaborado, também, um projeto visando a melhorar a eficiência do sistema de comunicações da Polícia Civil. Foram adquiridas 100 viaturas para a Brigada Militar e Polícia Civil e instalados 44 aparelhos pelo Projeto Telex.

Com a preocupação de realizar uma política de descentralização de atendimento ao público, foram interiorizados alguns serviços prestados por esta Secretaria, como a criação de várias Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS e diversos Postos de Identificação.

No âmbito de obras e edificações públicas, ressalta-se a construção e equipamento das Delegacias de Polícia de Venâncio Aires, Rio Pardo, Espumoso, Arvorezinha, Campinas do Sul e Santa Vitória do Palmar, mobilizando recursos das comunidades, prefeituras municipais e Governo do Estado, suprindo assim deficiências de prédios e equipamentos para o atendimento das necessidades de Segurança Pública no interior do Estado. Ainda no que se refere a edificação de novos prédios, cabe salientar a construção da Estação Açorianos do Corpo de Bombeiros em Porto Alegre, o que permitirá melhor qualidade e eficiência nos serviços prestados por esta Corporação à comunidade.

Para um policiamento florestal e de caça mais eficaz, foi assinado um convênio entre a Secretaria e o Instituto Brasi-



leiro de Desenvolvimento Florestal, que visa a uma conjunta fiscalização e policiamento de florestas e sobre a caça no Estado, continuamente ameaçados no decorrer dos últimos anos.

Foi ainda firmado convênio entre o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN e a SSP, com a finalidade de melhorar a formação dos quadros técnicos do pessoal vinculado ao setor.

No exercício que findou foi efetivada a reestruturação da Secretaria de Segurança Pública, procurando dotar a Polícia Civil de maior autonomia, a fim de permitir melhores condições para o exercício profissional dos que nela atuam.

#### - Consultoria Geral do Estado

A Consultoria Geral do Estado assegurou, durante 1979, plena continuidade das atividades que lhe estão afetas, procurando, assim, atingir os objetivos para as quais foi criada.

Buscando o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, realizou no mês de agosto curso de Atualização de Temas Jurídicos na Assistência Judiciária e um painel, no mês de novembro, sobre a Responsabilidade Civil e o Dano Ecológico.

Para maior eficiência dos serviços, estuda a possibilidade de implantação de um sistema de processamento de dados destinado a prestar informações jurídicas, legislação, etc., e para acompanhamento dos feitos do interesse do Estado e da Assistência Judiciária Gratuita.

Também encontram-se em fase de estudos e elaboração, a criação de um fundo de Assistência Judiciária, o que possibilitará a ampliação dos serviços de assistência judiciária gratuita aos necessitados, não só na capital, mas, e principalmente, na área da Grande Porto Alegre e ainda municípios vizinhos. Da mesma forma, deverão ser estendidos os referidos serviços a várias outras comarcas ainda não atendidas.

Durante o ano de 1979, funcionaram com Serviço de Assistência Judiciária 19 comarcas do Estado. Foram abertos os escritórios de Mostardas, São Borja, Livramento, São José do Norte e Torres.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

191

O número de bacharéis que atende o interior também foi ampliado, visando não só o atendimento de novos escritórios bem como a melhoria geral e ampliação dos serviços naquelas cidades que já contavam com escritórios.

No interior do Estado, destacam-se as seguintes atuações:

Consultas	- 41.132	pessoas atendidas
Audiências	- 3.587	
Ações propostas contestadas	- 7.435	
Testemunhas ouvidas em juízo	- 4.526	

Na capital, com o objetivo de colocar à disposição do maior número de carentes os Serviços de Assistência Judiciária, encontram-se em funcionamento experimental escritórios periféricos na Vila Restinga Nova, Vila Farrapos, estando praticamente instalado o escritório da Vila São José do Murialdo, e, em preparo para a instalação, o da Ilha da Pintada.

- Procuradoria Geral da Justiça

Dando continuidade a suas atribuições eminentemente sociais, a Procuradoria Geral da Justiça desenvolveu diversas atividades, durante o período de 1979, buscando sempre uma maior dinamização nas suas tarefas.

No que se refere a correições e sindicâncias, foram realizadas 16 correições ordinárias em 14 municípios, correições extraordinárias em 2 municípios, além de sindicâncias nas promotorias de São Jerônimo e Lagoa Vermelha.

Cumprindo ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 22.391 de 27-03-73, foi ministrado o XI Curso de Orientação ao Estágio Probatório do Ministério Público. Dois bacharéis concluíram o estágio probatório, enquanto 34, aprovados em concurso realizado em 1978, iniciaram o referido estágio.

Em relação a pareceres, foram emitidos 87 sobre os trabalhos dos Promotores em estágio probatório, 8 pareceres em pedidos de designação de estagiário do Ministério Público, e 23 pareceres sobre assuntos diversos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

Também foram realizados 2 encontros regionais, em Passo Fundo, em maio, e em Pelotas, em junho, abordando vários assuntos.

O Procurador Geral da Justiça, cumprindo as atribuições legais, atuou, através da Assessoria Jurídica, em 744 processos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

I - MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL .....	001
II - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO-1979 .....	026
DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA .....	027
1 - ÁREA ECONÔMICA .....	036
1.1 - <u>INTRODUÇÃO</u> .....	037
1.2 - <u>AGRICULTURA</u> .....	043
1.2.1 - PROGRAMA INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA ..	043
1.2.1.1 - <u>Pesquisa</u> .....	044
1.2.1.2 - <u>Assistência Técnica</u> .....	045
1.2.1.3 - <u>Defesa Sanitária</u> .....	046
1.2.1.4 - <u>Outras Atividades</u> .....	047
1.2.2 - PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE PRODUTORES DE BAIXA-RENDA .....	048
1.2.2.1 - <u>Pesquisa</u>	
1.2.2.2 - <u>Assistência</u> .....	050
1.2.3 - PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS .....	052
1.2.3.1 - <u>Pesca</u> .....	053
1.2.3.2 - <u>Conservação de Solos</u> .....	053
1.2.3.3 - <u>Reflorestamento</u> .....	054
1.2.3.4 - <u>Pesquisa</u> .....	054
1.2.4 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA .....	055
1.2.4.1 - <u>Armazenagem</u> .....	057



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

1.3 - <u>INDÚSTRIA</u> .....	059
1.3.1 - PROGRAMA INDUSTRIAL .....	059
1.3.1.1 - <u>Distritos Industriais</u> .....	060
1.3.1.2 - <u>Projetos Indutores</u> .....	062
1.3.1.3 - <u>Novos Empreendimentos</u> <u>Industriais de Médio Porte</u> ..	063
1.3.1.4 - <u>Agroindústria</u> .....	064
1.3.1.5 - PROALCOOL .....	065
1.3.1.6 - <u>Estudos Especiais</u> .....	066
1.3.1.7 - <u>Atração de Novos</u> <u>Investimentos</u> .....	067
1.3.1.8 - <u>Setor Eletro-Eletrônico</u> ....	067
1.3.1.9 - <u>Conselho de Implantação do</u> <u>Pólo Petroquímico</u> .....	070
1.3.1.10 - <u>Conselho de Implantação do</u> <u>Complexo Carboquímico</u> .....	080
1.3.2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL .....	083
1.3.2.1 - PROGASA .....	083
1.3.2.2 - CORLAC .....	084
1.3.2.3 - AGASA .....	086
1.3.2.4 - VINOSUL .....	086
1.4 - <u>SERVIÇOS ECONÔMICOS</u> .....	088
1.4.1 - COMÉRCIO .....	088
1.4.2 - SERVIÇOS FINANCEIROS E BANCÁRIOS .....	089



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

2 - <u>Á R E A S O C I A L</u> .....	094
2.1 - <u>I N T R O D U Ç Ã O</u> .....	095
2.2 - <u>E D U C A Ç Ã O</u> .....	099
2.2.1 - ENSINO DE 1º GRAU .....	099
2.2.2 - ENSINO DE 2º GRAU .....	101
2.2.3 - ENSINO DE 3º GRAU .....	102
2.3 - <u>S A U D E</u> .....	104
2.4 - <u>P R O T E Ç Ã O A O M E I O - A M B I E N T E</u> .....	113
2.5 - <u>S A N E A M E N T O</u> .....	115
2.6 - <u>T R A B A L H O</u> .....	119
2.6.1 - PROGRAMA ESTADUAL DE EMPREGO - PROESE ..	119
2.6.2 - PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA .....	120
2.6.3 - PROMOÇÃO SINDICAL .....	121
2.7 - <u>A S S I S T Ê N C I A</u> .....	122
2.7.1 - ASSISTÊNCIA AO MENOR .....	122
2.7.2 - ASSISTÊNCIA GERAL .....	124
2.7.3 - CENTROS SOCIAIS URBANOS .....	125
2.8 - <u>P R E V I D Ê N C I A</u> .....	127
2.9 - <u>H A B I T A Ç Ã O</u> .....	128
2.10 - <u>U R B A N I S M O</u> .....	130
2.11 - <u>C U L T U R A I T U R I S M O</u> .....	131
2.11.1 - CULTURA .....	131
2.11.2 - TURISMO .....	132



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

3 -	<u>ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA</u>	136
3.1 -	<u>INTRODUÇÃO</u>	137
3.2 -	<u>TRANSPORTES</u>	139
3.2.1 -	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	139
3.2.1.1 -	<u>Conservação</u>	140
3.2.1.2 -	<u>Construção</u>	140
3.2.1.3 -	<u>Projetos</u>	141
3.2.1.4 -	<u>Outros Serviços</u>	142
3.2.1.5 -	<u>Estradas Alimentadoras</u>	142
3.2.2 -	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	147
3.2.3 -	TRANSPORTE AEROVIÁRIO	149
3.3 -	<u>ENERGIA</u>	152
3.3.1 -	OBRAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA	152
3.3.2 -	OBRAS DE TRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO	153
3.3.3 -	OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO	153
3.3.4 -	OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	154
3.4 -	<u>RECURSOS MINERAIS</u>	155
3.5 -	<u>TELECOMUNICAÇÕES</u>	158
3.5.1 -	PROGRAMAS 9 E 10	158
3.5.2 -	PROGRAMA DE TELEFONIA RURAL	159
3.5.3 -	PROGRAMA DE INCORPORAÇÕES	159
3.5.4 -	PROGRAMA 11	159
3.6 -	<u>OBRAS PÚBLICAS</u>	160



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

4 -	<u>ÁREA ADMINISTRATIVA</u>	162
4.1 -	<u>INTRODUÇÃO</u>	163
4.2 -	<u>PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL</u>	168
4.2.1 -	SEITE	169
4.2.2 -	SAFFI	169
4.2.3 -	SNE	170
4.2.4 -	SET	170
4.2.5 -	SAPG	171
4.3 -	<u>GESTÃO FINANCEIRA</u>	179
4.4 -	<u>SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO</u>	180
4.5 -	<u>JUSTIÇA</u>	183
4.6 -	<u>SEGURANÇA</u>	189
4.7 -	<u>CONSULTORIA GERAL DO ESTADO</u>	190
4.8 -	<u>PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA</u>	191